

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

THALIA MARQUES

A ORDEM

tempo analítico, homicídios e PCC no Triângulo Mineiro
(1990-2020)

São Carlos

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

THALIA MARQUES

A ORDEM

tempo analítico, homicídios e PCC no Triângulo Mineiro
(1990-2020)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran

São Carlos

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Thalia Giovanna Marques de Sousa, realizada em 01/02/2023.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran (CNRS)

Profa. Dra. Ana Beraldo de Carvalho (UNSAM)

Profa. Dra. Carolina Christoph Grillo (UFF)

Profa. Dra. Luana Dias Motta (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Agradecimentos

Escrever uma dissertação é uma tarefa que nos envolve profundamente. De formas diversas, tive o privilégio de contar com o apoio de muitas pessoas em mais essa caminhada. Sem esse suporte, este trabalho não poderia ser lido hoje. Estes breves agradecimentos certamente não são suficientes para expressar minha gratidão por todos que me acompanharam ao longo dos anos de mestrado, mas ainda assim, agradeço a parceria e acolhimento, seguimos juntos. De antemão, agradeço também a quem possa se interessar por ler este trabalho. Embora assinada por mim, esta dissertação é produto de encontros, apoios mútuos e oportunidades que tive ao longo do mestrado.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador Gabriel Feltran, pelo apoio fundamental em todas as etapas do mestrado. Agradeço as leituras e comentários dos meus textos, sempre com retornos cuidadosos e instigantes. Com *papo reto e colaboração*, me oferecendo o suporte intelectual necessário e preservando a minha autonomia. Obrigada por confiar no meu trabalho, me encorajar e me ajudar a vislumbrar oportunidades que antes pareciam muito distantes.

Agradeço às professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, pela construção de um espaço de reflexão sociológica qualificada mesmo trabalhando de forma remota e em tempos de profunda incerteza. Igualmente, agradeço ao PPGS e à Silmara Dionizio, pelo suporte institucional.

Agradeço à Mariana Côrtes, minha orientadora durante a graduação, pelo apoio em mais essa etapa. Agradeço ao grupo de orientandos do prof. Dr. Gabriel Feltran, ao NaMargem, coordenado pela profa. Dra. Luana Motta, e a todas pesquisadoras e pesquisadores que, talvez mesmo sem perceberem, me ajudaram com reflexões sobre a pesquisa, a escrita e a vida acadêmica.

Na Argentina, agradeço em especial ao meu orientador no mestrado sanduíche, Gabriel Kessler, por sua disponibilidade em me receber na Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales (IDAES-UNSAM) e dialogar sobre meu trabalho. Em Buenos Aires, agradeço também ao Núcleo de Estudios sobre Violencias que me instigou a pensar sobre o contexto latino-americano. Em Rosário, sou imensamente grata à Eugenia Cozzi (UNR) pelo interesse no meu trabalho, por me receber e por, mesmo com pouco tempo, organizar um evento e visitas de campo durante minha estadia.

Olhar para Buenos Aires e Rosário foi importante para pensar o Triângulo Mineiro, Minas Gerais, Brasil e América Latina. Morar fora do país, ainda que por um curto período, é uma oportunidade que é negada para a maioria dos brasileiros. Por isso, aprender com a diferença e ocupar espaços tão múltiplos foram oportunidades mais do que valiosas para a minha formação acadêmica e pessoal.

Aos amigos que fiz em Buenos Aires, agradeço a experiência portenha regada a noites de vinho no inverno, cafés, bares, espetáculos, sessões de cinema e por, além de me apresentarem, viverem a *ciudad de la furia* comigo. *Gracias por tanto*.

Agradeço aos membros da banca de qualificação, Carolina Grillo e Rafael Rocha, pela leitura generosa e sugestões valiosas. Às membras da banca de defesa desta dissertação, Carolina Grillo, Ana Beraldo e Luana Motta, agradeço a gentileza com que aceitaram o convite para ler meu texto e participar deste momento.

Em Minas Gerais, agradeço aos meus amigos que estão sempre comigo, apesar da distância. Em especial à Kelly (e à família Cipriano Brandão), por estarem sempre presentes. À Pamela, Amanda, Diane, Letícia Andrade, Gabriel Cunha, Rogério, Laura, Letícia Alves, Victoria e Gabriel Ramos, espero que saibam o quanto carrego de vocês.

Em São Carlos, agradeço às amigadas que desde o começo tornaram tudo mais leve e aconchegante, especialmente à Mari e Nina. À Nina pela conexão imediata e todas as ciladas e aventuras que vieram depois. À Livia, pelo lar que criamos e o amparo de uma família longe de Minas.

Às amigadas que o mestrado me proporcionou, especialmente Luiz e João, pelas nossas tardes de escrita, comidas e bares que fizeram parte do momento de escrita desta dissertação. À Isabela Araújo, por ser minha fonte de motivação e inspiração, pela nossa amizade e parceria acadêmica.

Aos meus familiares, em especial aos meus irmãos e meus pais Luciene e Antonio, pelo amor e apoio incondicional, por terem sido compreensíveis nas minhas ausências e por seguirem acreditando no meu trabalho.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento desta pesquisa, processo 2020/13521-2 e pela bolsa de internacionalização, Bolsa de Estágio e Pesquisa no Exterior (BEPE), processo 2021/14606-4, substanciais para a realização desta dissertação.

Por fim, sem os primeiros acessos, as conversas e a interlocução com meus interlocutores esta investigação não teria sido possível. Meus maiores agradecimentos

são destinados às pessoas que, por questões de segurança, não têm seus nomes citados neste trabalho, mas que, gentilmente compartilharam um pouco de suas vidas comigo.

Por todos aqueles que tiveram as vidas atravessadas por distintas formas de violências, injustiças e esquecimentos, em memória dos que tiveram a experiência marcada pela morte, pela intolerância e pelo ódio.

*Viver é ter a opção de crescer profissionalmente
E intelectualmente
De não ser metralhado pela polícia
De não ser torturado num sistema prisional
Puramente vingativo
Enquanto não pudermos impedir o genocídio
O racismo
A alienação
O aprisionamento em massa
A pobreza extrema e a anulação social
Não passaremos de cadáveres que respiram
(Estamos Mortos – Eduardo Taddeo)*

RESUMO

As taxas de homicídios variaram muito no Brasil, no tempo e no espaço, nas últimas quatro décadas (1990-2020). Do ponto de vista de seus patamares agregados, essas taxas sobem de modo consistente até 2017, e caem em seguida. Observações detidas em cada estado e região, no entanto, demonstram variações rápidas para cima e para baixo, nas mesmas datas. Esta dissertação propõe uma interpretação para este fenômeno. Estudando o Triângulo Mineiro, proponho a ideia de “tempo analítico” de expansão faccional, o tempo de passagem de uma ordem de regulação da violência letal a outra, como forma de entender essas variações. Para tanto, apresento um estudo multimetodológico, por se tratar de um fenômeno complexo, relacional e multicausal, como são os homicídios. É de caráter quantitativo em relação à compilação, produção e análise de taxas de homicídio e qualitativo na compreensão dos mecanismos envolvidos nos casos de homicídio, em três cidades da região: Uberlândia, Uberaba e a Cidade da Saúde. Este quadro metodológico e de análise poderia, em hipótese aqui aventada, ser utilizado para pensar as variações de homicídio de modo relacional, no contexto nacional.

Palavras-chave: homicídios, PCC, ordem urbana, multimétodos

ABSTRACT

Homicide rates have varied widely in Brazil, in time and space, over the past four decades (1990-2020). From the standpoint of their aggregate levels, these rates rise consistently until 2017 and then fall. Detained observations in individual states and regions, however, show rapid upward and downward variations on the same dates. This dissertation proposes an interpretation of this phenomenon. Studying the Triângulo Mineiro, I propose the idea of "analytical time" of factional expansion, the time of passage from one order of regulation of lethal violence to another, to understand these variations. To accomplish this, I present a multi-methodological study, because it deals with a complex, relational, and multi-causal phenomenon, as are homicides. It is quantitative concerning the compilation, production, and analysis of homicide rates, and qualitative in understanding the mechanisms involved in homicide cases, in three cities of the region: Uberlândia, Uberaba, and Cidade da Saúde. This methodological and analytical framework could, as hypothesized here, be used to think about homicide variations in a relational way, in the national context.

Keywords: homicides, PCC, urban order, multimethods

SUMÁRIO

Apresentação.....	13
Introdução	22
A expansão do PCC para Minas Gerais.....	26
O debate sobre homicídios e facções.....	31
O papel da linguagem na contenção de homicídios.....	35
Recalculando a rota: caminhos e escolhas metodológicas	40
<i>Métodos e homicídios: treta, tiro, sangue, aí, muda de assunto.....</i>	<i>48</i>
Organização do texto.....	50
Primeiro tempo: Antes do PCC	
1. Das “brigas de <i>gangues</i>” aos “tiros de <i>gangues</i>”	53
<i>Vendeta</i>	<i>55</i>
1.1 A época das brigas de <i>gangues</i>	59
1.2 A época dos tiros de <i>gangues</i>	70
<i>Acerto de contas.....</i>	<i>71</i>
1.3 Quando outros atores entram em cena.....	76
1.4 Considerações sobre as “mortes banais”	84
Segundo tempo: A construção da hegemonia pelo PCC	
2. A passagem da ordem urbana	90
2.1. Transição.....	91
<i>Das tomadas de bocas à estabilização de territórios</i>	<i>93</i>
<i>Desavença, treta e falsa união.....</i>	<i>96</i>
2.2. As tensões do PCC no Triângulo Mineiro	100
Terceiro tempo: PCC instituído	
3. Como uma cidade se torna PCC	106
3.1. Mecanismos de uma expansão	106
Economia.....	106
Sistema.....	110
Justiça	116
<i>Debates.....</i>	<i>118</i>

Economia Política	121
<i>Missão</i>	123
Mercados de proteção	126
3.2. Normas instituídas: a consolidação do PCC e as curvas de homicídio	132
Considerações finais	140
Referências bibliográficas	147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes nos municípios estudados, de 1990 a 2020	16
Gráfico 2. Taxas de homicídio nos municípios estudados por tempo analítico.....	18
Gráfico 3. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes em Minas Gerais, de 1990 a 1999	65
Gráfico 4. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes no Triângulo Mineiro, de 1990 a 1999	66
Gráfico 5. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes nos municípios estudados, de 1990 a 1999	67
Gráfico 6. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes por armas de fogo nos municípios estudados, de 2000 a 2010	70
Gráfico 7. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes por armas de fogo em Minas Gerais, no Sudeste e no Brasil	80
Gráfico 8. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes no Triângulo Mineiro, de 2000 a 2010	80
Gráfico 9. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes nos municípios estudados, de 2000 a 2010	81
Gráfico 10. Cidade da Saúde, Uberlândia e Uberaba: taxas de homicídio por 100 mil habitantes, por perfil demográfico, de 2000 a 2010	81
Gráfico 11. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes, por perfil sociodemográfico, no Triângulo Mineiro, de 2011 a 2020	131
Gráfico 12. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes nos municípios estudados, de 2011 a 2020	132
Gráfico 13. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes por armas de fogo nos municípios estudados, de 2011 a 2020	136
Gráfico 14. Cidade da Saúde, Uberlândia e Uberaba: taxas de homicídio por 100 mil habitantes, por perfil demográfico, de 2011 a 2020	137

LISTA DE SIGLAS

CID	Classificação Internacional de Doenças
COMPAJ	Complexo Penitenciário Anísio Jobim
CPC	Centro de Prevenção à Criminalidade
CV	Comando Vermelho
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FDN	Família do Norte
GAECO	Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GDE	Guardiões do Estado
IGTEC	Instituto de Geoinformação e Tecnologia
INFOPEN	Informações Estatísticas do Departamento Penitenciário Nacional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MNPCT	Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
MP	Ministério Público
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
PCC	Primeiro Comando da Capital
PT	Partido dos Trabalhadores
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SDC	Sindicato do Crime
SEJUSP	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Apresentação

Esta dissertação trata dos mecanismos de regulação de homicídios no Triângulo Mineiro, entre 1990 e 2020, e das suas consequências para a disputa de poder que, atualmente, constrói a ordem urbana no Brasil. A expansão do Primeiro Comando da Capital do estado de São Paulo, onde surgiu, para a região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, é um processo das últimas duas décadas, que modificou sensivelmente a regulação das “mortes matadas”, e redefiniu o conflito entre grupos armados pela regulação da ordem urbana em todo o país. O Triângulo Mineiro é um ponto nodal para essa história de expansão, até pela sua posição geoestratégica no país. O mapa abaixo mostra a localização de Minas Gerais, com a região do Triângulo Mineiro fazendo fronteira com Mato Grosso do Sul a oeste, estado fronteiro com Paraguai e Bolívia.

Mapa 1. Localização do estado de Minas Gerais na América do Sul

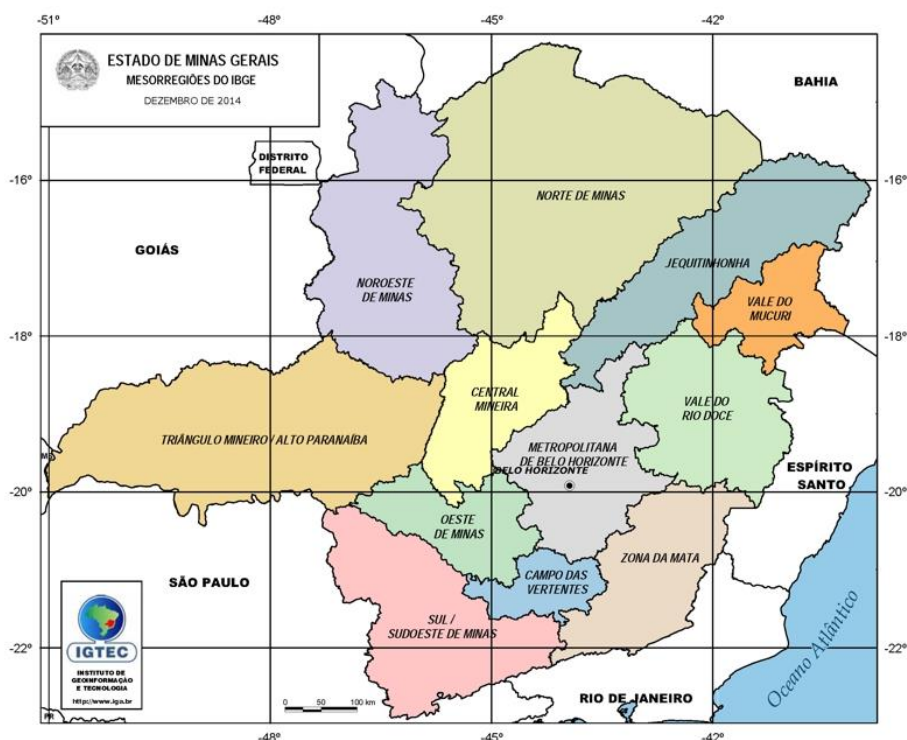


Fonte: IGTEC - Estado de Minas Gerais.¹

¹ Os mapas de Minas Gerais estão disponíveis em: <https://www.mg.gov.br/pagina/geografia>.

O mapa 2 demonstra as mesorregiões de Minas Gerais e suas fronteiras. Como vemos, o estado possui divisas com estados com configurações muito diferentes entre si: Rio de Janeiro (à sudeste do estado), Espírito Santo (à leste), São Paulo (à sul e sudoeste), Goiás e Distrito Federal (à noroeste) e Bahia (à norte e nordeste).

Mapa 2. Mesorregiões de Minas Gerais



Fonte: IGTEC - Estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, a questão norteadora desta pesquisa é: qual a relação entre a flutuação das taxas de homicídio notadas na região, antes, durante a chegada do PCC, e após sua presença consolidada no Triângulo Mineiro? Quais foram os efeitos dessa transição para o conflito de poder que instaura a ordem urbana na região, e em Minas Gerais? A história dessas disputas é contada nessa dissertação de forma narrativa, a partir de pesquisa qualitativa, que dela extraio uma inferência apoiada em dados quantitativos. Trata-se de uma reflexão multi-metodológica sobre como a violência letal se relaciona diretamente com a produção da ordem urbana, estando nela implicada.

O PCC se expandiu nacional e internacionalmente nas últimas duas décadas (Manso e Dias, 2018). Ao mesmo tempo, a forma como se organiza o “mundo do crime”²

² O termo “mundo do crime” pensa o universo criminal enquanto espaço de sociabilidade, de códigos de conduta, de geração de renda e como ponto de partida de percepção do conflito urbano e social.

(Ramalho, 1979, Feltran, 2011) e suas relações de conflito, sejam internas ou com as forças da ordem, variam muito de acordo com cada localidade (Feltran *et al.*, 2022). Distintas formas de gestão da ordem urbana – pelo Estado, por grupos criminais, por atores que vendem proteção – são aplicadas cotidianamente no Brasil, variando em tempos e espaços. A expansão da facção para outros estados produziu efeitos múltiplos, dada sua plasticidade e reconfigurações do *Crime*³ nos locais para onde se expande.

Em pesquisa exploratória anterior a essa dissertação (Marques, 2019), me perguntava “como dinâmicas criminais tão distintas existem em cidades tão próximas, do Triângulo Mineiro?”. À época, observava um quadro de gestão da violência letal muito diferente nas cidades de Uberlândia e Uberaba, as duas principais do Triângulo, se comparadas à Cidade da Saúde,⁴ um município pequeno da região. Era possível perceber uma regulação expressa da violência letal nas periferias sob hegemonia do PCC, sobretudo de Uberlândia, mas também em Uberaba, e a contenção de outras violências como a violência doméstica, em mecanismos já bem consolidados localmente. Ao mesmo tempo, as taxas de homicídio nas cidades eram decrescentes. Já na Cidade da Saúde e outras cidades próximas, ainda menores, se observava a intensificação de confrontos antigos, instigados por cadeias de vendeta⁵ e uma dinâmica muito fragmentada do tráfico de drogas, então desvinculado da ideia e do discurso de proteção à comunidade, que notava em Uberlândia e Uberaba. Essa comparação interna à região deu origem ao estudo que agora se materializa nessa dissertação.

Segui estudando o Triângulo, agora focada nestas três cidades, de modo comparativo. O contexto empírico estudado demonstra diferentes regimes de ordem urbana, no tempo e no espaço, organizando a violência letal. Meu argumento nessa dissertação é que esses regimes, que produzem diferentes arranjos de regulação da

³ *Crime*, com inicial maiúscula e itálico, não se trata de ação criminal, mas de uma esfera de poder que historicamente se construiu no Brasil, especialmente desde os anos 1990. Não se trata de delinquência, mas de um universo de sociabilidade que gira em torno de mercados ilegais transnacionais. Chamado de “mundo do crime” ou simplesmente *Crime*, o pensamos como um regime de poder tal como o Estado, por isso utilizamos letra maiúscula. Neste trabalho, quando se referir a ações criminais, o termo será utilizado em minúsculo.

⁴ Após reflexão conjunta com o orientador deste trabalho acerca dos nomes de cidades a serem utilizados nesta pesquisa, decidimos adotar um nome fictício para a cidade de menor porte, em razão de sua dimensão e possibilidade de identificação de interlocutores. Quanto às outras duas cidades, optamos por manter seus nomes, recorrendo a nomes fictícios para bairros e outros locais que permitissem a identificação dos interlocutores, além, é claro, de preservar a privacidade dos entrevistados quanto aos seus próprios nomes.

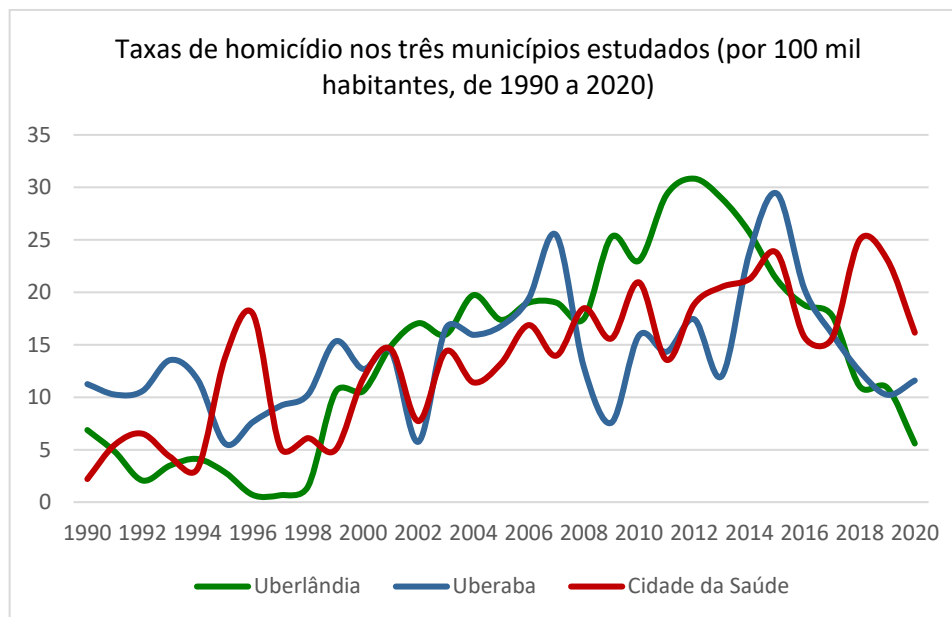
⁵ As vendetas são ações em cadeia que buscam, por meio da morte como vingança, reparar algum assassinato.

ordem no *Crime*, em um mesmo tempo cronológico, respondem a uma sequência temporal sociologicamente regular, quando a marcação temporal é o processo de chegada, instituição e consolidação da hegemonia do PCC em cada território.

De um lado, portanto, temos um arranjo temporal cronológico, no qual os eventos ocorrem em datas específicas, por exemplo décadas de 1990 ou o ano de 2013, em cada cidade. De outro lado, temos um arranjo temporal analítico, que considera a sequência de eventos da consolidação do PCC como marco temporal fundamental para a análise. Ou seja, teríamos nesse arranjo temporal não mais as marcações de datas, mas de processos analíticos, como o antes, o durante e o depois da consolidação do PCC nos municípios. Pelas datas, vemos cidades da mesma região com situações completamente distintas em relação às variações de suas taxas de homicídios. Pelo arranjo temporal analítico aqui proposto, essas variações se tornam perfeitamente compreensíveis, e regulares em padrão sociológico, produzindo compreensão do fenômeno em curso.

Neste sentido, os elementos empíricos que marcaram a mudança de uma ordem urbana para outra (como a chegada das armas cada vez mais poderosas para as facções, e a modificação no mercado de drogas ilícitas desde a década de 1990, que sustentaram a expansão do PCC), apesar de não terem ocorrido nos mesmos anos nas três cidades do Triângulo estudadas, demonstram um processo de transição de uma forma de regular a ordem urbana para outra. Argumento que essa passagem se deu os três municípios, em épocas distintas, e se relaciona diretamente com as tendências de flutuação de homicídios – com períodos de elevação ou descida súbita. Os dados quantitativos refletem esses processos de conflitos e pacificações, notados qualitativamente, e apresentam curvas de homicídio que têm crescimentos e quedas súbitos, em temporalidades cronológicas distintas em cada cidade. O gráfico abaixo demonstra essas temporalidades pela série histórica.

Gráfico 1. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes nos municípios estudados, de 1990 a 2020



Fonte: Elaboração própria. Número de óbitos por unidade da federação obtido pela base de dados SIM/DATASUS, grupos E960-969 e E970-978 pela CID-9, até 1996 e grupos X85-Y09 e Y35-Y36 pela CID-10. Dados populacionais do IBGE, tabela 2093.

Depois de um longo e sustentado período de subida dos homicídios na região, há uma variação forte para baixo, na última década. Mas isso só pode ser notado com análises da série histórica. Em 2013, por exemplo, as taxas de homicídio variavam fortemente para o alto em Uberaba, menos fortemente na Cidade da Saúde, e despencavam em Uberlândia. Ali mesmo em Uberlândia, cidade em que as taxas começam a decair primeiro, a partir de 2012, a tendência de queda se manteve estável até 2020, o mesmo ocorrendo em Uberaba e na Cidade da Saúde. Em oito anos, a cidade de Uberlândia experencia uma redução de 81,8%, passando de 30,83 para 5,59/100mil habitantes. As taxas também indicam que Uberaba inicia seu processo de redução de homicídios em 2015, passando de 29,41 para 11,59/100mil habitantes em 2020, uma diminuição de 60,59%. Como em Uberlândia, em Uberaba e na Cidade da Saúde o processo de queda é estável, com menor força na Cidade da Saúde, que teve seu processo de queda nas vitimizações por homicídio iniciado mais recentemente, em 2018. A cidade passa de taxa de 24,99 homicídios/100 mil habitantes em 2018 para 16,15 em 2020, representando uma redução de 35,37%. Minha pesquisa qualitativa, como demonstro nessa dissertação, me permite argumentar que os processos que levam às subidas e reduções sustentadas, nas três cidades, são identificados com a presença do PCC no universo criminal dos municípios.

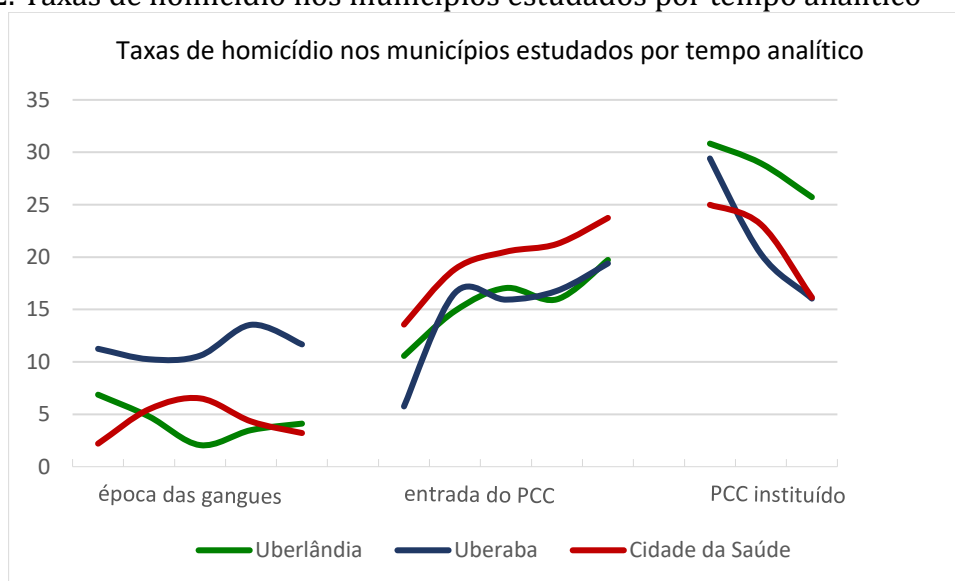
No início da década de 1990, grupos de *gangues* com alto senso de territorialidade guerreavam entre si, produzindo homicídios decorrentes das brigas. Além disso, no final

desta década há o espraiamento da cocaína e das armas para a região, convulsionando mercados ilegais que inflam essas mortes. Neste momento temos a passagem de grupos de *gangues* ou do criminoso que agia de forma individual para redes criminais de grande porte como as facções, que nascem enquanto agências de proteção para reclusos em unidades prisionais (Misse, 2019). Com a expansão do PCC para o Triângulo Mineiro em meados dos anos 2000, o aumento das taxas de homicídio é expresso pelo impacto das disputas internas ao universo criminal local e esse ator externo.

O processo de estabelecimento da facção na região, em momentos diferentes e de maneiras distintas em cada uma das cidades estudadas, revelou uma mudança no tipo de regulação da violência letal, que atua em conjunto com a especialização dos mercados ilegais: passa-se de uma regulação pautada pela atitude isolada de atores criminais para uma regulação exercida por um “terceiro”, um mediador: o Comando (Rocha, 2019). As taxas de homicídio nas três cidades estudadas começam a cair consistentemente a partir de meados de 2010, ainda baixas hoje.

Se essas mudanças nas dinâmicas criminais que acompanharam as variações de homicídios ocorreram em momentos distintos em cada cidade estudada, como se comportaria uma visualização que desse conta desses processos criminais similares, em cada cidade, em datas distintas? O gráfico abaixo demonstra as taxas de homicídio quando ordenadas pelo tempo analítico, e não pela série cronológica.

Gráfico 2. Taxas de homicídio nos municípios estudados por tempo analítico



Fonte: Elaboração própria. Número de óbitos por município obtido pela base de dados SIM/DATASUS, grupos X93-95, CID-10. Dados populacionais do IBGE, tabela 2093.

Para elaboração deste gráfico, elenquei os quatro primeiros anos que marcam a passagem da ordem urbana, para observarmos como as taxas de homicídio são responsivas às dinâmicas de conflitos e pacificação. No primeiro tempo, as taxas correspondem ao período de 1990 a 1994, período imediato à ordem das *gangues* no Triângulo. Vemos que as taxas seguem padrões muito similares, mas mais altas em Uberaba, como veremos no primeiro capítulo. Além de mais altas, as taxas em Uberaba sofrem pouca variação: passando de 11,25 para 11,67/100 mil habitantes, de 1990 a 1994. As outras cidades também sofrem pouca variação, se compararmos aos outros tempos analíticos: em Uberlândia as taxas passam de 6,87 para 4,11/100 mil habitantes e na Cidade da Saúde de 2,2 para 3,21/100 mil habitantes, ambas no mesmo período de quatro anos, de 1990 a 1994.

Já no segundo tempo, de entrada do PCC, as vitimizações por homicídio sobem em decorrência de conflitos letais provenientes de lutas políticas em torno dos mercados ilegais, como veremos no segundo capítulo. Vemos que as taxas de homicídio sobem no mesmo ritmo nas três cidades, seguindo o tempo analítico. Em Uberlândia há um crescimento de 86,6% em quatro anos, passando de 10,57 em 2000 para 19,73 homicídios/100 mil habitantes, em 2004. Em Uberaba o crescimento é mais expressivo, sobretudo no primeiro ano. De 2002 a 2006 a cidade sofre um aumento de 237,2% na violência letal, subindo de 5,75 mortes intencionais em 2002 para 19,39/100 mil habitantes em 2006. Na Cidade da Saúde, movimento parecido: as curvas passam de 13,56 em 2011 para 23,74/100 mil habitantes em 2015, representando um aumento de 75%.

No terceiro tempo, observamos o processo de consolidação do PCC nos mercados ilegais do Triângulo Mineiro. A contenção de mortes consideradas banais, após longo período de conflitos, é observada como uma “pacificação”, representado quantitativamente pela queda progressiva das taxas. Para este tempo analítico, que é o mais recente, vemos os anos que seguem à passagem para a ordem faccional nos municípios estudados. Diferente dos outros tempos analíticos, neste visualizamos apenas dois anos, visto que a Cidade da Saúde inicia seu processo de passagem da ordem urbana em 2018, e o recorte temporal desta investigação segue os dados até o ano de 2020.

Em Uberlândia o período correspondente a este terceiro tempo é de 2012 a 2014. Os homicídios na cidade passaram de 30,83 a 25,72/100 mil habitantes nesses dois anos, com uma redução de 16,5%. Em Uberaba a redução é mais rápida e acentuada, passando de 29,41 em 2015 a 16,04/100 mil habitantes em 2017, representando uma queda de

45,4%. E na Cidade da Saúde, o caso mais recente, as curvas de homicídio sugerem uma redução de 35,37%, decaindo de 24,99 em 2018 a 16,15/100 mil habitantes em 2020. Em Uberlândia e em Uberaba a redução nas curvas de homicídio se mantém estável até 2020, como veremos no terceiro capítulo.

Nessa dissertação, estudei com atenção os principais elementos constitutivos da ordem urbana em cada uma das três cidades, em cada um dos três *tempos*. Neste caso específico, os tempos analíticos nos ajudam a compreender e a desvelar o que os tempos cronologicamente marcados pelas datas não explicam, como vimos no gráfico acima. Portanto, a minha pesquisa sugere como hipótese interpretativa fundamental para as variações nas taxas de homicídio no Triângulo Mineiro corresponde a uma temporalidade analítica de passagem de uma ordem urbana, e de uma ordem criminal, a outra.

Sugiro que também em outros locais tratemos de tempos analíticos na construção das comparações, e não das datas em que os homicídios variam. É preciso relacionar os processos sociológicos às datas. A temporalidade de passagem de uma ordem urbana ou de uma ordem criminal para outra, como no caso estudado de entrada do PCC e da construção de sua hegemonia nos mercados ilegais dos territórios, nos explicaria muito melhor as tendências de variações de homicídios por todo o país (Feltran *et al.* 2022).

A pesquisa desenvolvida é multimetodológica, por se tratar de um fenômeno complexo, relacional e multicausal. É de caráter quantitativo em relação à compilação, produção e análise de taxas de homicídio, mas é qualitativa na compreensão dos mecanismos envolvidos nos casos de homicídio, em três cidades da região: Uberlândia, Uberaba e na Cidade da Saúde. Na literatura sobre homicídios no Brasil, apesar de termos trabalhos de excelência, tanto qualitativos, quanto quantitativos, ainda são poucos os trabalhos que mesclam mecanismos e variações de homicídios. Muito recentemente esses trabalhos começaram a aparecer (Cordeiro, 2022; Feltran *et al.*, 2022). Nesta pesquisa, os contextos em que ocorrem e são deliberadas as mortes importam, assim como as tendências de variações nas taxas de homicídio notadas no agregado. Combinar mecanismos qualitativamente estudados, e variações quantitativamente notadas, permite observar regularidades nos perfis das vítimas, indicando quais fatores são mais responsivos nas tendências de crescimento e queda das taxas, graças ao conhecimento empírico deste perfil, pelas sinopses qualitativas.

A literatura etnográfica demonstrou que a atuação do PCC teve como um dos seus principais efeitos em São Paulo uma queda em mais de 70% dos homicídios entre jovens.⁶ Trabalhos quantitativos que testam a mesma hipótese parecem apontar para a consistente redução da violência letal, fruto das políticas implementadas pela facção (Biderman *et al.*, 2014; Kahn, 2021). Em todos os casos, essa parece ser a realidade do contexto paulista. Estudando a variação de homicídios aliada à presença do PCC em São Paulo, Feltran (2018, p. 229) orienta conhecer a dinâmica social das periferias e favelas nos seus cotidianos, para que se possa notar como esses homicídios eram produzidos, tornados plausíveis, e qual o impacto dos dispositivos de justiça (Jara, 2021) implementados pela facção, que os regularia.

Esses sentidos de justiça e sua materialidade compõem o mecanismo social que, nos casos estudados pela literatura, impactariam de forma decisiva nas estatísticas oficiais de homicídios. Sem conhecimento dos contextos e com apenas dados quantitativos agregados, é muito difícil compreender esse mecanismo. A aposta de investigar as taxas de homicídios, por isso, é em meu trabalho aliada à dinâmica de deliberação e de ocorrência destas mortes, de modo comparativo em três contextos urbanos díspares no interior mineiro. Essa comparação é fundamental para compreender a heterogeneidade da cena criminal do Triângulo Mineiro, região que concentra 56% da população de Minas Gerais, estado que compreende 10% da população do Brasil.

Esta pesquisa se insere no debate sobre mecanismos de regulação de homicídios e atuação das facções no Brasil. No texto que segue, dialogo com a literatura que busca compreender a variação de homicídios em relação aos dispositivos criminais, sejam aliados à presença de uma facção hegemônica, de diferentes facções e/ou grupos armados e as forças policiais. No Triângulo, a chegada de uma facção, um ator criminal externo, impactou diretamente nas dinâmicas criminais locais e, por consequência, nas taxas de homicídio, como veremos ao longo da dissertação.

⁶ De 2001 a 2010, segundo dados do PRO-AIM https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/epidemiologia_e_informacao/mortalidade/. Ver Manso e Dias (2018); Manso (2019); Feltran, (2010, 2012b, 2013, 2018); Peres *et al.* (2011).

Introdução

Quase uma centena de ataques. A maioria ônibus queimados, mas também vans, caminhões, escavadeiras e prédios públicos. Em um dos atentados, os incendiários deixaram uma carta. No texto, o suposto porta-voz do PCC reclama de agressões que teriam sido sofridas por presos e cita a penitenciária Nelson Hungria, na grande Belo Horizonte. Em outro trecho o texto segue: “as cadeias estão um barril de pólvora”. De acordo com o governo de Minas, o que o crime organizado chama de opressão é a instalação de bloqueadores de celular nas penitenciárias, que impede a comunicação dos traficantes. (Brasil Urgente, 6 de junho de 2018)⁷

O trecho acima foi extraído de uma reportagem veiculada pelo jornal Brasil Urgente, da rede Bandeirantes. À época, chegava ao quarto dia de ataques coordenados em mais de 30 cidades de Minas Gerais, com incêndios à caixas eletrônicos, agências bancárias, agências do Correios, queimas de ônibus, rebeliões em unidades prisionais e homicídios de agentes penitenciários e policiais. A notícia se referia à coletiva de imprensa com o governador Fernando Pimentel (PT) que em seu depoimento afirmava se tratar de ataques de uma facção criminosa, sem mencionar o nome: “A essa altura tá caracterizado que tá sendo mesmo autoria de uma facção criminosa, de uma organização criminosa que atua no Brasil inteiro e que nesse momento concentrou sua atuação em Minas Gerais”. Até então, além deste depoimento, havia uma carta supostamente escrita por integrantes do PCC reivindicando autoria pelas ações,⁸ e áudios que circulavam pelo aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*, mencionando a facção paulista.⁹

Enquanto o governador mineiro alegava que o rigor no sistema penitenciário eram a causa dos ataques,¹⁰ o sistema carcerário contava com quase o dobro da lotação suportada. No final de 2017, a população encarcerada no estado correspondia a 74.805 presos, para um número de 46.159 vagas (INFOPEN, 2017). A superlotação das unidades

⁷ Ver “PCC orquestra ataques a cidades de Minas Gerais”. Disponível em: <https://youtu.be/9v6BzdK5POY>. Acesso em 13 de ago. de 2021.

⁸ Ver “Bilhete indica que PCC teria ordenado série de ataques em Minas Gerais e Rio Grande do Norte”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/05/politica/1528156233_508936.html. Acesso em 13 de ago. de 2021.

⁹ Ver “Minas Gerais registra 51 ataques a ônibus em 26 cidades”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/onda-de-ataques-atinge-18-cidades-de-minas-gerais.shtml>. Acesso em 13 de ago. de 2021.

¹⁰ Ver “Minas Gerais contabiliza 60 ataques a ônibus em 29 cidades”. Disponível em: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/governador-confirma-acao-de-facao-criminosa-nos-ataques-em-minas-05062018>. Acesso em 13 de ago. de 2021.

prisionais e a falta de investimentos no sistema penitenciário¹¹ indicavam que as ações poderiam ser uma forma de reivindicação de melhorias para as unidades prisionais do estado, como trazido à tona por um trecho da carta que foi lida na íntegra durante a reportagem: “as cadeias estão um barril de pólvora”.

A expansão do sistema prisional mineiro foi impulsionada a partir de 2003, com a criação da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), que passou a ficar responsável pela política carcerária do estado, substituindo as Secretarias de Segurança Pública e de Justiça. Ao tomar posse como governador de Minas Gerais em 2003, Aécio Neves (PSDB) iniciou o processo de reorganização da política pública de segurança estadual. No mesmo ano, implementa um instrumento de avaliação da segurança pública que foca em três áreas principais: segurança, ressocialização e administração, instituindo procedimentos padronizados para a sua avaliação. Um desses procedimentos, que aparecia como inovador no estado à época, foi o isolamento de lideranças criminais, visando conter a disseminação de facções e seus ideais nos cárceres mineiros (Cruz *et al.*, 2021).

Apesar do alto investimento na ampliação do sistema prisional visando reduzir o déficit de vagas, a situação não foi revertida. De 2005 a 2012 o crescimento da população encarcerada atingiu o percentual de 624% em Minas Gerais.¹² Uma das justificativas para este aumento diz respeito à intensificação do controle policial em bairros considerados como “áreas de risco” por meio do Grupo Especializado em Áreas de Risco (GEPAR), tido como inovação da polícia militar mineira, o resultado foi uma acentuada vigilância e, conseqüentemente, encarceramento de jovens moradores desses locais (Bonesso, 2019).

A carta encontrada nos ataques indicava a “opressão sofrida nas unidades prisionais” como justificativa dos ataques. Para o governo, a recente instalação de bloqueadores de celulares nas penitenciárias era o motivador das ações. No Ceará foram observadas ações em retaliação à possível lei que previa o uso de bloqueadores nos presídios (Paiva, 2019). No entanto, o que não deixava dúvidas naquele momento era a relação com o PCC: pela coordenação, abrangência de cidades e sincronismo nos

¹¹ Nas entrevistas com egressos do sistema prisional e no grupo de apoio a familiares e amigos de egressos que tive a oportunidade de acompanhar as reuniões, eram recorrentes os relatos de comidas estragadas, falta de remédios, de atendimento médico e/ou psicológico nas unidades prisionais de Uberlândia. Sobre a falta de investimentos nos presídios mineiros ver, por exemplo, um caso de motim em uma cidade do interior mineiro: “Detentos fazem motim no presídio Floramar em Divinópolis”. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/detentos-fazem-motim-no-presidio-floramar-em-divinopolis.ghtml>. Acesso em 13 de ago. de 2021.

¹² Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil (2015). Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/mapa-prisao.pdf>. Acesso em 10 de out. de 2021.

atentados. A concentração nas regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Sul de Minas ressaltavam a hipótese de autoria do Comando, pois são justamente as regiões que possuem o maior contingente de presos identificados como membros da facção no estado. Simultaneamente, ônibus eram queimados e policiais assassinados no Rio Grande do Norte, também com suposta autoria do PCC.¹³ Embora naquele momento não tenham tido a mesma abrangência dos atentados que ocorreram em Minas Gerais e que, até hoje, não se tenha certeza da ligação entre eles, se de fato estiverem relacionados à facção ou não, a simultaneidade dos casos demonstra a existência de um plano de ação que reflete a articulação e o processo de nacionalização do PCC.

Ao todo, a ofensiva durou cinco dias, com 101 ataques em diversas cidades mineiras e 129 prisões de suspeitos de envolvimento nos ataques, incluindo jovens menores de idade.¹⁴ Além disso, houve a expedição de 25 mandados de prisão e outros 30 de busca e apreensão de supostos “chefes” da facção no estado, cumpridos ao longo de 2018 e início de 2019.¹⁵ Importante destacar que no mesmo período em que aconteciam os “ataques do PCC”, os números de homicídios no estado diminuam.¹⁶

Não houve casos de pessoas feridas durante os atentados a ônibus ou prédios públicos, também não houve notícias de letalidade policial de “suspeitos” neste período.¹⁷ O que não significa que não houve achaque por parte das polícias, mas demonstra que, se houve, foi velado ou não se deu por meio de homicídios. Rocha (2015) demonstra como a polícia mineira, ainda que não seja tão letal quando comparada a de outros estados brasileiros, atua inflando ou produzindo conflitos entre atores criminais. Neste contexto, a polícia atua se beneficiando “de uma rivalidade entre duas partes jogando uma contra a outra” (Rocha, 2015, p. 169).

¹³ “RN sofre novos ataques com tiros contra base dos bombeiros e veículos incendiados”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/06/07/dois-onibus-sao-incendiados-e-apedrejados-em-serie-de-ataques-criminosos-em-natal.htm>. Acesso em 06 de out. de 2021.

¹⁴ “Quase 130 são presos em Minas desde junho suspeitos de ataques a ônibus”. Disponível em: <https://www.fojeemdia.com.br/horizontes/quase-130-s%C3%A3o-presos-em-minas-desde-junho-suspeitos-de-ataques-a-%C3%B4nibus-pf-entra-nas-investiga%C3%A7%C3%B5es-1.642180>. Acesso em 13 de ago. de 2021.

¹⁵ “Criminosos envolvidos com o PCC são presos em Minas Gerais”. Disponível em: <https://www.fojeemdia.com.br/horizontes/criminosos-envolvidos-com-o-pcc-s%C3%A3o-presos-em-minas-gerais-1.701885>. Acesso em 13 de ago. de 2021.

¹⁶ Ver “Apesar de queda em mortes, ataques a ônibus e crimes assustam MG”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/apesar-de-queda-em-mortes-ataques-a-onibus-e-crimes-assustam-mg.shtml>. Acesso em 10 de out. de 2021.

¹⁷ “Onda de ataques a ônibus continua em MG e põe estados em alerta”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/onda-de-ataques-a-onibus-continua-em-mg-e-poe-estados-em-alerta/>. Acesso em 13 de ago. de 2021.

Enquanto os já conhecidos na mídia nacional como “ataques do PCC” deixavam parte dos moradores das cidades mineiras temerosos em relação às ações da facção que acompanhavam pelos noticiários, moradores das periferias dessas cidades recomendavam mais cuidado aos jovens ao saírem de casa e relatavam o medo de ter algum amigo ou familiar preso ou morto naquela semana. Medo coerente, se lembrarmos o que foram os Crimes de Maio.¹⁸ Os “ataques do PCC” que ocorreram em maio de 2006 em São Paulo ficaram posteriormente conhecidos como Crimes de Maio, por serem assim chamados por movimentos sociais de familiares de vítimas. Posteriormente se estimou 564 vítimas de homicídio ou desaparecimento, vítimas da retaliação oferecida pelas forças policiais do estado, em “resposta” aos “ataques do PCC”. Segundo os promotores que investigam o caso, a força policial do estado vitimou aleatoriamente moradores de periferias da capital paulista, a imensa maioria (484 pessoas)¹⁹ com tiros na cabeça, indicando extermínio.

A explosão dos “ataques do PCC” em Minas Gerais em junho de 2018 compunha um cenário mais amplo de expansão nacional e internacional da facção, que há alguns anos estava em exercício, neste momento já em consolidação (Duarte e Araújo, 2020b). Até o momento dos ataques, a facção não havia tido reconhecimento de sua presença pelos gestores mineiros. Escrito ao final da carta encontrada em uma das ações: “nosso braço armado é o terror dos poderosos”, demonstrando consciência de que armados e coordenados têm poder para interferir diretamente na ordem urbana (Feltran, 2012a). Até então, a presença da facção em Minas não havia recebido visibilidade midiática. Nos principais noticiários o estado era apresentado como mera rota de fuga para integrantes da facção, por meio das rodovias que o ligam a São Paulo.²⁰ Mais uma vez foi por meio da demonstração de violência que a facção obteve evidência midiática.²¹

¹⁸ Muitos trabalhos relevantes trazem discussões sobre os Crimes de Maio, algumas referências que trabalharam sobre os eventos consultados para este trabalho são Adorno e Dias (2016), Adorno e Salla (2007) Feltran (2018). Ficou conhecido como “crimes de maio” pelo movimento de mulheres, mães de vítimas, ver Mães de Maio (2011).

¹⁹ Esses números são ligeiramente diferentes daqueles presentes no trabalho de Adorno e Salla (2007) e no relatório São Paulo Sob Achaque (2011), disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/S--o-Paulo-sob-Achaque.pdf>. Ver também “Crimes de Maio de 2006: o massacre que o Brasil ignora”. Disponível em: <https://ponte.org/crimes-de-maio-de-2006-o-massacre-que-o-brasil-ignora/>. Acesso em 14 de ago. de 2022.

²⁰ Sobre as narrativas jornalísticas que tratam sobre a expansão do PCC em Minas Gerais e pelo Brasil, ver o trabalho de Thais Duarte e Isabela Araújo (2020b).

²¹ Assim como na megarrebelião de 2001, que abrangeu 29 unidades prisionais paulistas e nos Crimes de Maio, citado anteriormente.

A expansão do PCC para Minas Gerais

O primeiro registro oficial da facção em Minas Gerais foi em 2006, com a inauguração de um pavilhão destinado exclusivamente a seus integrantes na penitenciária Nelson Hungria, localizada na RMBH. Identificar os reclusos membros do PCC foi possível porque a administração penitenciária do estado prevê que ao ingressarem no sistema prisional manifestem se participam de alguma organização faccional, com a finalidade de evitar conflitos (Duarte e Araújo, 2020b). Devido à demanda, nos anos seguintes foi criado um segundo pavilhão exclusivo para integrantes da facção. Atualmente, todos os presos da capital que são originários do Triângulo Mineiro e do Sul de Minas são automaticamente considerados do PCC, mesmo que digam o contrário (Duarte e Araújo, 2020a).

Até o começo de 2014, o posicionamento público do governo mineiro se manteve o mesmo: negava a presença da facção, com o intuito de minimizar sua força, como aconteceu em outros estados.²² Este posicionamento começa a se modificar em março desse ano, quando um rapaz de 25 anos é morto com um tiro na cabeça disparado por um policial, em Uberaba.²³ O assassinato gerou reação imediata: três ônibus foram queimados, uma barricada foi construída em um bairro com pneus e móveis queimados, além de uma manifestação no pontilhão da cidade. Nesse mesmo dia, outro jovem foi morto pela polícia, de 19 anos, visto como suspeito de cometer um furto. No dia seguinte, os chamados “vândalos” pela mídia local, apedrejaram um ônibus e o transporte coletivo foi suspenso em alguns bairros de periferia da cidade, uma escola suspendeu as aulas e comércios fecharam as portas. Alguns relatos dizem que durante esses eventos, foi decretado um “toque de recolher pelos *bandidos*” na cidade.²⁴

Posteriormente, em abril de 2014 o Ministério Público de Minas Gerais denuncia 41 reclusos na penitenciária de Uberaba por participarem do PCC.²⁵ Mas só a partir de

²² Em Minas Gerais isso foi verificado por Duarte e Araújo (2020a), no Ceará por Paiva (2019), em Alagoas por Rodrigues (2020) e em São Paulo por Feltran (2011) e Dias (2011).

²³ “Jovem é morto após ser atingido por disparo de arma de policial em MG”. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2014/03/jovem-e-morto-apos-ser-atingido-por-disparo-de-arma-de-policial-em-mg.html>. Acesso em 16 de ago. de 2021.

²⁴ “Ametista vive série de atos de vandalismo após mortes de jovens”. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2014/04/Ametista-vive-serie-de-atos-de-vandalismo-apos-mortes-de-jovens.html>. Acesso em 16 de ago. de 2021.

²⁵ “MPMG denuncia 41 integrantes do PCC em Ametista”. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/mpmg-denuncia-41-integrantes-do-pcc-que-atuavam-em-Ametista.htm>. Acesso em 21 de set. de 2021.

2017 tornou-se incontestável, para os gestores públicos mineiros, a presença e a atuação da facção em seus limites territoriais. Nítida pela mudança no tipo de criminalidade desenvolvida, com incremento no tráfico de drogas, assaltos a caixas eletrônicos, roubos e assaltos especializados, roubos de cargas e lavagem de dinheiro com venda de automóveis e peças.²⁶ Recentemente, em um contexto diferente, no Rio de Janeiro, a maior incidência e especialização de crimes contra o patrimônio causou uma transformação nas respostas oferecidas pela segurança pública estadual: incrementando e reforçando o uso de forças estatais para proteger “a posse e circulação de riquezas, em lugar de se empenhar em preservar a vida” (Hirata e Grillo, 2017).

Mas a expansão nacional do PCC é ainda mais antiga; Feltran (2018) argumenta que foi iniciada nos anos 2000, com a estratégia do governo paulista de transferir reclusos vistos como supostos líderes da facção para outros estados. Essas transferências, além de espriar os ideais da facção para outras regiões do país, também estimulou os grupos igualitaristas internos à facção, ao isolar antigos membros vistos como líderes do Comando, fortalecendo o ideal de Igualdade (Biondi, 2010). Duarte e Araújo (2020a) demonstram que o processo de expansão do PCC se iniciou ainda na década de 1990, período em que a facção estava se consolidando em São Paulo (Dias, 2011; Feltran, 2012b).

Manso e Dias (2018) também argumentam que a expansão não é recente. Segundo os autores, a partir de 2014 a facção estabeleceu um plano consistente para angariar novos membros nos mais diversos estados, com interesses abertamente comerciais.²⁷ De acordo com dados do MPSP, em 2017 o PCC já estava presente em 26 unidades federativas e no Distrito Federal.²⁸ Em São Paulo, a política de encarceramento em massa e a estratégia de transferir os supostos líderes do PCC para cárceres de outros estados contribuiu para a expansão da facção por distintas regiões do país (Manso e Dias, 2018). Além do espriamento para outros estados, essa estratégia também contribuiu para a formação do Comando, impulsionando uma organização criminal para comportar as novas dimensões do grupo.

²⁶ Ver “Suspeitos que queriam abrir filial do PCC em Minas são presos”. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/suspeitos-que-queriam-abrir-filial-do-pcc-em-minas-sao-presos-1.1070441>. Acesso em 21 de set. de 2021.

²⁷ Reduzir intermediários tem a finalidade de controlar as etapas sem depender de terceiros.

²⁸ Ver “Facção criminosa tenta dominar presídios do país todo”. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/clube-do-crime/introducao/facao-criminosa-tenta-dominar-presidios-do-pais-todo.shtml>. Acesso em 6 de jul. de 2021.

Somente após a ruptura da aliança com o Comando Vermelho (CV), em 2016, a presença do PCC e de outras facções torna-se evidente na mídia, pelos conflitos violentos decorrentes da ruptura. Confrontos entre integrantes do PCC e do CV, bem como confrontos entre integrantes de facções locais que se aliaram a essas facções, geraram um aumento rápido e intenso nas taxas de homicídio de diversos estados do Brasil. Por isso, ao falar sobre a expansão do Comando para outros estados brasileiros, é preciso observar e analisar a atuação da facção caso a caso, considerando a plasticidade inerente à sua organização.

O foco empírico desta dissertação são três cidades do interior mineiro, na região do Triângulo Mineiro, que possuem histórias urbanas muito distintas entre si. As cidades estudadas, Uberlândia, Uberaba e Cidade da Saúde, possuem características geográficas relevantes para a circulação de mercadorias, a nível nacional e internacional. Segundo dados do IBGE (2022), a Cidade da Saúde, cidade de menor porte desta pesquisa, possui cerca de 100 mil habitantes, a de médio porte, Uberaba, conta com aproximadamente 359 mil habitantes. E Uberlândia, a cidade de grande porte, dispõe de uma população em torno de 725 mil habitantes, seguindo com o posto de segundo município mais populoso de Minas Gerais, atrás apenas da capital Belo Horizonte, que atualmente conta com cerca de 2,3 milhões de habitantes.²⁹

Na ponta superior, a cidade de menor porte, Cidade da Saúde, está situada contiguamente ao estado de Goiás, e na inferior, a de médio porte, Uberaba, faz fronteira com o estado de São Paulo. A cidade de grande porte, Uberlândia, é conhecida por seu processo de urbanização rápido, apesar de tardio. Contando com uma especulação imobiliária histórica, realizada pela elite da cidade (composta por fazendeiros, políticos, empresários e donos de imobiliárias, especialmente), o município se consolida como referência na região. Com isso, recebe um grande fluxo migracional, em grande parte graças à institucionalização federal do ensino superior, expansão do trabalho na área de serviços e a popularidade de assentamentos e ocupações urbanas.³⁰

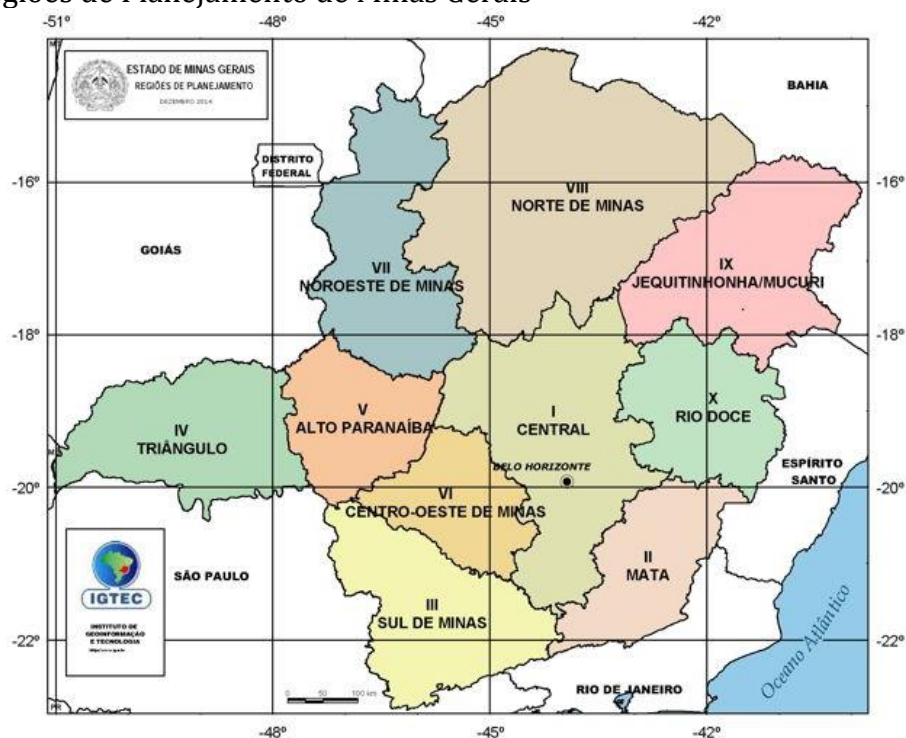
²⁹ Estimativas populacionais do IBGE, com dados prévios do Censo 2022, fonte de dados mais recentes até a finalização desta pesquisa. Disponível em: ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Municipios.pdf. Acesso em 15 de jan. de 2023.

³⁰ Havia na região o que a mídia cunhou de “cultura de invasão de terras” (BONESSO, 2018, p. 25), reforçado pelo senso comum que costuma atrelar os assentamentos, ocupações urbanas e bairros irregulares à criminalidade. Para saber mais sobre isso, ver Soares (1995) e Bonesso (2018).

Antes de pertencer a Minas Gerais, o Triângulo Mineiro foi por muito tempo local de disputa política, por ser uma zona de fronteira e, sobretudo, pela passagem de viajantes, mineradores e tropeiros viajantes³¹ entre o litoral e o sertão (Bonesso, 2018). Historicamente, essas fronteiras foram fatores importantes para a constituição urbana das cidades, impulsionando o desenvolvimento das cidades de Uberaba e Cidade da Saúde, graças à construção dos trilhos da rede ferroviária no final do século XIX. Esse processo permitiu que as cidades do Triângulo fossem “pontas de linha” de escoamento da produção agropecuária e agrícola para diversas regiões do país (Bonesso, 2018). Hoje a região tem destaque socioeconômico no estado, sobretudo pelas ligações comerciais estabelecidas entre outras cidades e estados.

O mapa 3 demonstra a localização do Triângulo Mineiro em Minas Gerais.

Mapa 3. Regiões de Planejamento de Minas Gerais



Fonte: IGTEC - Estado de Minas Gerais.

Minas Gerais possui regiões bem distintas entre si e isso se reflete nas dinâmicas criminais desenvolvidas no estado, também heterogêneas. Essa diversidade nas dinâmicas criminais se deve, em grande medida, às fronteiras altamente cambiáveis com

³¹ Os tropeiros eram viajantes condutores de tropas de cavalo ou de gado, que atravessavam áreas urbanas e rurais transportando mercadorias, gados e correspondências.

outros estados. Por isso, ao falarmos de expansão de facções para o estado, é preciso compreender as particularidades de suas regiões e as influências e trocas com os estados fronteiriços, em cada caso.

Na capital mineira, Belo Horizonte e na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RBMH), há o predomínio de muitas gangues fragmentadas nas ruas dos aglomerados, geralmente constituídas de poucos integrantes e com rivalidades violentas com outros grupos (Rocha, 2015; Beraldo, 2020; Bonesso, 2019; Zilli, 2015). Nesse caso, os homicídios se dão por meio de guerras entre grupos de gangues, em um processo de implosão espacial, no qual determinados territórios são responsáveis pela grande maioria dos homicídios (Beato, 1998; 2001).

Essas gangues atuam freando a expansão do PCC para suas periferias, facção que está presente nas penitenciárias da RMBH, como vimos acima e como argumentam Ribeiro *et al.*, (2019) em investigação nos pavilhões do PCC na penitenciária Nelson Hungria. De acordo com os autores, a principal justificativa alegada pelos reclusos que estavam na RMBH para negarem os convites de entrada na facção, é a dificuldade de desligamentos. Além disso, relatam preferir ter autonomia para vingar mortes e matar possíveis rivais, enquanto o PCC impõe sua disciplina, que regula os homicídios. Dizem também preferir poder vender drogas, dentro e fora dos cárceres, pelo preço que quiser, sendo seus próprios “patrões”. Por essas resistências, os atores criminais belo-horizontinos são rotulados como “mentes fechadas” e “desorganizados” pelos *irmãos*,³² que alegam que “eles preferem guerrear entre si do que com a polícia” (Ribeiro et al., 2019, p. 238).

Mas essa é a realidade da RMBH. Nos municípios do estado que fazem divisa com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, há a presença de grandes facções, como PCC e CV. Ainda que em menor proporção no estado, o CV se faz presente em municípios da região Sul de Minas, onde por vezes integrantes do CV e do PCC guerreiam entre si, e vídeos de ameaças e execuções mútuas circulam pelas redes sociais.³³ Em muitas cidades das regiões do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro, há a predominância do PCC nas unidades prisionais e nas ruas de bairros de periferias dos municípios.

³² Os membros batizados do PCC são chamados de *irmãos*. Neste trabalho, sempre que se referir aos *irmãos* da facção, aparecerá em itálico.

³³ Ver, por exemplo, “Guerra entre o CV e PCC pode ter motivado morte macabra de jovem no Sul de Minas”. Disponível em: <http://minasacontece.com.br/not.asp?act=noticias&act2=ver&id=6551>. Acesso em 08 de out. de 2022.

O Triângulo Mineiro é fundamental para o fluxo nacional e internacional de distribuição de mercadorias, sendo quase obrigatório passar por ele para chegar a distintas regiões do país. De acordo com as pesquisas da Polícia Federal narradas por Laurejan e Júnior (2019), a região estaria sendo utilizada como base operacional para o tráfico internacional. Os autores descrevem bem a importância da região enquanto entreposto comercial:

Região abastada e bem localizada, com pretensões emancipatórias, o Triângulo faz divisa com Mato Grosso do Sul a oeste (Estado fronteiro a Paraguai e Bolívia); Goiás e Brasília ao norte; a capital Belo Horizonte a leste; e a maior cidade do país, São Paulo, ao sul – tudo orbitando em um raio aproximado de apenas 500 km. Logo virou ponto estratégico para os traficantes sul-americanos, que invadem o espaço aéreo brasileiro e descarregam toneladas de cocaína e armamento pesado em país ainda tido como entreposto, pela fragilidade de suas fronteiras aliada à proximidade de vizinhos produtores, mas também alçado a grande centro consumidor, seja de drogas ou armas. (Laurejan e Júnior, 2019).

Por ser um ponto de passagem praticamente obrigatório na conexão entre o Sul/Sudeste do país e todas as demais regiões, a região é um local muito estratégico para uma organização criminal com projetos expansionistas nacionais e internacionais, e que possui vinculação a diferentes mercados ilegais (tráfico de drogas e armas, veículos e autopeças, contrabando, cigarros, roubos e assaltos especializados etc.), como é o PCC. O interesse primordial e a primeira instância de atuação da facção no Triângulo foi, de fato, por meio de sua face mercantil, disputando o controle de rotas de mercados ilegais e *bocas*³⁴ com comerciantes varejistas de drogas.

O debate sobre homicídios e facções

Desde o início dos anos 2000, a literatura etnográfica sobre o “mundo do crime” no Brasil anunciou a hegemonia do Primeiro Comando da Capital no estado de São Paulo, berço da facção. Esta literatura sugeriu a implicação direta dessa hegemonia, em contexto de expansão do encarceramento, na redução das taxas de homicídio no estado. Sobre a queda dos homicídios no estado neste período, dois grupos de autores argumentam as razões para a volumosa redução das taxas.

³⁴ As *bocas*, *biqueiras* ou *lojinhas* são pontos de venda de substâncias psicoativas ilícitas. Os termos *bocas* e *biqueiras* eram mais utilizados nos anos 1990 e 2000, posteriormente dando lugar ao termo *lojinha*.

A literatura em que o primeiro grupo se encaixa é pautada em pesquisas quantitativas. Autores deste grupo argumentam que o protagonismo e eficiência de políticas públicas de segurança que obtiveram resultados positivos na diminuição das taxas, a mudança na pirâmide etária brasileira (Mello e Schneider, 2007) e a queda no desemprego (Peres *et al.*, 2011), além de outros fatores como o desarmamento (Dreyfus *et al.*, 2008), a Lei Seca (Justus *et al.*, 2018) e o aumento das taxas de encarceramento (Kahn, 2013) teriam contribuído para a redução dos assassinios no estado.

Já o segundo grupo, pautado em pesquisas etnográficas (Feltran, 2010, 2011, 2012a, 2012b; Manso e Dias, 2018; Manso, 2019; Ruotti *et al.*, 2017), defende que a emergência do PCC e seus modos de instrumentalizar as políticas de segurança, expandindo-se como uma instância reguladora de conflitos no “mundo do crime”, por meio do mecanismo dos “debates”, reduziu os homicídios entre jovens e adultos inscritos em mercados ilegais, sobretudo nas periferias do estado.

Mas a queda das taxas de homicídios em São Paulo não pode ser apresentada como indicador unívoco de que as políticas de segurança pública do estado foram eficientes, pois é um fenômeno multicausal. Pois, se de fato fossem resultado dessas políticas, além dos homicídios, outras taxas de criminalidade também teriam caído, o que não ocorreu. As taxas de roubos e furtos não diminuíram, os latrocínios e a letalidade policial aumentaram muito, e a especialização dos atores ilegais se tornou evidente (Feltran, 2018). A hipótese de mudança demográfica da população (Nery *et al.*, 2019), que por ter menos jovens explicaria a queda das taxas, tampouco se sustenta por si só, porque neste período apenas no estado de São Paulo os homicídios lograram queda, enquanto em todo o país a pirâmide etária se modificou. Além do fato dos homicídios terem caído significativamente entre um perfil: jovens homens, pretos e pardos, moradores de periferia, trabalhadores baixos de mercados ilegais, enquanto mortes ocorridas em assaltos, bem como de mulheres jovens, aumentavam (Feltran, 2018, p. 231).

Outras pesquisas, em outros lugares, demonstram que as disputas políticas em torno dos mercados ilegais impactam diretamente na ocorrência de homicídios (Cordeiro, 2022; Ratton e Daudelin, 2018; Kahn, 2021; Rodrigues, 2020). As relações estabelecidas em torno de mercados ilegais, via mercadorias políticas ou em relações entre o “mundo do crime” e forças da ordem, também foram acionadas para explicar as flutuações de homicídios (Misse, 2006; Daudelin e Ratton, 2017; Feltran e Motta, 2021; Cano e Duarte, 2012).

Esses mercados ilegais, que são transnacionais, movimentam uma grande quantidade de dinheiro e geram alta lucratividade aos megaempresários criminais, atraindo diferentes grupos armados em torno de seu funcionamento. O uso desproporcional da violência letal sob a premissa de “guerra” a esses mercados agrava a “sujeição criminal” de jovens homens, negros, pobres e moradores das periferias brasileiras, conforme defendido por Misse (2019). Dessa forma, as mortes de jovens moradores de periferia, sobretudo aqueles pretos e pardos, são impulsionadas em um duplo movimento: pelas disputas, conflitos interpessoais e *cobranças* internas ao “mundo do crime”, sobretudo aos que estão inseridos nos mercados ilegais e, de forma mais abrangente entre esses jovens, pelos confrontos violentos com a polícia, que todos os anos matam milhares de pessoas sob o pretexto de “guerra às drogas”.

De acordo com a UNODC (2019), a polícia brasileira é a que mais mata civis no mundo, mas também é a que mais morre. Em Minas Gerais, Zilli *et al.* (2020) indicam que as taxas de letalidade policial vêm aumentando desde 2013, seguindo o padrão nacional, ainda que em níveis inferiores. Movimento parecido tem ocorrido com as taxas de policiais mortos, ainda que em proporção e ritmo significativamente menores que os índices de letalidade policial. A alta nas taxas de letalidade policial (de 240% em oito anos, de 2009 a 2017) sugere que há, além de uma negligência por parte do governo estadual, uma naturalização das mortes cometidas por policiais, sendo que a maior parte desses homicídios vitimam jovens, homens e negros (pretos e pardos), com grande concentração nos arredores de bairros periféricos e com utilização de armas de fogo (Castro e Rocha, 2021). Veremos ao longo deste trabalho que essas características nos indicadores de homicídio não são por acaso.

O perfil típico das vítimas de homicídio no Brasil descrito acima (jovens, pretos e pardos, moradores de periferias) se intensifica quando adicionamos sua inserção nos mercados ilegais. Hirata e Grillo (2019) argumentam que os mercados ilegais são apropriados desigualmente e sua criminalização é parte constitutiva do “problema da violência” que as políticas de segurança pública visam resolver, sabendo que na maioria das vezes essas políticas têm como foco a repressão aos pequenos operadores dos mercados ilegais. Os operadores baixos dos mercados ilegais recebem menos e estão mais expostos aos riscos cotidianos de sua função – de serem mortos ou presos – e são justamente aqueles compõem, em sua grande maioria, as estatísticas de homicídio no país, como pesquisas qualitativas vêm demonstrando (Misse, 2006; Hirata, 2018; Ratton e

Daudelin, 2018; Rodrigues, 2020), assim como pesquisas quali-quantitativas (Cordeiro, 2022; Feltran *et al.*, 2022).

Quantitativamente, as taxas de homicídio variam em diversos espaços e tempo no Brasil. Mas esse perfil típico que tratamos segue sendo o prioritário nas vítimas por homicídio, sendo constante entre os territórios e ao longo do tempo. E as variações neste perfil impactam diretamente as taxas da população geral, que sofrem pouca variação, conforme veremos no capítulo 1 e 3, com as taxas desagregadas por perfil sociodemográfico da vítima. Portanto, as variações nas curvas, no tempo ou no espaço, não significam variações no perfil típico das vítimas, que permanece muito regular.

Apesar de sabermos que se trata de fenômeno multicausal e complexo, e das hipóteses construídas pela literatura não serem totalmente opostas, os trabalhos exclusivamente quantitativos não demonstram conhecimento das histórias criminais dos contextos estudados; e os trabalhos apenas qualitativos não realizam demonstrações quantitativas das tendências que se referem às histórias de homicídio narradas, impedindo inferências por meio das taxas de homicídio. Por isso, a proposta desta pesquisa é multimétodos: qualitativa e quantitativa, descrevendo densamente os contextos locais em que ocorreram os homicídios, conhecendo a história criminal local e, por meio de demonstração quantitativa, realizando inferências a partir do que as curvas sugerem.

Em Minas Gerais, a literatura produzida sobre a RMBH focada na política de segurança pública voltada para a redução de homicídios demonstra o impacto positivo dos programas estaduais (sobretudo Fica Vivo! e Mediação de Conflitos) na redução das mortes violentas nos aglomerados que foram implementados (Beato *et al.*, 2008; Silveira, 2012). Quando transportados para cidades interioranas distantes da capital mineira e da RMBH, contexto para os quais estes programas foram projetados, os efeitos foram múltiplos e distintos. Bonesso (2018, 2019) demonstra como a política de segurança pública estadual, pautada nos conceitos de “proteção social” e “repressão qualificada” teve, nas cidades interioranas do Triângulo Mineiro, foco na “repressão qualificada”. Em Uberlândia houve rápida implementação, em 2005, da polícia especializada GEPAR nos bairros periféricos classificados como “áreas de risco” e lenta implementação da “proteção social”, com programas como o Mediação de Conflitos chegando apenas em 2012.

Ao mesmo tempo que os Centros de Prevenção à Criminalidade (CPCs) chegavam incompletos, devido principalmente aos cortes públicos estatais, com primazia na “repressão qualificada” em relação à “proteção social”, houve um contexto de muito policiamento desvinculado da metodologia preventiva (Bonesso, 2018, p. 241), o que acelerou o encarceramento de jovens moradores de periferias, como dito anteriormente. Entre 2005 e 2012, Minas Gerais registrou o maior crescimento da população encarcerada do país, impulsionado pelo encarceramento de negros (terceira maior variação da taxa no país) e jovens (quarta maior variação da taxa no país). No mesmo período, o ritmo de encarceramento acelerado não conteve a aceleração nos números de homicídios, para o estado.³⁵

Em meados de 2000, mesmo intervalo em que a política pública de segurança chega à duas das cidades estudadas na região, Uberlândia e Uberaba, há a explosão de casos de apreensões de drogas, veículos, cargas, celulares e prisão de supostos líderes do PCC. Nesse sentido, Bonesso (2018) defende que nas duas primeiras décadas dos anos 2000 tem-se uma coexistência de dois dispositivos de segurança para os moradores das periferias do Triângulo: implementação de novos dispositivos de segurança estatais, e de dispositivos de segurança e resolução de conflitos internos ao “mundo do crime”, ambos voltados à juventude. Por isso, compreender como o “mundo do crime” têm atuado na regulação de homicídios na região, aposta deste trabalho, contribui para identificarmos o que de fato tem impactado as curvas de homicídio, nesses casos.

Tratando sobre a expansão do PCC para outros locais, como é o caso do Triângulo Mineiro, é preciso analisar as dinâmicas criminais e a variação de indicadores de violência para compreender como a facção têm se mostrado, e se tem conquistado hegemonia política ou se são relações apenas comerciais. Em São Paulo, a literatura demonstra que os efeitos puderam ser percebidos a partir dos anos 2000, quando os dissidentes já haviam sido eliminados ou integrados à facção. No caso paulista, a face violenta foi a primeira a ser exposta, sobretudo nas unidades prisionais, para depois dar lugar a discussões pacificadoras. Como teria acontecido no caso do Triângulo Mineiro?

O papel da linguagem na contenção de homicídios

Ao longo desta dissertação passaremos por formas distintas de resolução de conflitos, regulados por grupos armados com capacidade de, em seu momento e a sua

³⁵ Ver Mapa do Encarceramento (Brasil, 2015).

forma, controlar territórios e condutas. Em cada tempo analítico, veremos múltiplas expressões, termos, gírias, hipérboles e metáforas utilizadas no cotidiano das periferias urbanas ou no universo envolto por dinâmicas criminais. A proposta deste tópico é de pensarmos o *Crime* como um campo semântico e como partilha de experiência, tendo em vista que a convivência no *Crime* modifica radicalmente a forma de estar no mundo.

Em certa medida, isso se deve ao que Feltran (2011) identifica como uma ampliação do que define como “marco discursivo do crime”. O *Crime* enquanto marco discursivo seria, então, uma posição que o *Crime* passa a assumir nas periferias urbanas de São Paulo, disputando espaço com outras matrizes discursivas – como a igreja, o trabalho e a família, por exemplo. No entanto, essa ampliação não seria de ações criminais, mas sim de uma ampliação do *Crime* enquanto espaço de sociabilidade e de discursos a respeito do *Crime* no debate público, na maior parte das vezes voltados a silenciar jovens moradores de periferias. Dessa forma, percebemos dois movimentos: de uma ampliação do “marco discurso do crime” interna aos jovens moradores de periferias urbanas, que disputa poder com outras instâncias de sociabilidade e, de outro lado, de uma maior incriminação desses jovens, instigada pelos discursos estigmatizantes veiculados na mídia, que incitam a violência contra moradores de periferias.

Termos próprios do PCC adentram o universo criminal local e fazem todo o sentido. Assim como expressões utilizadas por *ladrões* do Triângulo fazem todo o sentido para *irmãos* e outros jovens de outros lugares que migraram para Minas Gerais. Isso se deve ao fato de que essas expressões se baseiam em uma experiência comum. E, por isso, apenas fazem sentido e são altamente intercambiáveis pelo compartilhamento dessa experiência, por meio da linguagem. Para as pessoas que não dominam as gírias e expressões utilizadas por jovens moradores de periferia ou inseridos no universo criminal ou, ainda, para o debate público, as expressões nativas trazidas neste trabalho não fariam nenhum sentido, porque não partilham as mesmas referências. Como argumenta Grillo (2013, p. 100): há uma “ausência de uma linguagem compartilhada e de entendimento intersubjetivo”, logo, não é possível acessar os significados se são ignorados os referentes.

Bichão, bandidão, consideração, resposta, patrãozeira. Essas são categorias nativas do *Crime* no Triângulo durante os anos 1990, que emergiram na minha pesquisa e iluminaram um contexto criminal que eu desconhecia e apenas tive acesso por meio de relatos e memórias de pessoas que o vivenciaram. *Bandidão*, por exemplo, ao contrário

do que conhecemos pela experiência paulista, não se referia pejorativamente àquele indivíduo que quer mandar e *se bancar* em cima de outras pessoas. Se referia àquele que é “muito *bandido*”, uma positividade das atitudes no universo criminal que impõe respeito entre os pares. Hoje, *bandidão* carrega o mesmo sentido que a gíria no contexto paulista. *Bichão*, em sentido análogo, aparece no contexto criminal entre jovens *maquinados* de Fortaleza, como demonstrado por Sá (2011).

No capítulo 2 leremos uma carta escrita por integrantes do PCC, e por ser muito assentada em indivíduos, duas expressões principais emergem: *companheiro* e *sem visão*. *Companheiro* seria aquele indivíduo que é parceiro e *sem visão* aquele que é desrespeitoso com o outro e com os acordos coletivos. *Proceder*, *disposição*, *missão*, *sistema*, *vermes*, *ladrão* e *certo*. Esses e outros termos são utilizados por *irmãos* do PCC no Triângulo e em tantos outros lugares. Passaremos por estes termos durante toda a dissertação. *Consideração*, *resposta*, *bandidão* e *disposição* aparecem nos três ordenamentos urbanos estudados, demonstrando o nível de descendência da comunicação.

Essas gírias que na literatura acadêmica foram identificadas como “idioma do crime” (Grillo, 2013), “marco discursivo do crime” (Feltran, 2011), “gramática dos garotos (Lyra, 2013) ou “dialeto vida loka” (Malvasi, 2012), aproximam pessoas inscritas no *Crime* de lugares muito diferentes, com experiências pessoais, relação com as forças da ordem, forma de inserção no universo criminal, além da própria história de formação urbana das cidades e de dinâmicas criminais muito distintas. Apesar disso, essas pessoas compartilham um repertório linguístico baseado em experiências, mesmo que não tenham vivenciado outros contextos em particular.

Neste sentido, pensando a expansão do PCC para outros lugares, pensamos também a expansão e incorporação de um repertório linguístico. Os *debates* ou *as ideia*, mecanismo próprio da facção, é uma instância de resolução de conflitos que se desenvolve como um espaço de diálogo, no qual duas partes opostas defendem, pela palavra, seus argumentos e sua posição, sustentando o que entendem por *certo* ou *errado*. Durante os *debates*, se abre brechas para a moderação do uso da força por meio da oratória (Grillo, 2013), ainda que sejam atravessados por outros fatores, como desfechos arbitrários.

A normatização de um conjunto de regras e instruções de conduta em contínua transformação, como é o *proceder* (Marques, 2014), em uma lei que é de conhecimento comum e respeitada por todos (Feltran, 2018), instituiu a justiça do que é *certo* nas periferias urbanas do Triângulo, após hegemonia do PCC nos mercados ilegais. A fala de

Ricardo, interlocutor que conheceremos sua trajetória no capítulo 2, nos apresenta o funcionamento desse senso de justiça:

é que é assim o Comando da Capital não aceita patifaria, a gente chama assim né, e as outras facções aceitam, mas o PCC é a única facção que não aceita patifaria, por isso faz tanto sucesso no crime porque a gente só quer viver em paz [...] não aceita estuprador, pra estuprador não tem nem ideia é morte mesmo, não pode viver em sociedade e o que a gente chama de talarico que é tipo pegar a mulher do outro... isso a gente também não pode aceitar, já é patifaria (trecho de entrevista com Ricardo, junho de 2021)

A *patifaria* que Ricardo cita seria, portanto, um conjunto de atitudes inaceitáveis na conduta prezada pela facção. De outro ângulo, em relação à positividade das atitudes de um *irmão*, a *atitude*, *disposição* e *proceder* são símbolos de justeza do comportamento de um *ladrão*, que deve ser irretocável (Feltran, 2010), não pode *vacilar*. Para Ricardo, essa é a razão do PCC “fazer sucesso e estar em todos os lugares”. O *proceder*, é o atributo que os indivíduos imersos no “mundo do crime” necessitam manter para garantir sua integridade frente ao grupo.

Há regras claras de conduta (o “proceder”) e mais do que isso, nesta comunidade se pode ter a sensação subjetiva – ainda que instável, parcial e momentânea – de que sua sobrevivência material, ao menos imediata, está garantida. Não é à toa que os membros dessa comunidade passam a se chamar de “irmãos” (ou também de “manos”). (Feltran, 2011, p. 180)

O *proceder* não é apenas um conjunto de regras e códigos morais internos ao “mundo do crime”, mas um ideal de conduta no *Crime* ou uma contraconduta (Hirata e Grillo, 2019; Marques, 2010). O norte dessa conduta no *Crime*, o *correr pelo certo*, é algo que apenas se aprende na experiência cotidiana, pois suas regras e códigos não estão escritas e fixas em um lugar, mas são situacionais. Ser um patrão ou *dono de boca*, possuir armas e posições de poder, não mantém o respeito e nem o *proceder*. Sem humildade e respeitabilidade, não se mantém o *proceder*, e nem a vida, que é passível de julgamento.

Logo, o *proceder* representa uma busca por respeitabilidade entre os pares e uma reflexão acerca da própria dignidade e de seus parceiros: “de um lado essa é a sua força, ao mesmo tempo é o que provoca a autodestruição dos que são por ele envolvidos” (Hirata, 2018, p. 208). Nesse sentido, o *proceder* oferece uma certa previsibilidade aos pares do “mundo do crime”. Em meio à incerteza, é a palavra empenhada pelos *ladrões*

que confere alguma previsibilidade, ou seja, a promessa realizada tendo como fiador de sua palavra o *proceder*, que é avaliado continuamente, por suas condutas cotidianas.

Agora, a morte como punição estaria reservada apenas aos *vermes*, àqueles indivíduos sem *proceder*. Acusações de delatores, estupradores, traidores, integrantes que geraram prejuízo aos negócios ilícitos coletivos e demais desvios graves. No entanto, essa vingança precisa ser deliberada, tendo o PCC o poder de liberar a autorização para matar em contextos em que exerce hegemonia política. Se não se mata e morre-se mais por desavenças consideradas banais, uma das tarefas cotidianas é estar sempre atento à manutenção do próprio *proceder* – porque ao mesmo tempo que o *proceder* correto garante a vida, atitudes desviantes que caem no inaceitável condenam à morte. Assim sendo, a *paz* pensada no nível individual, não é o ponto de chegada de uma evolução linear. Ao contrário, como argumentam Hirata e Grillo (2019), a *paz* é uma *caminhada*, que diz sobre o *proceder* de um *ladrão*. E essa *caminhada* pode conduzir à *consideração* ou à morte.

Recalculando a rota: caminhos da pesquisa e escolhas metodológicas

Metodologicamente, a pesquisa realizada adotou uma abordagem multi-métodos, integrando técnicas qualitativas e quantitativas. Em um primeiro momento, por meio da observação dos contextos, entrevistas com moradores, lideranças dos bairros, ex-membros de *gangues* ou antigos integrantes do PCC, foram produzidas anotações densas e sistemáticas sobre trajetórias de vida, casos de homicídio, conflitos entre *gangues* e, posteriormente, do conflito faccional. A reconstrução das histórias qualitativas foi fundamental para a compressão das dinâmicas criminais e de regulação armada nos municípios estudados: Cidade da Saúde, Uberlândia e Uberaba. Em seguida, foram analisadas séries históricas das taxas de homicídio nos municípios estudados, com a desagregação dessas taxas por território e perfil sociodemográfico da vítima, o que permitiu a elaboração de inferências aliando dados qualitativos e quantitativos. Ao analisar esses dados em conjunto, foi possível visualizar de que maneira a regulação armada da ordem urbana impacta nas taxas de homicídio.

Inicialmente o período abordado por esta investigação compreendia a última década, período em que a facção se expandiu e consolidou na região. No entanto, ao longo da pesquisa, se fez necessário compreender como as dinâmicas criminais no Triângulo Mineiro se organizavam em um período anterior à expansão do PCC. Dessa forma, o recorte temporal desta dissertação abarca um período de quatro décadas, compreendido entre 1990 e 2020, visando apreender a ordem urbana antes da entrada do PCC, durante sua fase de consolidação e após sua consolidação, nos três municípios estudados. Acredito que, sem essa tentativa de compreensão histórica do fenômeno, as transformações sociais mais amplas que envolvem as microssituações estudadas perderiam seu próprio dinamismo e potência.

Realizei a pesquisa de campo em dois períodos: primeiro, durante os meses de março a julho de 2021 e, em seguida, de fevereiro a abril de 2022. Durante o primeiro período de campo, em virtude da pandemia de Covid-19, realizei entrevistas por videochamadas com antigos interlocutores, que mantenho contato desde 2018, quando comecei a investigar sobre o tema, ainda na graduação, com a equipe de pesquisa integrante do Núcleo de Pesquisas Urbanas Travessias (UFU). Além das entrevistas por videochamadas, em um momento posterior e ainda durante a crise sanitária, fui a “campo” na Cidade da Saúde por um período breve, de menos de um mês. Estive em um bairro

situado na periferia da cidade com baixa taxa de homicídios, embora fosse considerado “violento” pelo seu histórico da *época de gangues*. Neste período na Cidade da Saúde, realizei entrevistas em profundidade de trajetória de vida com moradores antigos do bairro em que estive, vistos como lideranças e com ex-integrantes de *gangues*. Além de observações diretas e conversas casuais com moradores, jovens e *aviõezinhos*. Passei, ainda, uma semana em Uberlândia e outras duas em Uberaba, que serão descritas abaixo.

Pela minha experiência de vida, residi em um bairro de periferia do Triângulo, onde fiz amigos deste e de outros bairros situados nas periferias da cidade. Através dessas redes, pude acessar interlocutores de outros bairros, tendo como primeiro acesso o fato de ser “conhecida” pelos amigos que me apresentaram a possíveis interlocutores. No primeiro capítulo, o bairro Jatobá foi a principal referência. Por estar situado em uma região oposta à que residi na minha adolescência, conheci Marcelo, um dos interlocutores deste capítulo e professor em um cursinho popular do bairro, quem me apresentou aos moradores, que, de maneira muito generosa, aceitaram me receber em suas casas e conversar comigo, mesmo com o distanciamento e o uso de máscaras impostos pela pandemia.

A minha experiência como estudante, durante a graduação, me permitiu conhecer melhor a cidade de Uberlândia. Pela minha experiência acadêmica, pude acessar os programas Fica Vivo! e PrEsp (Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional) na cidade. Com minha orientadora à época, Mariana Côrtes (UFU), realizamos entrevistas com analistas sociais, gestores e ex-gestores dos programas. Também montamos um projeto em parceria com o PrEsp, no qual fui responsável por coordenar um cine-debate com os egressos do sistema prisional do município. As sessões em que passamos produções audiovisuais para os egressos foram realizadas no campus da Universidade Federal de Uberlândia em que eu estudava, e as sessões eram facultativas. A maioria dos egressos relatou nunca ter pisado naquele espaço antes. Alguns, antes da primeira sessão, perguntaram se poderiam entrar ou se teriam que pagar para ingressar na universidade. Duas analistas sociais do PrEsp acompanhavam as sessões, pois além de assistir às sessões, os egressos tiveram a possibilidade de assinar a lista de livramento condicional, levada pelas analistas.

Em 2019, ao finalizarmos o ciclo de cine-debate, fizemos uma confraternização com os egressos que haviam concluído o livramento condicional. Na ocasião, tive a oportunidade de falar um pouco mais sobre a minha pesquisa e como se relacionava aos

temas discutidos nos encontros. Antes da confraternização, oferecemos a possibilidade de seguir a conversa por meio de entrevistas, deixando em aberto para aqueles que se sentissem confortáveis. Alguns participantes do cine-debate se interessaram e deixaram seus contatos. Para minha surpresa, várias pessoas passaram seus números de celular e disponibilizaram a contribuir com minha pesquisa. Na sequência, ingressei no mestrado em Sociologia na UFSCar, onde pude utilizar minha experiência acadêmica e profissional anterior para acessar os contatos que foram a base da pesquisa que realizei posteriormente.

Após a qualificação da dissertação, tive a oportunidade de voltar novamente ao “campo”, desta vez presencialmente. Em Uberaba, realizei visitas diárias ao bairro Turquesa, situado próximo à uma das rodovias que cortam a cidade e a penitenciária do município, para realização de observação participante, conversas informais com os moradores e entrevistas em profundidade, sobretudo sobre suas trajetórias de vida. A maior parte do meu conhecimento sobre as periferias urbanas de Uberaba, até então, vinha das longas conversas com amigas e amigos que residem ou já residiram na cidade. Amigos que conheci durante a minha graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), bem como amigos e familiares desses amigos que, durante este campo, se tornaram meus primeiros interlocutores, me guiando até que eu pudesse circular com mais tranquilidade e ter outras referências. Além de minha experiência neste bairro, pude visitar o sistema socioeducativo da cidade, CSEUR, e entrevistar funcionários. Nessas ocasiões, pude me apresentar como pesquisadora e realizar entrevistas abertas, sem a necessidade de um roteiro estruturado. Isso permitiu deixar que os temas das entrevistas emergissem de acordo com o andamento das conversas, mas versavam, essencialmente, sobre suas percepções acerca dos jovens reclusos, suas dinâmicas de sociabilidade, rivalidades intra e extramuros, e a representação do PCC dentro da unidade por parte dos jovens reclusos.

Em Uberlândia, realizei entrevistas abertas com policiais penais, um ex-gestor de uma das penitenciárias da cidade, um delegado e investigadores da polícia civil que atuam na investigação da presença do PCC no Triângulo Mineiro. Durante este período também pude reencontrar interlocutores com quem já havia realizado entrevistas, seja por videochamada ou presencial e, busquei preencher algumas lacunas e tratar de outros elementos que foram surgindo ao longo da pesquisa, realizando entrevistas com interlocutores-chave para este estudo.

Este é o caso de Roberto e Ricardo, nomes fictícios de interlocutores que aparecem no primeiro e terceiro capítulos, respectivamente. Estes interlocutores me concederam uma série de entrevistas, tanto por videochamada quanto presencialmente. Durante o trabalho de campo desta pesquisa, observei que suas trajetórias de vida perpassavam histórias de homicídio que marcaram a ordem urbana e permaneciam na memória dos moradores. Além disso, suas experiências condensavam vários dos elementos da ordem local, em cada tempo analítico.

Inicialmente, esta pesquisa previa uma etnografia em três cidades do Triângulo Mineiro: Cidade da Saúde, Uberlândia e Uberaba. Na impossibilidade de realizar o “campo” presencial, acompanhei diariamente por mais de dois meses as reportagens veiculadas em quatro jornais *online* destas cidades, hospedados na rede social *Facebook*. Um para a Cidade da Saúde, dois para a cidade de Uberlândia e um para Uberaba. Os jornais foram escolhidos pelas longas transmissões ao vivo que realizavam no local do homicídio, quase imediatamente após a ocorrência, filmando o corpo inerte da vítima em via pública. Além de postagens e vídeos enviados por terceiros, de mortes que ocorrem nas cidades. Ao vivo, o apresentador ouve policiais, bombeiros e vizinhos que estão em torno da cena e, com isso, traça rumores³⁶ sobre a motivação daquele homicídio. Nesta parte da pesquisa, a etnografia virtual (Hine, 2004) é relevante para entendermos como as tecnologias da comunicação são capazes de (re)elaborar e (re)estruturar as relações entre atores sociais. Realizei uma pesquisa qualitativa sobre o conteúdo de reportagens detalhadas sobre homicídios em série, tentativas de homicídios, apreensão de drogas e armas, bem como notícias sobre a prisão de “líderes” do PCC na região. Após cada dia de observação, foi confeccionado um diário de campo.

Mas nem todos os dias são noticiados homicídios e prisões de supostos integrantes do PCC nesses jornais. Por isso, compilei em uma tabela os homicídios que foram noticiados nos últimos cinco anos nas cidades, a partir das mesmas fontes, com a finalidade de mapear e observar regularidades entre os homicídios. No entanto, essas técnicas ainda não foram suficientes para atingir o objetivo proposto, que buscava compreender os homicídios por outras narrativas, suas formas de deliberação e em um período histórico mais abrangente.

³⁶ Veena Das (2008) descreve o processo de transformação de rumores em realidades ao analisar os rumores em torno do assassinato de Indira Gandhi. No caso estudado pela autora, a circulação de imagens de ódio e um discurso negativo contra os militantes *sikhs* se traduziram em atos de violência reais. Sobre essas imagens, há também a tese do Corentin Cohen na Sciences Po de Paris e em Cohen e Ramel (2018).

Em razão disso, aliado aos dados compilados dessas mídias, foram incluídos dados de pesquisa *in loco* e outros dados documentais à investigação, se tornando, ao longo da codificação do material empírico, a base deste texto. Mesmo assim, o “campo” virtual contribuiu com o conhecimento do padrão homicida das cidades, o que, em conjunto com o restante do material empírico, corroborou para o discernimento das mudanças na ordem urbana e social local. Essas peças me ajudaram a descrever densamente o contexto de alguns casos de homicídio ocorridos nos últimos anos, e as modificações percebidas nas dinâmicas homicidas sustentam a compreensão de mudanças mais amplas nas dinâmicas criminais locais.

Entre os dados documentais, uma carta escrita por integrantes do PCC foi significativa para a pesquisa. Tratada como uma versão sobre a expansão da facção em Uberlândia, narrada por *irmãos*, a carta foi recuperada em uma operação da polícia civil no Triângulo Mineiro. Este documento foi transcrito e uma linha do tempo foi elaborada para melhor visualização e compreensão de sua narrativa. A carta não está disponível na íntegra por questões éticas, mas a recupere, com pequenos trechos transcritos, no segundo capítulo.

Os casos de homicídios observados por meio de reportagens não permitiram que eu me apresentasse, apresentasse a pesquisa e obtivesse o consentimento para a utilização dos dados neste trabalho, sobretudo por serem muitos. Mas pude observar regularidades entre esses casos. Neste caso, o intuito foi observar padrões na ocorrência de homicídios na região e me concentrar na descrição densa dos casos que tive acesso durante o “campo” presencial, onde pude me apresentar. E esse material é a base para a construção desta dissertação.

As trajetórias de vida das pessoas entrevistadas têm conhecimento e consentimento para utilização neste trabalho. Para proteger a identidade dos interlocutores e das histórias trabalhadas neste texto, foram utilizados nomes fictícios, bem como os nomes de bairros, instituições, outros locais citados e demais informações que poderiam identificar essas pessoas. Cenas cotidianas observadas informalmente e em conversas casuais não permitiram que eu apresentasse minha pesquisa, afinal, nesses momentos, eu era a amiga de alguém ou a estudante.

Apesar de reconhecer que temos problemas com a qualidade dos dados produzidos sobre violências na América Latina,³⁷ optei por trabalhar na parte quantitativa buscando examinar os dados de homicídio em série histórica e desagregados por perfil sociodemográfico da vítima. É importante ressaltar que esta não é uma investigação quantitativa, mas sim uma análise e demonstração quantitativa desses dados, aliados às inferências provenientes da investigação empírica. Portanto, qualitativamente investigo os mecanismos de expansão do PCC e regulação de homicídios, descrevendo densamente os contextos de conflitos ou pacificações faccionais que levam às variações de homicídios. E, em um momento posterior, abstraio essas sinopses empíricas, indo para uma inferência mais ampla, por meio dos dados quantitativos. A análise quantitativa, neste sentido, não é o ponto de partida da pesquisa.

Tanto a base de dados do Datasus como as do IPEA e FBSP permitem visualizar as taxas de homicídio por séries históricas agregadas, assim como a desagregação pelo perfil da vítima. Já as estatísticas criminais abertas disponibilizadas pelo governo de Minas Gerais³⁸ não permitem desagregação pelo perfil da vítima, apesar de possibilitar a visualização do número de ocorrências por município. Ainda sobre as estatísticas criminais do estado, diferentemente de todos estados da região Sudeste, Minas Gerais é o único estado no qual as ocorrências de letalidade policial não são disponibilizadas para consulta pública (Zilli *et al.*, 2020). Os autores demonstram que os dados que são sistematizados e analisados pelo Observatório de Segurança Pública Cidadã (OSPC), bem como as bases de dados e relatórios produzidos a partir dessas ocorrências, são compartilhados apenas com entidades da área da segurança pública estadual.

Para garantir a consistência dos dados, e considerando que as estatísticas de homicídio são tratadas de formas diferentes por diferentes órgãos e estados, este trabalho utiliza apenas dados quantitativos gerados pelo Datasus. A escolha foi baseada em testes realizados visando contemplar as finalidades desta investigação: pela possibilidade de desagregação por perfil da vítima, pela elaboração de séries históricas e pela disponibilização de dados a nível municipal.

³⁷ Ver “Protocolo de Bogotá: Sobre la calidad de los datos de homicidio en América Latina y el Caribe”, Documento elaborado durante a Conferencia sobre Calidad de Datos de Homicidio en América Latina y el Caribe, Bogotá 7 al 9 de septiembre de 2015. Disponível em: <http://conferenciahomicidiosbogota2015.org/wpcontent/uploads/2015/11/Calidad-de-datos-entregable-ESPA%E2%80%A2OL SOLO TXT.pdf>. Acesso em 17 de ago. de 2022

³⁸ Disponível em: <http://www.seguranca.mg.gov.br/integracao/estatisticas-criminais>. Acesso em 08 de out. de 2022.

Ao contrário do que ocorre na maioria das estatísticas de secretarias de segurança pública, que incluem como homicídios apenas os casos em que a intenção primária do agressor era matar, os dados do Datasus abrangem todas as mortes intencionais e são coletados por meio das declarações de óbito emitidas por médicos que concluem que as vítimas morreram em decorrência de agressões cometidas por terceiros. Apesar de utilizar a base de dados do Datasus, importa dizer que para o registro em Minas Gerais existe apenas a categoria “homicídio consumado” para homicídios culposos e dolosos, excetuando os homicídios culposos de trânsito.

Os dados gerados no SIM-Datasus foram obtidos pelas variáveis dos grupos X85-Y09 (óbitos decorrentes de agressões) e Y35-Y36 (óbitos decorrentes de operações legais ou intervenções de guerra) na CID-10, para dados a partir de 1996, e grupos E960-969 (homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outras pessoas) e E970-978 (intervenções legais) na CID-9, para dados de 1990 a 1995.³⁹ Para elaboração das taxas de homicídio foram utilizados dados demográficos do IBGE, tabela 2093. Dados do IPEA, do FBSP, Instituto Sou da Paz e da Rede de Observatórios de Segurança, fontes confiáveis que trabalham na melhoria dos dados nacionais sobre violências, também foram significativos para o trabalho.

A desagregação das taxas de homicídio por perfil sociodemográfico segue o que tem sido indicado por estudos quantitativos de órgãos nacionais de referência, como FBSP, IPEA, Instituto Sou da Paz e outros, que indicam que a maior parte das vítimas de homicídio do país são jovens do sexo masculino e com baixa renda. Algumas pesquisas qualitativas (Misse, 2006; Hirata, 2018; Ratton e Daudelin, 2018; Feltran *et al.*, 2022) argumentam que o perfil prioritário das vítimas são operadores baixos dos mercados ilegais, além desses marcadores sociais da diferença. Por isso, após diversos testes de desagregação das taxas de homicídio, as taxas são representadas, em gráficos, a partir de três perfis: i. jovens, homens e negros, ou seja, jovens de 15 a 29 anos, do sexo masculino, com autodeclaração preto ou pardo, segundo a classificação do IBGE; ii. população geral e iii. população exceto o grupo de homens negros de 15 a 29 anos.

³⁹ Aqui é importante considerarmos que os dados dos anos 1990 sofrem problemas de qualidade maiores que os dados mais recentes, sobretudo em relação à subnotificação. Isso se deve ao fato de que essas estatísticas eram registradas, processadas e arquivadas manualmente em sistemas de arquivo físico, o que tornava o processo mais suscetível a erros, perda de informações e manipulação. Outra face desta questão é que muitos homicídios não eram registrados oficialmente, o que contribuiu para o problema.

Os homicídios, classificados como “óbitos por causas externas”, são decorrentes de mortes evitáveis, pois são ocorrências socialmente determinadas, previsíveis e preveníveis – e marcadas por um perfil muito regular (Cordeiro, 2022). Embora os dados quantitativos agregados sejam significativos para demonstrar as tendências quantitativas dos homicídios na região, eles não explicam o fenômeno por si só. Com o objetivo de interpretar qual o papel do PCC nos homicídios – se impacta diretamente, tangencia ou se outros fatores impactam mais radicalmente esse indicador – relaciono as taxas de homicídio com os dados empíricos coletados em pesquisa qualitativa, sobretudo aqueles sobre deliberação de mortes e formas de atuação da facção nos municípios estudados.

As taxas de homicídio trabalhadas nesta dissertação representam os dados disponíveis no momento e foram analisadas considerando o contexto qualitativo observado no material empírico. Isso não exclui a possibilidade de subnotificação desses números, como por exemplo pela prática de colocar casos de homicídio em outras rubricas, como a de desaparecimentos. Conforme as pesquisas de Cano e Duarte (2012) e, mais recentemente, de Musumeci (2020) observaram, números de homicídios que caem subitamente enquanto os de pessoas desaparecidas sobem, geram desconfiança de que a rubrica esteja sendo utilizada para ocultar mortes violentas e reduzir, de maneira artificial, as taxas de homicídio. Essas suspeitas se dão, principalmente, quando as taxas possuem trajetória inversa uma à outra, sugerindo uma transferência das ocorrências de violência letal para desaparecimentos. Neste trabalho, apesar de reconhecer essa “maquiagem de dados”, somente as curvas de homicídio foram analisadas.

Ao tratar sobre homicídios, espera-se que se esquadrinhe os fatores que os influenciam, tendo em vista que são um fenômeno complexo, relacional e multicausal – ou seja, não é consequência de um único fator. É necessário interpretar os diversos fatores que podem ser produtores da violência letal, sejam sociais, ambientais, circunstanciais, políticos, criminais etc. A literatura específica carece de uma tipologia dos homicídios no Brasil, seguramente contidos em dinâmicas criminais e de conflito muito diferentes. Homicídios por motivação política, cometidos por policiais, feminicídios e mortes violentas internas ao “mundo do crime” representam fenômenos muito diferentes, que devem ser tratados diferentemente no plano da análise. Um esboço nessa direção, ainda muito inicial, foi realizado por Feltran (2019), apostando na dinâmica faccional como fator fundamental para a variação da violência letal no Brasil. Nessa leitura, a dinâmica de

conflitos e pacificações entre as facções teria sido a principal explicação de variação das curvas de homicídios pelo país.

O modelo tem três pressupostos teórico-metodológicos fundamentais, que segui neste trabalho para abordar o caso do Triângulo Mineiro: a) focar na série histórica e não em curtos períodos de tempo, para demonstrar a consistência nas tendências de aumento ou redução dos homicídios; b) o contexto em que ocorrem os homicídios precisa estar descrito antes, visto que determinadas categorias não aparecem nos documentos oficiais; c) é preciso buscar os mecanismos concretos de transformação social e urbana que acompanham a variação dos homicídios, entendendo qualitativamente as situações em que ocorrem os casos.

Métodos e homicídios: treta, tiro, sangue, aí, muda de assunto

No “campo” *online*, passei a maior parte do tempo assistindo a vídeos de corpos inertes em vias públicas, baleados, esfaqueados, corpos de sangue e descrevendo-os densamente em diários de campo; ouvindo apresentadores levantar rumores sobre as possíveis motivações das mortes, na maioria dos casos fruto da “violência da qual foram vítimas” e vendo, pela tela do computador, testemunhas e familiares chorarem inconformados próximos ao corpo do ente querido. Presencialmente, conversando sobre casos ocorridos há décadas ou sobre casos recentes de pessoas que foram vítimas de violência letal, sempre precisávamos de pausas para retomar a conversa e reencontrar as palavras que se perderam em meio às lembranças. Algumas vezes, durante as conversas presenciais, pediram que eu olhasse em seus celulares fotos da vítima sobre a qual falávamos.

Histórias muito diversas, que têm em comum o homicídio. Entre as histórias que pude conhecer, muitos são os casos de brigas por conflitos repentinos em bares, festas ou confraternizações, casos de busca por vingança por algum amigo ou familiar que havia sido assassinado. Casos de letalidade policial, com tiros na nuca, tortura, membros do corpo queimados com bitucas de cigarro ou ossos quebrados por policiais. Outras histórias de *patifaria* entre *traficantes*⁴⁰ e tantas outras histórias de jovens que morreram *como bandido*, isto é, sem abaixar a cabeça, aceitando as consequências da “vida no *Crime*”.

⁴⁰ *Traficante*, a depender do contexto, é um termo estigmatizante que, além da acusação moral e social que carrega, reforça a criminalização de um grupo específico: jovens, homens e pretos, moradores de periferias brasileiras, justamente o grupo que mais é encarcerado e executado no país. Neste trabalho,

Apenas ao conversar com as pessoas sobre os casos de homicídio, seja por videochamada ou presencialmente, comecei a compreender os motivadores de homicídios que antes pareciam não ter sentido ou justificativa aparente. Da forma como foram veiculados pelos noticiários, como “troca de tiros”, “acerto de contas”, “legítima defesa” etc. e outros termos geralmente utilizados para “justificar” certos homicídios, que promovem uma narrativa e um tipo de repercussão dessas mortes que legitima sua produção e naturaliza a violência da qual as vítimas foram submetidas. Em outras palavras, esses programas (e os policiais que prestam depoimentos) narram a sua forma de enxergar o conflito urbano, definindo os sujeitos matáveis (Butler, 2018). No primeiro capítulo, busco trazer uma reflexão baseada na literatura sobre esses homicídios que parecem não ter sentido ou terem ocorridos ao acaso, mas que são estritamente regulados pelo poder armado, seja por conflitos pessoais ou em torno de mercados.

Senti falta dos encontros cotidianos durante o trabalho de campo, que permitem acessar determinados espaços, criar laços de amizade e estar presente quando os eventos estão acontecendo. Isso fez com que a minha tarefa, mais do que nunca (visto que esta já é uma tarefa esperada de pesquisadores), fosse a de estar constantemente fazendo perguntas a diferentes pessoas, buscando entender o que aconteceu ou estava acontecendo e traçar conexões. Dessa forma, eu estava constantemente falando “sobre a morte”, o que percebi quando ouvi uma senhora interlocutora de Uberlândia dizer para sua vizinha, explicando sobre a minha pesquisa, que eu “ouvira as histórias de morte”. Isso me impactou, pois quando este trabalho foi realizado as “histórias de morte” já circundavam diariamente nossas vidas, pelas centenas de óbitos decorrentes da pandemia. Por isso, durante o “campo” presencial, busquei dar mais atenção às formas de atuação do PCC na cidade, falando com os moradores sobre o cotidiano do bairro, as figuras de *irmãos* ou membros do tráfico local e buscando perceber como tangenciam os conflitos cotidianos e, conseqüentemente, os homicídios.

Essa foi uma estratégia adotada em um contexto atípico e devastador, como a pandemia, que transformou nosso cotidiano profundamente. Mas, apesar das “histórias de morte” circundarem a pesquisa, esta dissertação não é sobre a morte. Nem sobre as “histórias de morte” contadas pelos interlocutores, ainda que sejam essenciais para a compreensão dos homicídios no Triângulo Mineiro, questão desta pesquisa. Essa

quando utilizado, o termo será utilizado como *êmico*, em itálico, conforme utilizado por moradores e pelos próprios jovens para se referirem aos varejistas de substâncias psicoativas ilícitas.

dissertação é sobre uma experiência urbana específica, profundamente marcada pela violência.⁴¹ Na verdade, este trabalho é sobre o escapar da morte, por meio de uma certa forma de valorizar a vida (Hirata e Grillo, 2020), é também sobre “sobreviver na adversidade” (Hirata, 2018; Lima, 2001) e quais artifícios os jovens de periferias urbanas do Triângulo utilizam para se manterem vivos quando a morte está sempre à espreita.

Organização da dissertação

O texto que segue está dividido em três tempos analíticos. Essa organização não se refere ao tempo cronológico e suas datas, portanto, mas sim a uma outra cronologia, uma temporalidade analítica. A passagem da ordem urbana, como a entrada do PCC e a construção de sua hegemonia, que ocorreu em momentos diferentes em cada local, explicaria as variações de homicídios na região, enquanto um olhar comparativo por datas apenas nos confunde. Na linha do tempo organizada pela minha hipótese sociológica, consideraremos como *tempos* esses momentos similares da transição da ordem urbana, com suas curvas de violência letal correspondentes.

Parto do princípio de que cada cidade do Triângulo Mineiro estudada possui múltiplas histórias criminais, que se desenvolveram concomitantemente à história urbana, da formação própria dos bairros e das cidades. São histórias de trajetórias individuais que se embaralham à própria história coletiva dos bairros (Hirata, 2018), e histórias locais, de microssituações, que dizem muito sobre o geral. Essas histórias têm pontos de encontro e pontos de divergência entre as três cidades estudadas, em distintos momentos. Mesmo com suas particularidades, a ordem urbana dessas cidades é marcada por regimes de poder armado que controlam território, controlam mercados ilegais e, no limite, controlam quem pode viver e quem deve morrer. É com base na ordem urbana em exercício que classifico os *tempos* desta dissertação.

No primeiro tempo, passaremos por um período anterior ao PCC nas três cidades do Triângulo Mineiro estudadas. Na década de 1990, as *gangues* exerciam a regulação da ordem urbana na região. Inicialmente pelas brigas e rivalidades recíprocas entre grupos que se organizavam territorialmente, em defesa do bairro de moradia e lutavam corporalmente com os rivais. Em um momento posterior, com a expansão das armas e da cocaína no Triângulo, houve conflitos em torno de mercados ilegais que, não raramente,

⁴¹ Agradeço à Carolina Grillo, quem me ajudou a compreender e alocar melhor a questão da morte na minha pesquisa.

levavam à morte. Percebemos que, apesar das rivalidades entre *gangues*, as taxas de homicídio começam a subir com a entrada da cocaína e das armas, sobretudo no final dos anos 1990. Neste tempo, cenas das memórias de Roberto e sua própria trajetória serão nosso guia para visualizar essas transformações na região. Ao final do primeiro capítulo, busco trazer uma reflexão sobre as chamadas “mortes banais”, demonstrando que essas mortes não têm nada de banais, mas são estritamente reguladas por grupos com poder armado.

O segundo capítulo, que compõe o segundo tempo da dissertação, é marcado pelo processo de expansão do PCC para a região. Este é um capítulo essencialmente empírico. Com a finalidade de analisar as tensões do PCC no Triângulo Mineiro, passaremos por uma carta escrita por integrantes da facção na região, recuperada em uma operação da polícia civil em Uberlândia. Essa carta será nosso guia para compreender as estratégias de expansão adotadas pelo Comando, demonstrando a sua plasticidade e os seus efeitos múltiplos para os locais em que se estabelece.

No terceiro capítulo, o terceiro tempo analítico da dissertação, analisamos os mecanismos de estabelecimento da facção no Triângulo, a partir do caso de como uma das cidades estudadas “se tornou” PCC. Por meio de cinco elementos, sendo eles: i. a economia, ii. o sistema penitenciário, iii. a justiça nas ruas, iv. a economia política e v. os mercados de proteção, a facção alcançou uma hegemonia política na maior cidade da região. As taxas de homicídio que representam as inferências deste período, de 2010 a 2020, indicam que a violência letal está em processo de decréscimo nas três cidades estudadas, em períodos distintos. Neste capítulo estão condensados os dados empíricos de atuação do PCC, que refletem o esforço de observar como os homicídios são tangenciados cotidianamente e quais mecanismos os regulam.

A parte final da dissertação retoma cada um dos *três tempos* estudados (das *gangues*, da passagem dos *traficantes* para o PCC e a ordem do PCC), se atentando à ordem urbana. Além disso, essa seção busca sistematizar os mecanismos de regulação de homicídios em cada um desses contextos, com atenção para a regularidade do perfil das vítimas de homicídios e o impacto do dispositivo criminal nesses dados. Termino argumentando que essa forma de pensar o tempo das transições de ordens urbanas pode, em minha hipótese, interpretar outros contextos de variações de homicídios no Brasil.

**PRIMEIRO TEMPO
ANTES DO PCC**

Capítulo 1

Das “brigas de *gangue*” aos “tiros de *gangue*”

A treta de bairro começa lá atrás, o pessoal lá da época do Cristiano... que o Cristiano mata um cara. [...] Mas nessa época já tinha essa treta de gangue. E o cara, esse tal que ele matou, era o bichão. Se eu não me engano, ele era da Sexta ou da Sapuva ou da Melissa. Era aquela favelinha, que eles falavam. Então... sei lá qual desses bairros que ele era, só sei que não era Moji, então era rival. E ele chegava num lugar, que era uma boate que tinha [na Cidade da Saúde]. Esse era o rolê dos caras, né? Das antiga. Esse cara chegava lá montando banca com todo mundo, porque ele era o bichão. E nesse dia ele chegou e deu um tapão na cara do Cristiano. Mas aí o Cristiano foi e falou “Ah, é? beleza” saiu doido e foi embora, aí ele topou um cara e o cara falou “ou, tenho uma faca aqui”. Ele nem queria matar o cara, mano. Era uma faca daquelas de açougueiro, sabe? Grandona! Mas aí ele foi lá e falou tipo “ah, vou furar esse cara só pra mostrar mesmo de qual que é”. E acabou que matou o cara... por impulso, né? O cara nem queria matar ele, mas matou. Aí nessa época aí já existia esse rolê de gangue. E aí que foi se estendendo, até pra minha geração lá... aí os cara roubava bicicleta, pegava o boné seu, se você ia pra outro bairro que não fosse o seu os cara tretava com você, te batia, te espancava mesmo. Não, e esses cara que brigava nessa época, era raro os cara ter a arma então eles brigava de soco mesmo, mano. Ia tretar e os cara grudava no soco, correntada, cintada, pedrada. Nossa... várias histórias!

(trecho de entrevista por videochamada, 22.05.21)

O interlocutor da entrevista citada acima, Roberto,⁴² um jovem negro morador de uma cidade do interior do Triângulo Mineiro, atualmente com 31 anos, conta histórias da “época das brigas de *gangues*” a partir de suas memórias. Essas histórias marcaram a vida dos jovens da sua geração e da geração anterior e foram compartilhadas no cotidiano por vizinhos, amigos e familiares no bairro de Jatobá.⁴³ No início da sua adolescência, ouviu e viu *várias histórias* imersas no contexto das “brigas de *gangue*” e em meados dos anos 2000, já na sua adolescência, presencia o arrefecimento das brigas e a eclosão dos “tiros de *gangue*”. Já na sua fase adulta, há uma mudança no tipo de criminalidade exercida, com o início da expansão do PCC para a região.

Neste capítulo, descrevo a atuação das *gangues* locais ao longo da década de 1990 e sua posterior transformação na década de 2000, com a entrada de atores exógenos ao contexto local (as drogas e as armas, mercadorias ilegais), tendo como foco a governança de *gangues* (Rodgers, 2021) e a ordem urbana estabelecida por esses grupos.

⁴² Os nomes de todos os interlocutores, seus apelidos e locais que possam identificá-los foram substituídos por nomes fictícios.

⁴³ Igualmente, os nomes de bairros, cidades, instituições e demais locais são fictícios.

Antes, gostaria de traçar algumas considerações sobre o uso do termo “ganguê” neste trabalho. Desde Frederick Thrasher (2013 [1927]), com o clássico estudo das gangues de Chicago realizado ao longo dos anos 1920, e estudos derivados realizados no Estados Unidos e na América Latina por seus expoentes, até os dias atuais, há uma intensa produção acadêmica dedicada a estudar o fenômeno social das gangues. Mas há, também, uma tensão quanto à utilização do termo na literatura sociológica, que pode representar diversas e diferentes estruturas grupais (Rodgers e Hazen, 2014). Neste trabalho, utilizo o termo em itálico, como êmico, refletindo a própria intitulação dos grupos, que posteriormente se populariza na mídia local.

O uso da literatura sociológica sobre gangues é importante para a análise dos dados da pesquisa e construção do texto, apesar do termo estar sendo utilizado como êmico. Esta preocupação deve-se à pluralidade de fenômenos com organizações distintas que podem ser referidos ao termo e à discussão sociológica a respeito de sua classificação. Ainda, pode ser interessante destacar que características presentes na maioria das definições nos estudos sobre gangues, elencadas por Zilli (2015, p. 467): i. caráter grupal, ii. fenômeno juvenil, iii. questões identitárias, iv. violência e criminalidade, v. conflito e vi. Territorialidade, também aparecem nos grupos estudados neste trabalho.

Amparado pelo que vêm demonstrando a literatura acadêmica internacional sobre o tema (de autores como Hagerdon (2008), Matza (1964) e Ayling (2011), além de outros), Dennis Rodgers (2021) argumenta que as gangues são instituições sociais voláteis e que existem como parte de um *continuum*. Por isso, defende que para compreendê-las devemos descrever sua emergência, evolução e declínio, evitando categorizações e tipologias rígidas, com a finalidade de concebê-las de forma dinâmica, reconhecendo que estão situadas e conectadas a uma série de outros grupos e atores violentos (Ayling, 2011, citado por Jensen e Rodgers, 2021). Seguindo a proposta dos autores, nos próximos tópicos descreverei a emergência, o desenvolvimento e o declínio (e posterior transformação para a ordem urbana construída pelo PCC, nos capítulos 2 e 3) das *gangues* nas cidades do Triângulo Mineiro estudadas, com destaque para os mecanismos de reprodução e regulação de homicídios. Neste capítulo, observaremos dois modos de gestão da ordem urbana, agenciados pelas *gangues*.

Vendeta

Cristiano nasceu em 1978, na mesma cidade do interior do Triângulo Mineiro que mora até hoje. Sendo o mais velho de sete irmãos, o rapaz branco, forte e alto nasceu na área rural e migrou para a cidade com sua mãe, pai e irmãos para o bairro de Jatobá em meados dos anos 1980. Chegaram àquele bairro quando “ainda era tudo mato”, em referência ao matagal que se alastrava pelos longos terrenos baldios que separavam o bairro do restante da cidade. As casas já estavam estabelecidas ali há alguns anos, servindo de moradia-alojamento aos operários da barragem e suas famílias, finalidade para a qual as casas foram construídas. Com o encerramento das atividades da barragem na cidade, as casas estavam sendo vendidas aos moradores-operários e aos demais interessados.

Apesar das tentativas de mudança após a saída da barragem, o bairro ainda hoje leva o nome da empresa. A formação original do bairro-alojamento possui três avenidas e, entre duas delas, dez ruas que as cortam horizontalmente. A última avenida possui algumas ruas que foram sendo autoconstruídas após a venda dos lotes e a migração de familiares dos antigos moradores para aquela área da cidade. Nessa época, essas casas eram chamadas pejorativamente de “casas invadidas”, situadas bem próximas aos trilhos da rede ferroviária, que transitavam de forma mais intensa do que atualmente. Constituídas inicialmente por barracos de madeira, com o tempo e as autorreformas, quase todas novas moradias se transformaram em casas de alvenaria.

A família de Cristiano morava em uma das ruas que se tornaram o conjunto de casas “do meio”, após a construção comunitária das últimas ruas, próximas aos trilhos. Apesar da cidade possuir uma topografia plana e as ruas do bairro estarem dispostas de forma cartesiana, faltava infraestrutura na pavimentação e iluminação das ruas. A iluminação logo foi resolvida, mas as ruas permaneceram “de barro” por décadas. Contam os moradores que com as chuvas, o bairro ficava “embaixo de uma barrela”, pelas ruas de terra e por ser construído em um ponto mais baixo que outras partes da cidade. Ainda hoje, a área é a última formação de moradias em uma das extremidades da cidade, apesar de terem sido construídos outros bairros nos vazios urbanos que havia entre o centro e o bairro de Jatobá.

No início dos anos 1980 as casas eram pequenos chalés, estruturalmente iguais. Quando passaram a ser vendidas a trabalhadores e migrantes da zona rural, as reformas e autoconstruções de muros, portões, cercas e hortas modificaram a paisagem do bairro. Logo que se mudou para a cidade, o pai de Cristiano começou a exercer a profissão de

carpinteiro. Como o restante das famílias que migraram para aquele bairro, abrigou-se em uma das casas com a base padrão do alojamento e, aos poucos, foram reformando-a. Realizadas pouco a pouco com a ajuda dos filhos e vizinhos, as reformas deixavam o local mais aconchegante para a chegada dos filhos mais novos (Cavalcanti, 2009). Com o tempo construíram um “puxadinho” no terreno localizado aos fundos da casa, um espaço destinado à sua oficina de carpintaria. A mãe de Cristiano, Neusa, trabalhava em tempo integral como doméstica na casa de uma família no centro da cidade, trabalho que realizou por mais de 40 anos. No início da pandemia Neusa foi despedida. Como está com dificuldade de se locomover, não irá procurar mais emprego. Neste mesmo bairro o casal criou os cinco filhos, nascidos entre o final dos anos 1970 e meados dos anos 1980.

Cristiano crescia ao mesmo tempo em que o bairro se consolidava. Sua juventude foi marcada pela sociabilidade interna ao bairro em que vivia. Afastados da cidade pelo matagal que os separava da região central e compartilhando a trajetória de mudança e/ou migração, os vizinhos se aproximaram e criaram uma rede de apoio mútuo.

A entrada de Cristiano na *gangue* do bairro é lembrada pela narrativa costumeira de amizades entre vizinhos, que se tornaram saídas à noite e futebol no domingo. Aos 13 anos, seu principal *rolê* era ficar *trocando ideia* com os amigos sentado na porta de suas casas após a escola, *vendo o movimento*. Este era seu momento de lazer com os amigos, alguns deles já trabalhando como entregadores de comércios da região ou como ajudantes eventuais nos trabalhos de familiares e vizinhos, como serventes de pedreiro, nas colheitas em roças ou em outros *bicos*.⁴⁴ Dos *rolês* sentados nas calçadas das ruas perto de casa para ver o movimento, começaram a *trocar ideia* e *fumar um* com os “caras da *gangue*”, indo um pouco mais longe para encontrá-los, até a principal avenida do bairro.

Os “caras da *gangue*” são lembrados e descritos como “os mais *bichões*” ou *bandidões*. Embora não houvesse um protocolo para se tornar líder, aquele que demonstrava possuir mais *disposição* para o enfrentamento nas brigas, principal forma de sociabilidade entre os grupos neste momento, poderia vir a se tornar líder,

Tinha os que era os mais *bichão*, automaticamente. O cara que era o mais *bichão* na época era o cara mais respeitado, igual o Celso, ele era o mais respeitado, então ele que dava a palavra final. Quem brigava mais, batia mais, mostrava mais disposição pra enfrentar mesmo, aí virava líder (trecho de entrevista por videochamada, maio de 2021)

⁴⁴ *Bicos* são serviços eventuais, realizados de maneira informal e temporária, visando uma complementação de renda.

O termo *bichão* ou *bandidão*, neste contexto, é utilizado para denominar aqueles que tinham mais *disposição* e eram, conseqüentemente, os mais respeitados. Evidentemente, os líderes, *bichões* ou *bandidões* eram os integrantes mais respeitados nas *gangues* dos bairros.

Aqui, é interessante notar como essas gírias têm significados distintos em contextos criminais de diferentes estados, incluindo de estados próximos, como São Paulo, no qual *bandidão* é aquele que quer mandar e *se bancar* em cima de outras pessoas, destoante do *proceder* esperado de um *ladrão*, que é a positivação destes sujeitos, isto é, aquele que é respeitado. Em Fortaleza, Sá (2011) discute sobre a categoria do “bichão da favela” nas dinâmicas identitárias de jovens moradores das periferias na Região Metropolitana de Fortaleza. O *bichão*, na pesquisa do autor, também se refere aquele sujeito que é o mais “considerado”, utilizando o termo para demarcar a reputação dos mais temidos na comunidade, que obtiveram respeito por meio de suas atitudes. Em Fortaleza também são chamados de “bichões” aqueles jovens “maquinados”, ou seja, aqueles que utilizam armas de fogo nas disputas entre pares do universo criminal ou em assaltos (Sá, 2011).

Aos 15 anos, Cristiano já possuía algum grau de integração à *gangue* do bairro. Embora ele e os amigos ainda não pertencessem de forma orgânica ao grupo, estavam presentes compartilhando o lazer na quadra do bairro ao final do dia e passaram a acompanhá-los nos *rolês* que aconteciam aos finais de semana, na área central da cidade. Nesses *rolês*, os integrantes das *gangues* iam sempre *de galera*, com o objetivo de garantir proteção pessoal e para incitar brigas. Quando ocorriam entre muitas pessoas, eram provocadas e vistas como “justas”, enquanto aquelas em que membros de uma *gangue* eram pegos desprevenidos ou sozinhos eram vistas como “injustas”.

Em um desses *rolês* no centro, Jota chega em uma balada frequentada majoritariamente por integrantes das *gangues* e dá um tapa no rosto de Cristiano, que sai do local ressabiado. Jota era conhecido por ser o líder da *gangue* de um bairro rival, a Vila Sexta, “e sempre chegava nessa boate botando banca”. Enquanto Cristiano ainda não era um membro efetivo da *gangue* do seu bairro, embora estivesse os acompanhando nos *rolês*.

Neste momento, a reação de Cristiano é de sair da balada, ainda que demonstrasse estar com raiva de seu *rival*. A hierarquia é respeitada. Andando pelo centro, voltando para casa com seus companheiros, Cristiano encontra um conhecido, para quem explica o

motivo de estar indo embora cedo. Sabendo o motivo, o amigo o oferece uma faca machadinha.⁴⁵ Com a faca em mãos, poderia voltar à balada e revidar à altura, restaurando sua dignidade. Instigado pela intenção de “dar um susto pra mostrar qual que é” para Jota, Cristiano volta ao local e o intimida com a faca. No calor do momento, contudo, essa intimidação gera ações e reações, que culminam em um confronto físico sangrento, no qual Cristiano mata seu adversário, Jota.

O mais *bichão* da *gangue* da Vila Sexta, Jota, é então morto a facadas no meio de uma balada, por Cristiano, um *rival* menor do que ele, na hierarquia das *gangues*. Cristiano nunca havia matado ninguém. E ainda que não fosse a intenção inicial – centrada apenas em manter a honra individual de Cristiano – esse episódio deslocou a posição que seu bairro ocupava no universo das *gangues*, assim como sua própria posição entre os integrantes do grupo. O bairro se tornou temido e passou a ser alvo de retaliações, de forma que agora precisava se aliar aos bairros de regiões próximas para garantir proteção. A estrutura da vendeta estava armada.

Cristiano foi institucionalizado no mesmo dia em que cometeu o homicídio. Pouco tempo após a cena, foi preso na rua, na companhia de seus amigos. Ficou um ano preso, *guardado*, aguardando o julgamento. Alguns meses após sua prisão, outro integrante da *gangue*, Manoel, já ocupava o posto de “o mais *bichão*” do seu bairro. A única informação que ouvi enquanto estava “em campo” sobre Manoel foi que ele havia se tornado “o cara” do bairro após matar três *rivals*, todos alvejados por tiros de uma arma caseira, momento em que o acesso às armas de fogo ainda era limitado na cidade.

A transcrição da fala de Roberto que abre o capítulo, sobre o início das *tretas de gangue*, que tem como ponto de deslocamento o homicídio cometido por Cristiano, remete às conversas que pude realizar sobre a primeira formação da *gangue* do bairro Jatobá, desempenhada entre os anos 1990 e 2000. Entre as histórias contadas sobre essa época, ouvi algumas que incluíam homicídios e tentativas de homicídio acidentais sem o uso de armas de fogo, como o cometido por Cristiano, que se deu por facadas em seu adversário. Mas a cena do homicídio cometido por Cristiano permaneceu na memória coletiva e é recuperada por ser uma morte que ritualiza a passagem de uma ordem urbana. Demonstrando como a caminhada de um indivíduo no universo criminal se insere no bojo de uma história que é coletiva (Hirata e Grillo, 2020).

⁴⁵ Também conhecida como cutelo.

O homicídio praticado por Cristiano opera, portanto, como um marco divisor do momento em que “a treta do bairro começa”. Isto é, quando as brigas de *gangues*, sendo de grupos *rivais* ou de *aliados* do bairro Jatobá, se tornam mais intensas, com retaliações frequentes. Nesse momento, explodiram conflitos que forçaram as *gangues* a se reforçarem em número e a introduzir objetos nas lutas corporais, como pedras, cintos, correntes e pedaços de madeira.

A época das brigas de *gangues*

O homicídio cometido por Cristiano nos ensina muitas coisas sobre a ordem urbana vigente na década de 1990. Em primeiro lugar, sobre a estruturação dessa ordem a partir das “gangues juvenis”. Não há registros precisos da data em que surgiram as *gangues* no interior do Triângulo Mineiro, mas elas ficaram conhecidas pela evidência midiática e pela circulação de rumores locais no início dos anos 1990, sobretudo nas periferias das cidades.

A primeira formação dessas *gangues* ocorre por bairros, tendo como primeiro elo de identificação o território. Essa forma de organização, de certa forma, se estendeu até as últimas formações. Os grupos eram compostos por jovens homens, com idades entre 10 e 28 anos, não tendo um padrão de idade para entrada e permanência nas *gangues*. Esses rapazes começaram a se encontrar regularmente à noite nas calçadas das ruas dos bairros para *fumar um* e ver o movimento, além de jogar futebol e saírem juntos para o centro ou outros eventos, como as “barraquinhas” de festas católicas, que vendiam comidas de rua no entorno de igrejas para arrecadação de dinheiro, ou no parque de exposições, onde havia *shows* e outras atrações, como rodeios, circos ou *shows*.

Nessa formação inicial havia um intenso senso de territorialidade. Com a premissa de defesa do território, espancavam quem roubasse, furtasse ou estuprasse nos bairros. A proteção à comunidade é instituída. Em algum tempo, começaram a brigar com grupos similares de outros bairros, vistos como *rivais*, estabelecendo rivalidades particulares entre bairros específicos e, posteriormente, “quando a treta começa”, alianças por microrregiões de bairros. Assim, se estabeleceu uma rivalidade baseada na competição por coragem, força e *disposição* entre as *gangues* e seus integrantes, que elevavam desafetos pessoais para o nível grupal e vice-versa. Em um momento posterior, o centro da cidade e os eventos que foram pontos de encontro para a formação de afetos e a

fundação das *gangues*, se tornaram os principais locais de encontro entre desafetos de *gangues* de distintos bairros, onde as brigas com *rivais* eram estabelecidas.

Conta-se nas periferias da cidade variados conflitos fundadores para a formação dos grupos nos bairros que ainda não possuíam *gangues* estruturadas. Nessas narrativas, é frequente que a ambição de vingança e a necessidade de autopreservação apareçam como principais motivadores para formação da *gangue*. Uma das moradoras mais antigas do Moji, Laura, me conta um desses conflitos. Laura é uma mulher negra, com 58 anos. Na casa em que mora com o marido, que é pedreiro, ela fica responsável pelo serviço doméstico. É uma figura influente no bairro tanto pelo tempo de moradia quanto pelos fortes laços estabelecidos ao longo desse tempo. Ali, já teve um pequeno comércio onde vendia “de tudo”: doces, remédios, bebidas, comidas rápidas. Também já foi manicure, vendeu roupas, tapetes e cosméticos.

Sobre o conflito fundador, conta que em meados dos anos 1990, não havia *gangues* no bairro Ubiraja. Em um evento da escola do bairro aberto ao público, a “*gangue* da vila Andirá esteve lá para causar”. Bateu em rapazes alunos da escola, jogou a caixa de som no chão e encerraram o evento, com a briga. Este episódio teria causado grande revolta e humilhação aos jovens moradores do bairro Ubiraja, que prometeram vingança. Pouco tempo depois, um integrante da *gangue* do Andirá foi assassinado e os jovens desse bairro foram apontados como supostos autores. Eles negaram a autoria do homicídio, mas era tarde demais, a *treta* já estava instaurada. Revoltados com a humilhação na festa do bairro e ameaçados pela acusação de homicídio, começaram a “se juntar e se organizar”, visando autoproteção e vingança.

Uma vez estabelecidas as rivalidades (que é quando toma efetivamente características de uma *gangue*), a entrada de novos integrantes passava pelo crivo da autopreservação diante da possibilidade de agressão pelo bairro em que residiam, independente de participar ou não das *gangues*. Dessa forma, há o veto implícito de que, mesmo em grupo, não transitavam nos bairros opositores, sob pena de ter seus pertences roubados, ser espancado ou “preso” ⁴⁶pelos *rivais*. Exemplo disso, em uma ida com seus amigos e vizinhos a um evento no parque de exposições, uma edição de *destroy car* na cidade, Roberto aos 12 anos teve seu boné roubado por integrantes da *gangue* de um

⁴⁶ Mantidos em “casinhas” (casas abandonadas, construções inacabadas ou pequenos barracos que, após serem tomados, passavam a ser de posse das *gangues*) por *rivais*, podendo ser roubados, espancados, interrogados para saber o que tramam a *gangue* rival e/ou pedirem recompensas em troca da soltura.

bairro rival. Apesar de não ter apanhado neste dia, foi roubado apenas por ser reconhecido como morador do Jatobá, o que diz que ocorreu outras vezes e com tantos outros jovens da época.

Nesta ordem urbana, a socialização pela violência (Paiva, 2019) dos jovens integrantes das *gangues* era evidente. O bairro em que viviam era a marca de proteção ou de risco que carregavam quando saíam para fora dele. Nesta gramática de reconhecer jovens de outros bairros como *rivals*, no mínimo, temos como consequência o caso de Roberto, que teve seu boné roubado. No limite, temos o caso de Cristiano, apresentado acima, que cometeu um homicídio.

No cenário urbano das *gangues*, o centro da cidade aparecia como um espaço “neutro”, onde *rivals* circulavam com uma relativa liberdade para boates e festas. Relativa, desde que estivessem em grupo, para se protegerem da ameaça de outras *gangues* e evitar a perseguição individual pela polícia. Antigos integrantes desses grupos relatavam que não tinham liberdade para saírem sozinhos, porque ou estavam “marcados” pela polícia ou as *gangues* rivais os cercariam. As brigas no centro da cidade eram recorrentes, mas eram desejadas, marcadas ou incitadas, pois realizadas entre outros grupos de *gangues*, e não de forma individual.

Os grupos eram extensos, com mais de 20 integrantes, e se encontravam regularmente. Ainda mais pessoas *se juntavam* quando se encontravam para os *rolês* nas baladas do centro da cidade *de galera*.

Os cara andava só de galera, teve até uma época [na Cidade da Saúde] que eles tava até propondo uma lei que não podia andar mais, sei lá, quantas pessoas, né? Por causa de gangue. (trecho de entrevista por videochamada, maio de 2021)

Acompanhando a rivalidade violenta das *gangues*, é perceptível que elas também ofereciam *status* social, relatado em campo pelos benefícios obtidos no círculo interno ao grupo, como o reconhecimento dos amigos do bairro ao “contar várias histórias” e pela facilidade de se relacionar sexualmente, por “pegar mulher”. Já no círculo externo ao bairro, pelo temor dos *rivals* e na elevação do bairro no circuito de *gangues*.⁴⁷ Não é novidade que os “grupos delinquentes juvenis” ofereçam bens materiais e simbólicos aos seus integrantes, como bem nos lembra o trabalho de Zilli (2011). No caso empírico

⁴⁷ Embora atribuisse uma positividade entre os grupos, ainda hoje alguns bairros periféricos sofrem com estigmatizações iniciadas nessa época. São áreas que de forma recorrente são tratadas pelos noticiários locais como portadoras de uma substância inescapável, a “violência”.

estudado, algumas das desvantagens na obtenção desses bens simbólicos são similares aos da “delinquência juvenil”, reiterados na visão policial e no imaginário social (Diógenes, 1998), como por exemplo na perseguição desses jovens pelas instituições policial e escolar. Outras desvantagens estão no próprio conflito entre os grupos, como não poder sair sozinho para não ser pego em uma emboscada ou ser respeitado apenas pelo medo.

A *gangue* traz “fama”, “ter nome na cidade” ou ser o *bichão* como benefícios de integrar o grupo. Evidentemente, quem usufruía da maior parte dos bens materiais e simbólicos eram os líderes. Para se tornar líder, um integrante da *gangue* precisava demonstrar *disposição* durante as brigas. Ou na morte de algum integrante muito respeitado de outro grupo, como descrito no caso de Cristiano, que provavelmente teria usufruído por algum tempo de uma posição de respeito na *gangue*, caso não tivesse sido detido no mesmo dia do crime.

Nessas lutas corporais, armados com instrumentos caseiros como pedras, cintos, correntes e pedaços de madeira, eram a principal forma de relação estabelecida entre as *gangues*. Dessa forma, a violência passa a estruturar as relações internas e entre os grupos, constituindo um fim em si mesmo (Zilli, 2015). Ainda que o risco de morte fosse iminente, a finalidade eram as surras entre os integrantes dos grupos, não a eliminação física do *rival*.

Roberto presenciou, aos 14 anos, um dos homicídios decorrentes das brigas de *gangue*,

era muito difícil os caras matar, eles brigavam, brigavam, brigavam... era muito difícil o cara matar com tiro naquela época, né. Às vezes era correntada na cabeça, pedrada na cabeça, já vi um moleque brigando de *gangue* com pedrada, levou uma pedrada na cabeça em frente ao Fórum, com pedra macaquinho, sabe? Ele morreu. (trecho de entrevista por videochamada, maio de 2021)

As brigas de *gangues* descritas por Diógenes (1998) na década de 1990 em Fortaleza também eram caracterizadas por socos, pontapés, pauladas e afins. Com uma organização similar à que observamos no Triângulo Mineiro no mesmo período, as *gangues* estudadas por Diógenes (1998) também se relacionavam por meio de brigas, criando formas de compartilhamento de códigos próprios entre seus membros, demarcando relações dentro e fora de seus territórios.

Rocha (2015), assim como Diógenes, também trabalha com as dinâmicas de rivalidades entre grupos de gangues. Trabalhando sobre a dinâmica homicida estabelecida entre jovens pertencentes às gangues de Belo Horizonte, Rocha observa que a rivalidade violenta (chamada de “guerra”) entre as gangues não estava relacionada aos mercados ilegais de drogas, mas aos discursos morais que guiam os grupos, cada um em sua própria lógica do que é “certo”. Assim, os grupos estão sempre “correndo atrás”, visando uma equivalência entre os homicídios e outras agressões, demonstrando que toda ameaça ou agressão terá um retorno de maior ou igual intensidade.

Há muitas diferenças entre as dinâmicas criminais desenvolvidas na capital e as do Triângulo Mineiro. Além do contexto ser distinto, o período também é outro: a pesquisa do autor é realizada nos anos 2010, e sabe-se que ainda hoje há a predominância de grupos de gangues na capital. As *gangues* descritas nesta primeira parte do trabalho são de 1990-2000. A formação dos grupos também é distinta: no Triângulo Mineiro as *gangues* são grupos extensos e as vinganças não se mantiveram por décadas. Havia (e ainda há) casos de familiares e amigos que assumiam a *responsa* de vingar seu ente querido, mas, sobretudo se imersos nas relações entre *gangues*, o dever de vingar a agressão sofrida recaía sobre o grupo, não sobre a família. Outra diferença quanto às vinganças deve-se às transformações das últimas décadas: com a expansão do PCC para o Triângulo, essa dinâmica é quebrada, conforme veremos no capítulo 2, enquanto na RMBH ainda hoje há ciclos de vinganças e resistência das gangues que impedem a presença da facção nas ruas.

Mesmo com organizações diferentes, essa reciprocidade e agressões mútuas entre grupos que Rocha (2015, 2020) identifica no seu trabalho também está presente nas *gangues* do Triângulo Mineiro, descritas acima. A necessidade de responder às ações dos rivais é frequentemente acionada como justificativa para as brigas, ocasionando em eventuais mortes. Essa característica garantiria uma coesão ao grupo, uma “certeza de que se pode confiar um no outro, e que até mesmo após a morte o grupo continuará leal ao buscar a vingança contra os assassinos de um parceiro” (Rocha, 2015, p. 291).

Tratando sobre as masculinidades em torno das gangues de Medellín, Baird (2017) descreve um cenário em que os integrantes das gangues têm uma mobilidade reduzida à experiência vivida no bairro, então o “capital masculino” passa a ter muita importância. Uma vez em uma posição de respeito, os líderes tendem a fazer maior uso de práticas violentas para mantê-la. Os mais bem sucedidos, isto é, aqueles que demonstram mais

coragem e são mais ativos nas brigas, se tornam os *más malos*, enquanto os outros integrantes tendem a imitá-los. Nesse quesito, o cenário descrito por Baird é muito semelhante ao que observamos no Triângulo.

Dessa forma, as brigas entre *gangues* passam a estruturar as relações pessoais e grupais, emaranhadas em redes de conflitos pessoais, familiares e da própria consolidação dos bairros. Logo, na década de 1990, a ordem urbana foi marcada pelas *gangues*, definida por brigas e vendetas estabelecidas entre *rivais*. Nesse contexto não havia mercados ilegais operando por trás, o que muda completamente a lógica de rivalidade, e as cadeias de vendeta viram *guerra*, contexto que veremos no subtópico “tiros de *ganguê*”.

No caso empírico, ainda que nesse primeiro momento não houvesse uma participação ativa das *gangues* nos mercados ilegais, havia uma regulação indireta do tráfico realizado nas *bocas* de bairros. Se os jovens não transitavam livremente na cidade, sob ameaça de serem roubados, espancados ou “presos”, a compra e consumo de drogas se concentrava entre o público dos próprios bairros e entre atores “neutros” no conflito entre *gangues* – pessoas de classe média ou classe média alta. A principal forma de governança que realizavam era de contribuir para a segurança dos moradores do bairro, atuando na interdição de roubos ou furtos aos pequenos comércios e residências, juntamente aos membros de *gangues*. São contados raros os casos de furtos realizados por *noias* de outros bairros que furtavam pequenos itens, como bicicletas e DVDs, mas que “descobriam, não sei como, mas eles sempre descobriam e davam uma coça”.⁴⁸

Com a popularidade das *gangues* por meio da rádio local, criava-se uma atmosfera de temor e um estigma em torno dos bairros periféricos. A maior parte desse estigma, impulsionado pela mídia, associava os jovens de *gangues*, que brigavam com seus *rivais* de bairros opostos a “vagabundos”, “marginais” e “drogados”. Ainda hoje, muitos desses bairros são considerados “perigosos”, mesmo que tenham as taxas de homicídio mais baixas das cidades do interior do Triângulo Mineiro.⁴⁹

Com um escopo limitado, a governança das *gangues* neste momento se baseava em oferecer proteção e segurança a seus bairros, por meio da interdição de roubos e furtos, sob risco de punição. E é evidente que essa proteção se estendia aos amigos e aos

⁴⁸ Trecho de entrevista por videochamada com Roberto, 22.05.21.

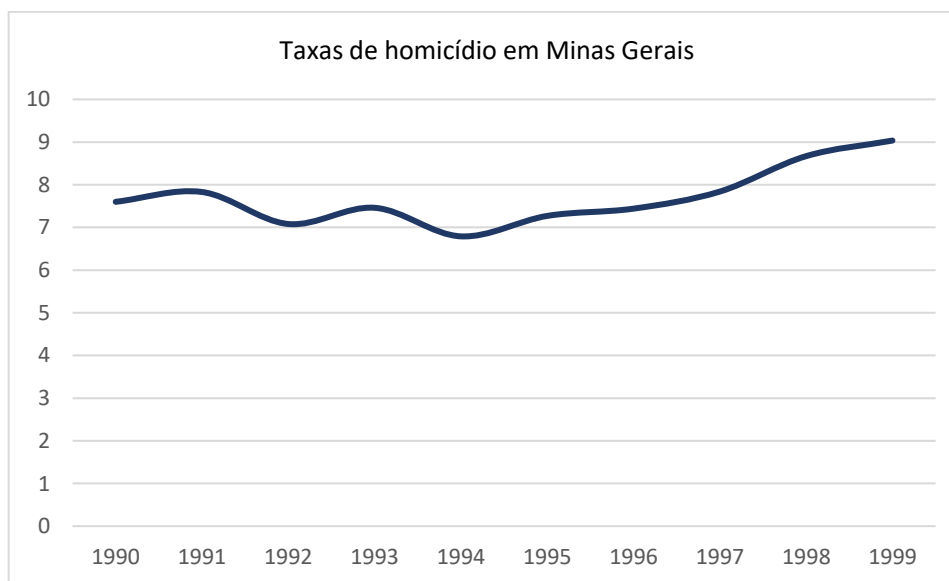
⁴⁹ As taxas de roubo e furto são as mais baixas nessas regiões também. Ver Santos (2012) para observar mapas da ecologia do crime em Uberlândia entre 1999 e 2010.

familiares, intensificando uma cadeia de vinganças ainda incipiente neste momento, mas que afetou as próximas gerações, conforme veremos no subtópico seguinte.

Mas, neste momento, no Triângulo Mineiro, a violência mútua entre os grupos e a busca por ordenamento do território estruturam essa primeira formação de *gangues* e sua ordem urbana, marcada pelas rivalidades dos grupos e suas dinâmicas. Mesmo com uma pequena quantidade de mortes, que ocorreram como efeito colateral das brigas, as *gangues* hegemonizaram sua ordem, até que outros atores com poder de decidir sobre a vida e a morte aparecessem no cenário.

No contexto estadual, na década de 1990, as taxas de homicídio sugerem pouca variação no período de nove anos. De 1990 a 1999, as taxas para 100 mil habitantes passaram de 7,6 para 9,03, de acordo com os dados do Datasus. Para complementar os dados dos anos 1990, que eram arquivados fisicamente, recorreremos à literatura, que argumenta que “o aumento na incidência de homicídios foi particularmente intenso na Região Metropolitana de Belo Horizonte” (Sapori, 2007, p. 131). Se essa explosão dos homicídios não é representada de maneira homogênea no estado, tampouco é homogênea na RMBH. Há uma “implosão espacial”, na qual seis áreas de aglomerados urbanos da capital concentravam a maior parte dos homicídios (Beato, 1998; Beato, 2001).

Gráfico 3. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes em Minas Gerais, de 1990 a 1999



Fonte: Elaboração própria. Número de óbitos por unidade da federação obtido pela base de dados SIM/DATASUS, grupos E960-969 e E970-978 pela CID-9, até 1996 e grupos X85-Y09 e Y35-Y36 pela CID-10. Dados populacionais do IBGE, tabela 2093.

Especificamente na região do Triângulo Mineiro, observamos uma grande flutuação nas taxas de homicídio, conforme gráfico abaixo. Com uma série histórica que apresenta elevações e reduções nas curvas, o contexto das brigas de *gangues* descrito pode nos ajudar a compreender essa variação, que mesmo não tendo o objetivo de matar a alguém, por vezes produzia homicídios decorrentes desses enfrentamentos. Segundo o Atlas da Criminalidade de Minas Gerais (1997), grande parte dos registros de homicídios também decorria de crimes contra o patrimônio, como apontam as hipóteses levantadas por Castro *et al.* (2004, p. 1275). No gráfico abaixo, percebemos que os dados sugerem uma súbita elevação nas taxas, passando de 3,96 em 1997 para 8,56/100 mil habitantes em 1999, representando um aumento de 116% nas vitimizações por homicídio da região.

Gráfico 4. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes no Triângulo Mineiro (MG), de 1990 a 1999



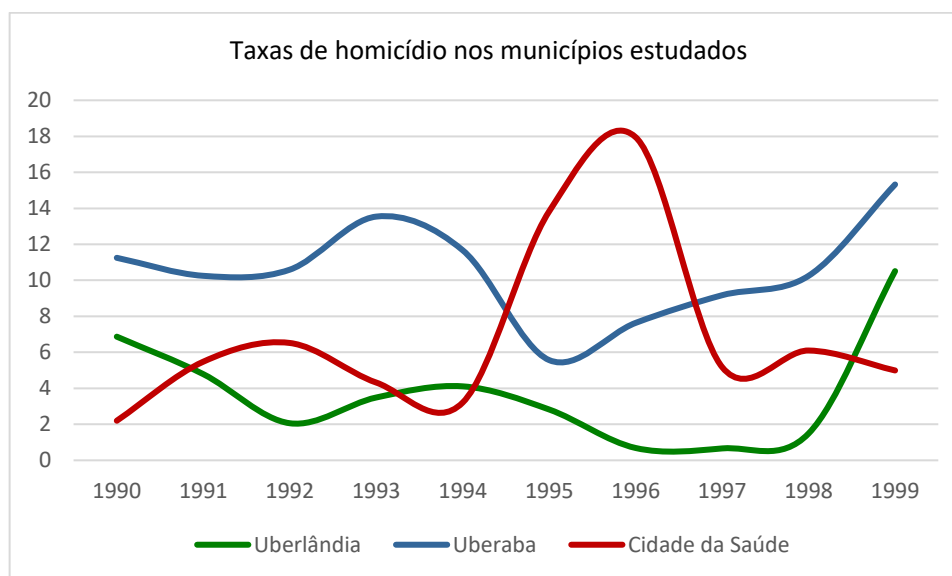
Fonte: Elaboração própria. Número de óbitos por macrorregião de saúde obtido pela base de dados SIM/DATASUS, grupos E960-969 e E970-978 pela CID-9, até 1996 e grupos X85-Y09 e Y35-Y36 pela CID-10. Dados populacionais do IBGE, tabela 2093.

A desagregação das taxas de homicídio pelo perfil de vítima é um aspecto significativo para a compreensão do fenômeno dos homicídios, sobretudo no contexto brasileiro, no qual é notório que ser jovem, do sexo masculino e preto ou pardo são

preditores para ser vitimado por homicídio (Sinhoretto e Morais, 2018).⁵⁰ Para a década de 1990 não foi possível realizar análises explorando os homicídios pelo perfil sociodemográfico das vítimas, dada a impossibilidade de coletar dados referentes à identificação étnico-racial das vítimas na base de dados utilizada nesta pesquisa (Datatus). Nas próximas décadas, a análise dos dados desagregados por perfis sociodemográficos das vítimas de homicídio estará presente, incluída nos gráficos que apresentam essas taxas.

A série histórica das taxas de homicídio nas cidades estudadas sugerem padrões muito diferentes no tempo. Como observamos na década de 1990, os dados que temos acesso indicam uma dinâmica de vitimização por homicídios muito particular em cada cidade.

Gráfico 5. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes nos municípios estudados, de 1990 a 1999



Fonte: Elaboração própria. Número de óbitos por município obtido pela base de dados SIM/DATASUS, grupos E960-969 e E970-978 pela CID-9, até 1996 e grupos X85-Y09 e Y35-Y36 pela CID-10. Dados populacionais do IBGE, tabela 2093.

Os dados da cidade de Uberlândia sugerem percentuais baixos de homicídio, decrescentes a partir de 1991: reduzindo de 6,87 em 1990 para 2,06/100 mil habitantes em 1992. No final da década os dados voltam a sugerir um rápido e expressivo aumento

⁵⁰ O que vêm sendo reforçado por pesquisas especializadas do IPEA, FBSP e de outras organizações não-governamentais, instituições importantes que atuam na melhoria dos dados quantitativos sobre violências no país.

nas vitimizações por homicídio, com um crescimento de 605,3% no período de um ano, saltando de 1,49 em 1998 para 10,51/100 mil habitantes em 1999.

Em Uberaba, as taxas de homicídio sugerem uma maior elevação de conflitos letais no início da década, com uma queda abrupta em 1995, baixando de 13,54 em 1993, para 5,56/100 mil habitantes em 1995, ano em que começa um processo de aumento, chegando ao ano de 1999 com uma taxa de 15,32/ 100 mil habitantes, e uma variação de 175,5% em quatro anos. Nas duas cidades, Uberaba e Uberlândia, as taxas sugerem uma tendência similar às das taxas do Triângulo Mineiro: de 1997 a 1999 há uma curva ascendente de homicídios. Já a Cidade da Saúde, de menor porte entre as três, no início da década os dados sugerem taxas em crescimento, com uma oscilação de 6,52 em 1992 para 3,21/100 mil habitantes em 1994 e um aumento expressivo após este ano, chegando à taxa de 17,95/100 mil habitantes em 1996, impacto das transformações da primeira geração de *gangues* – que passa, neste período, de uma ordem urbana calcada nas *brigas de gangues* para os *tiros de gangues*, incluindo outros atores criminais no cenário. Em seguida, as taxas de homicídio seguem em decréscimo na Cidade da Saúde, entre 1996 e 1999.

A chegada das armas de fogo no Brasil a partir da década de 1980, que ocorre em momentos diferentes nas diversas regiões do país, seria um dos principais motivos para o aumento das taxas de homicídio nas décadas seguintes, por distintas motivações. Este processo ocorre simultaneamente ao espraçamento da cocaína pelo país. Combinados, há uma explosão de conflitos violentos. Pela alta circulação de dinheiro e de disputas violentas em torno desse mercado, esse processo contribuiu para o espraçamento de armas entre grupos criminais (Beraldo, 2021).

A expansão do mercado internacional de cocaína, que conectou a economia latino-americana ao resto do mundo, foi um processo que gerou impactos devastadores nos homicídios do continente (Leeds, 1996). Ainda que as taxas dos países latino-americanos sejam as mais altas, a transnacionalização da cocaína produziu taxas de homicídio distintas entre países produtores, de trânsito e de consumo, demonstrando que fatores locais como as políticas públicas de segurança e as dinâmicas criminais influenciaram diretamente nos homicídios (Rettberg, 2020).

Na região do Triângulo Mineiro, o mercado ilegal de drogas e armas é favorecido pelas suas fronteiras altamente cambiáveis e de grande escoamento comercial. Atualmente é um importante ponto de passagem de mercadorias ilegais para a circulação

desses mercados, nacional e internacionalmente. As redes do mercado ilegal de drogas são muito variadas a depender do local em que estão estabelecidas. Como descrevem Hirata e Grillo (2019),

As redes do tráfico de drogas, de um modo geral, podem ser descritas na sua conformação mais generalizante por meio de uma “geometria de escalas variáveis”, articulando comerciantes atacadistas e varejistas. São compostas por diversos grupos de tamanho e complexidade variáveis e articulações singulares quanto ao seu lucro, risco e negociações, que permitem “torner a lei” a fim de fazer circular as mercadorias comercializadas (Barbosa, 2005). Há tráfico nos bairros pobres e ricos das cidades, havendo variações significativas nas dinâmicas desse comércio, em função das diferentes circunstâncias em que se desenvolve. (Hirata e Grillo, 2019, p. 4)

Dessas circunstâncias que o tráfico de drogas se desenvolve, não é a ilegalidade que produz a violência em torno do mercado ilegal, visto que no Brasil, em de bairros mais abastados a comercialização de drogas não produz nenhuma violência (Grillo, 2008). Além disso, pensando em um contexto mais amplo, as redes do mercado ilegal de drogas na Europa não produzem a violência dessas mesmas redes, quando saem da América do Sul (Feltran, 2018). O que produz a violência relacionada aos mercados ilegais é o processo de incriminação (Misse, 2010) e a disputa de distintos grupos armados em torno de um negócio multimilionário.

A entrada das armas e da cocaína no Triângulo atuaram como agentes exógenos às *gangues* (Rodgers, 2021), isto é, fatores relacionados a processos externos, que passam a interferir diretamente na operacionalização local da *ganguê*. As armas introduziram uma nova tecnologia da morte (Mbembe, 2018). Enquanto a cocaína impulsionou a especialização do tráfico de drogas na região, afetando as relações internas às *gangues* e as introduzindo nas disputas cotidianas em torno do mercado ilegal de drogas: transformando as rivalidades das *gangues* em guerra.

No contexto do início da década de 1990, as rivalidades baseadas na honra se transformavam em cadeias de vendeta, na busca por vingança, durante a época das brigas de *gangues*. Agora, na década de 2000, o conjunto das circunstâncias era outro. Considerando a articulação das *gangues* com os mercados ilegais, os grupos passaram a mediar a relação entre seus integrantes e as polícias que atuavam de maneira extralegal em torno desses mercados, incitando a luta política pelos mercados ilegais – via tomadas

de *bocas* ou *arregos*, especialmente. Dessa forma, as cadeias de vendeta se transformaram em *guerra*.

A época dos tiros de *gangues*

Porque lá na vila tinha uma escala que era tipo assim... os cara que era metido a bandido, que tava querendo ser, né? e os cara que era mais bandidão mesmo... os cara daquela época lá dos tiros de gangue, 'cê lembra dessa época?⁵¹

Entre o final da década de 1990 e o início da década de 2000, ocorreu uma mudança nas dinâmicas das *gangues* nas cidades estudadas. As antigas figuras garantidoras da ordem urbana nos bairros, os membros das *gangues*, começaram a perder sua influência, enquanto os pequenos *traficantes*, começaram a ganhar poder. Roberto foi testemunha dessa mudança, essa seria a “*época dos tiros de gangues*”. Essa mudança marcou o início de uma maior organização dos grupos criminais nas cidades estudadas, assim como de uma especialização cada vez maior dos mercados ilegais, neste momento, baseado majoritariamente no mercado de drogas e armas.

A mudança no tipo de regulação da violência exercida nos bairros e entre os grupos geraram mudanças nas *gangues*. Alguns membros da primeira geração se afastaram dos grupos, seja pela chegada da vida adulta, com a chegada dos filhos e/ou com empregos formais, seja pela entrada dos novos atores, como drogas, armas e dinheiro, que agora balizam as rivalidades, antes eram baseadas na honra masculina. Outros permaneceram no conflito com antigos *rivais*, que escalou de cadeias de vinganças para *guerras* em torno desses mercados ilegais. A nova configuração ainda mantinha a territorialização da ordem urbana anterior, mas agora vinculada maiormente à localização das *biqueiras*.

As *gangues* passaram de uma organização que se identificavam com os bairros e ofereciam proteção à comunidade, durante a década de 1990, para uma organização que visava o lucro e com conflitos que frequentemente levavam a mortes, nos anos 2000. A regulação da violência no Triângulo Mineiro se modificou com o rompimento do senso de solidariedade em relação à comunidade. A proteção ao território, neste momento, não está pensada exclusivamente para a comunidade, ainda que permaneça a proibição de

⁵¹ Trecho de entrevista por videochamada com Roberto, 27.06.21.

roubar nos bairros, mas a proteção ao território passa a estar atrelada, principalmente, às *biqueiras*.

A cena descrita a seguir, de três gerentes de um dos bairros de periferia da Cidade da Saúde, sob uma outra ordem urbana, exemplifica um homicídio sem mediação, realizada por uma atitude isolada, isto é, agindo de maneira individual, sem comunicar aos demais e sem consultar a figura local responsável por mediar os conflitos letais. No caso específico, os autores agem de maneira precisa e rápida, também porque os responsáveis por regular a violência local eram os próprios executores.

Acerto de contas

Enquanto conversava com Roberto sobre as histórias “da época de *gangues*” no seu bairro, ele me conta um homicídio em que Raul, gerente do tráfico do bairro e seu amigo na época, estava envolvido. Embora inicialmente tenha me parecido outra narrativa de busca por reparação da honra masculina, como a de Cristiano, mas interna ao “mundo do crime”, este homicídio que ocorreu em 2004, uma década após o homicídio praticado por Cristiano, reflete outra ordem urbana, pautada pelos mercados ilegais. O homicídio que Raul estaria envolvido se referia, então, a um “acerto de contas”.

Este caso envolveu três gerentes que até então eram sócios em uma *biqueira* situada no bairro Moji, na Cidade da Saúde. O evento disparador do conflito foram as dívidas de um dos gerentes, Pedro, com os outros dois, Raul e Charles. Tudo começou quando, em uma sexta-feira à noite, Pedro subtraiu uma arma de Raul e, logo em seguida, “empenhou”⁵² seu celular com Charles para o consumo imediato de cocaína. Pedro pegou, além da cocaína para consumo imediato, a quantia de 100 reais emprestada com Charles e 50 reais com Raul, deixando seu celular como garantia de que os pagaria mais tarde. No início da tarde do dia seguinte, sábado, Pedro pretendia reaver seu celular com um dos seus sócios, Charles. Então Pedro foi acompanhado de um colega à casa que Charles residia com sua mãe e sua namorada.

Ao chegar na casa do sócio, Pedro pergunta por Charles, mas a mãe dele responde dizendo que ele não estava em casa. Charles estava na quadra comunitária do bairro, jogando futebol. Entretanto, Pedro fica desconfiado por ver que a moto de Charles estava na garagem e pensa que a mãe e a namorada de Charles, que estavam em casa, o

⁵² Entrega de algo material como uma forma de garantia de que se cumprirá o pagamento do que é devido no futuro.

estivessem escondendo. Estando em desvantagem entre os gerentes e acreditando estar sendo enganado pelas mulheres, Pedro bate na mãe e na namorada de Charles. Atitude grave e inaceitável no “mundo do crime” – e não apenas.

No mesmo sábado, à noite, Raul e Charles estavam revoltados com Pedro, pelos graves desvios cometidos e tendo como ápice a agressão à mãe e namorada de Charles. Pedro ainda não havia pagado a quantia que devia e queria recuperar seu celular, tentando contato com Charles e dizendo que estava em um bar distante do bairro com um amigo. Sem demonstrar a raiva que estavam de Pedro, contataram para o sócio e combinaram de encontrá-lo em um bar distante do bairro em que moravam, com a promessa de que iriam devolver seu celular. Quando já estavam de saída, chega Charles em uma moto, os convidando para irem em uma rua atrás do bar para buscarem o celular de Pedro, onde Raul estava os aguardando em seu carro, um Gol branco. Chegando na rua atrás do bar que Pedro já estava com o colega que o acompanhou durante o dia, os três gerentes começaram a discutir. Pedro questionava sobre onde estava seu celular, mas Raul dizia que estavam ali para tratar de outro assunto, sobre a arma que Pedro havia tomado dele no dia anterior. A arma que teria sido emprestada a um amigo e parceiro de negócios, agora é trazida à cena como cobrança, visto que Pedro não é mais visto como parceiro e sócio dos outros dois gerentes.

Charles entra na discussão que estava centrada nos bens materiais, e adiciona uma grave penalidade interna ao “mundo do crime”, mas também crítica no âmbito moral de fora do *Crime*: diz que iria ensiná-lo “como se bate na mãe dos outros”. Com isso, entram em luta corporal. Na luta, percebendo estar em desvantagem, Pedro sai correndo. Mas é quando é alvejado por um tiro nas costas, disparado por Charles, caindo na calçada em frente ao portão de uma oficina. Pedro está caído no chão da calçada, ferido. Charles se aproxima e efetua mais dois disparos. O colega que acompanhou Pedro durante o dia e esteve presente tanto na cobrança dos celulares e agressão às mulheres na casa de Charles quanto no bar minutos antes, agora ele estava deitado no chão, rendido por Raul e Charles. Após a luta entre Charles e Pedro, com a tentativa de fuga e assassinato de Pedro, o colega que o acompanhava estava em desvantagem, sendo também alvejado, por três tiros. Ambos morreram no local. Mais tarde, seus corpos foram encontrados por moradores das proximidades, na mesma calçada onde morreram. Os moradores acionaram a polícia – e a repercussão da morte atraiu a mídia local, que noticiou o caso dos jovens que foram assassinados no bairro Andirá, distante de onde viviam, no Moji.

Entre os três gerentes do tráfico de drogas do bairro, Raul era o mais velho, com 25 anos em 2004. Pedro tinha 22 anos à época e o mais novo era Charles, com 20 anos. Raul é um homem branco, com cabelos castanhos lisos e filho de professores da rede pública de ensino,

Porque ele tipo assim... ele vivia lá na vila, andava com a gente e tal, mas ele nunca passou perrengue igual nós assim, né? Ele sempre teve uma vida mais tranquila. Não era igual eu e os outros moleques lá que já passava perrengue e precisava de uma grana mesmo. Ele não, ele tinha uma vida mais tranquila, a mãe dele era professora e o pai dele também. (entrevista por videochamada, maio 2021)

Pedro era branco, com cabelos escuros lisos e curtos e muito magro. Charles também é um jovem branco. De cabelos loiros e olhos claros, ele é descrito por algumas pessoas como bonito por sua aparência física. Também é lembrado como o mais *bandidão da vila*. Em um primeiro momento essas características não me parecem opostas, até que Roberto o descreve melhor:

Eu nunca tive intimidade com ele. Ele era loirinho, tinha uma cara de playboy, mas playboy mesmo, de apartamento. Cabelo lisinho assim ó, loirinho, de olho claro. Mas aí o cara era bandido pra caralho e eu acho que a vantagem dele era essa. Tipo, a polícia vai parar um cara desse? [risos] não vai! Esse rapazinho aí ó, tão certinho, tão branquinho, de corte surfistinha... não vai, tá ligado? Aquelas blusinha de skatista... ah, o cara era lindo, pra polícia o cara era lindo. E ele era mó bandidão. Eu nunca tive conversa direito com ele assim não, mas ele gostava de mostrar que era bandido, que tocava o terror, só pros outros ter medo dele. (entrevista por videochamada, maio 2021)

De acordo com as pesquisas sobre filtragem racial nas abordagens policiais, Roberto, um jovem negro, não estava equivocado quando, pela sua experiência, percebeu que Pedro era “lindo” para a polícia, por ser branco. Sinhoretto *et al.* (2014) demonstram, por meio de uma pesquisa em quatro estados brasileiros, que os números de mortos pela polícia são majoritariamente compostos por jovens, homens e negros (Sinhoretto e Moraes, 2018), assim como os números de presos em flagrante e de jovens acusados de cometimento de ato infracional (Silva, 2022). Em Minas Gerais, um dos estados que compõe a investigação coletiva, o número de negros presos em flagrante representa o dobro de brancos. A concentração de prisões em flagrante sobre este grupo (jovens, homens, negros) demonstra uma vigilância concentrada sobre essa população, uma vez

que não resulta de investigações ou denúncias, mas sim de abordagens policiais (Sinhoretto *et al.*, 2014).

Os três gerentes das *bocas* do bairro eram parceiros no trabalho e na vida cotidiana, pois já eram amigos antes do tráfico de drogas no bairro se especializar, graças à expansão dos mercados ilegais na cidade no início dos anos 2000. Chamados de “patrões”, “patrõezinhos” e “patrõezeiras”, as funções que exerciam no tráfico local dependiam diretamente de intermediários da cidade vizinha, especialmente para transportar as drogas a serem vendidas (sobretudo maconha, pasta base de cocaína e crack) vindas de Uberlândia, a cidade vizinha mais próxima e ponto de carregamento e distribuição de drogas para várias outras cidades interioranas. Apesar de serem os “patrões” do bairro, eles também eram os responsáveis por organizar como se daria a mistura e o fracionamento das drogas nos “laboratórios”, montados em suas casas, seja fracionando as *buchas* de maconha ou *virando crack*⁵³ para se transformar em cocaína. Em seguida, era realizada a distribuição entre os *vapores* que vendiam essas substâncias no bairro.

Os preços variavam de *boca* para *boca*, como no “mercado”, descreve Roberto. Mas os três gerentes mantinham preços parecidos. Ao entregar certa quantidade para os *vapores*, exigiam uma quantia em troca e o excedente seria o ganho real dos *vapores* pela venda.

Roberto me contava que pela proximidade com Raul e por acompanhar Raul para Uberlândia para fazer compras no shopping, sabia que a droga vinha de lá e que ele pegava com patrões que considerava serem muito maiores do que os que conhecia dos bairros em [na Cidade da Saúde]. Perguntei quanto cobravam, se os preços eram tabelados ou algo do tipo. Ele me diz que era “tipo mercado”. Ou seja, os “patrões” chegavam nos “moleques” entregavam tanto e falavam que queriam tanto: “o cara que fabricou vai vender mais barato, ele foi lá pegou, trouxe e chegou aqui né, então vai vender um pouquinho mais caro, e os moleque mais caro ainda”. Isso fez com que ele lembrasse e compartilhasse alguns dos momentos que vivenciou sobre a venda de drogas no bairro no início dos anos 2000. Me dizia que “os moleques vendiam pedra de crack de 10g e de 5g, mas sempre vinham uns noias buscando por pedras de 5g”. A busca constante por pedras de crack em *dolas* menores os estressava, por isso passaram a vender apenas pedras de 10g. No entanto, as vendas caíram demais e os “noias” continuaram “enchendo o saco”, passaram então a vender pedras menores ainda, de 2,5g: “aí você só via os caras pra lá e pra cá falando “me vê duas e meia aí””. (trecho de diário de campo, julho de 2021)

⁵³ Nesse caso, o termo “virar crack” significa quebrar as pedras de crack e mesclar com uma mistura de ácido bórico e amônia, ou outros ácidos fracos, para produzir e vender o “pó virado”, que é uma alternativa mais barata que a cocaína.

Roberto, como descrito anteriormente, ainda era *de menor*, com 15 anos na época, e amigo de Raul, um dos *patrões* do bairro em que viviam. Raul era mais velho que Roberto, mas partilhavam da mesma vivência cotidiana no bairro, ainda que Roberto não estivesse *envolvido*. Neste momento, a presença da polícia também passou a ser mais frequente no bairro. Se antes a polícia “marcava” os jovens pelas brigas de *ganguê* e a “desordem” pública causada, sempre os parando e revistando, ameaçando, perseguindo e fomentando rivalidades entre grupos de bairros distintos, agora a polícia realizava acordos mensais com os gerentes de *bocas* para que elas pudessem seguir em funcionamento e, eventualmente, realizava “sequestros” de jovens *vapores*.

Marcelo, também morador do Jatobá, assim como Roberto, me conta um desses “sequestros”, também em meados dos anos 2000: conta que estava encostado em uma das árvores próximas à quadra de futebol do bairro com dois amigos, que eram *vapores* e estavam *na funça* de vigiar o perímetro para avisarem caso chegasse policiais ou alguém suspeito. No entanto, estavam distraídos, conversando e fumando, e só perceberam o carro da polícia quando já estava em frente à quadra. Marcelo e um amigo correram, conseguiram fugir e se esconder. O outro amigo, Gustavo, apesar de ter corrido, foi capturado por um dos policiais.

Gustavo não seria preso e nem levado para a delegacia. Os policiais o “sequestraram” e pediram 5 mil reais para o gerente da *boca* que ele trabalhava para que liberassem o rapaz. Segundo Marcelo, correram rumores de que o gerente da *boca* se negou a pagar o valor do “resgate” de Gustavo e estava bravo que o jovem foi capturado justamente quando deveria vigiar o entorno da *boca*. Não sabem se outras tentativas de negociação foram travadas entre o policial e o gerente da *boca*, mas se sabe que o gerente não pagou o valor do “resgate”, Gustavo levou uma surra dos policiais e não foi preso. Após a surra, foi deixado próximo ao bairro em que vivia, junto aos trilhos em que passam o trem de ferro.

Por meio da relação de amizade com Raul, Roberto acessava os espaços compartilhados pelos gerentes e estava presente nos momentos em que repartiam as drogas entre os gerentes e cada um dividindo sua parte a ser entregue aos *vapores* em *dolas* e *pinos*, quando misturavam o crack aos ácidos ou ainda nas idas à cidade vizinha para buscar as mercadorias. Ainda que a mercadoria fosse a mesma para os três gerentes, alguns *vapores* tinham preferência em pegar apenas com Pedro. Os demais pegavam com

qualquer um dos três gerentes. Segundo os relatos, aparentemente isso não gerava conflitos.

Até que em uma sexta-feira do mês de setembro de 2004, houve o disparador do conflito descrito acima. Além da quantia que estava devendo, havia o fato de Pedro consumir a cocaína que seria vendida e não pagar pela mercadora, nem a repor. Se fosse apenas pelo celular que estava “empenhado” ou pelo consumo sem pagar, talvez ocasionasse apenas em uma leve desavença entre os pares e uma “cobrança” proporcional à sua atitude desviante – como por exemplo uma discussão, um pagamento com juros ou uma surra. Mas, como agravante, Charles recebeu uma ligação da sua mãe chorando, dizendo que Pedro e seu amigo teriam ido até sua casa, onde morava com a mãe e a namorada, procurando por Charles e pelo celular que estava “empenhado” como garantia de pagamento de dívidas. Mesmo que dissessem que Charles estava na quadra de futebol, a sua moto no corredor da casa fez com que Pedro achasse que as mulheres estavam o escondendo. Nisso, bateram na mãe e a namorada de Charles. Mexer com mãe é diferente. É uma atitude inaceitável.

Apesar do vínculo de amizade e da posição no tráfico local, tanto a honra dos dois gerentes, Raul e Charles, quanto a da família de Charles, precisava ser reparada por esta “cobrança”. Justificativa reiterada pela fala de Charles de que “não aceitaria que sua mãe apanhasse de vagabundo”. Na impossibilidade de levar esse conflito como demanda à uma instância superior (estatal, pelo teor do conflito e de como estavam emaranhados em redes ilegais ou do “mundo do crime”, sem um terceiro mediador de conflitos) que avaliaria a situação e emitiria uma punição a Pedro; Raul e Charles agiram em atitude isolada, matando o parceiro em um “acerto de contas”. Mesmo assim, conta-se no bairro que não houve retaliações aos dois gerentes pela morte do parceiro, reforçando o caráter de justiça que a cobrança teve à época. Quer dizer, justiça ao menos perante o “mundo do crime” representado pelos gerentes do tráfico, que seria o grupo local capaz de cobrá-los e ordenador da ordem urbana naquele momento.

Quando outros atores entram em cena

O mundo das brigas de *gangues*, com socos, pontapés, *correntadas* e pedradas, havia ficado para trás. A situação narrada acima, do conflito letal entre gerentes de *bocas* de uma região da periferia da Cidade da Saúde em meados dos anos 2000, exemplifica bem isso. As brigas de *gangue* ajudaram a consolidar as rivalidades que, mais a frente, se

intensificaram com a expansão dos mercados de drogas e armas ilegais no interior mineiro. Com a descrição acima, passamos por cada um dos elementos que compunham essa nova ordem urbana: as drogas, sobretudo a cocaína e o mercado em torno dela, as armas e as polícias.

O caso do duplo homicídio após o desacerto entre os “gerentes” de *bocas* nos ajuda a pensar como os homicídios se dão em contexto de atitude isolada. No contexto das *gangues* ou dos *traficantes, donos de boca*, a atitude isolada não é passível de punição, como ocorre, por exemplo, na lógica do PCC que reivindica a centralidade e estabelece a verdade da punição, conforme desenvolvido por Jara (2021). Essa atitude isolada compõe uma gramática moral interna ao “mundo do crime” do momento descrito.

Apesar de ter se dado em atitude isolada, é uma punição que encontra justificativa na coerência com o ordenamento do universo criminal do momento. Tendo como motivadores o roubo da arma do parceiro e, mais intolerável, as ameaças e agressões físicas à mãe e namorada do outro parceiro. Como veremos no capítulo 2, em outro universo criminal essa forma de decidir a punição, por atitude isolada, não se justificaria. Assim como os desvios cometidos por Pedro continuariam não sendo justificáveis.

Na noção de justiça do PCC, os gerentes dependeriam do aval de um terceiro mediador, a própria facção, para que amparada no mecanismo de debates ouvisse as partes e estabelecesse qual seria a punição justa, caso a caso. Como a morte é a última opção de punição para a facção, sendo utilizada apenas em casos extremos, no caso dos gerentes, se não fosse a agressão às mulheres, talvez a punição fosse outra. O que não impede, diga-se de passagem, que moradores, amigos e familiares tenham discutido se aquela morte teria sido “justa” ou não, de acordo com seus próprios valores. Aqui, percebemos uma mudança no tipo de enfrentamento violento realizado e a atitude isolada de matar é a forma comum de resolução de conflitos, abrindo espaço para retaliações e possíveis cadeias de vendeta, que começam a aparecer como um mecanismo multiplicador de homicídios.

Como os fatores exógenos são mais abrangentes que os locais, a entrada das armas e das drogas interferiram diretamente na economia política local (Rodgers, 2021). Neste momento, a polícia passa a fazer parte da equação de forma mais expressiva, presente de forma recorrente e violenta, fechando *acertos* entre *traficantes* e forças da ordem. Misse (2009) descreve como a relação entre agentes estatais e atores dos mercados ilegais passam a ser balizadas por “mercadorias políticas”. O conceito de mercadoria política

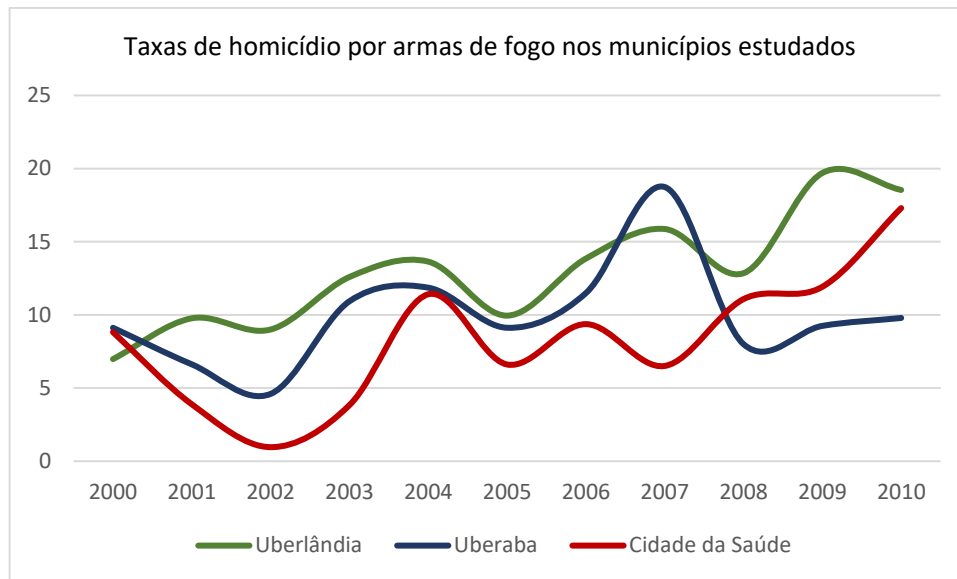
desenvolvido pelo autor envolve as transações financeiras (de práticas como o *arrego*) em troca a garantia de que a polícia não causará interferência nos negócios ilegais.

Em relação aos conflitos letais, na primeira formação de *gangues* os líderes ou os integrantes considerados *bandidões* eram aqueles que tinham *disposição* para brigar com os *rivais*, com socos, pauladas, pedradas e *correntadas*. Já na segunda fase, a *disposição* é demonstrada de outras formas. A intenção de matar não estava explícita na primeira formação, o menor acesso às armas de fogo e as brigas em grupos grandes de jovens dificultava que assassinatos acontecessem. Agora, a intenção de causar a morte é evidente, expressa pelas armas de fogo: pelo local que os tiros atingem as vítimas e o alto número de projéteis disparados. Mas isso não significa que as mortes sejam distribuídas de forma aleatória entre *rivais* ou apenas internas ao “mundo do crime”.

Em contextos em que a resolução de conflitos se desenrola de maneira individual, como o que estamos vendo no interior do Triângulo Mineiro nos anos 2000, o alto número de armas em circulação afeta a percepção de risco (Peres e Santos, 2005) e exige que frequentemente sejam feitas escolhas rápidas entre matar ou morrer. As armas de fogo facilitam a decisão individual de matar, pois não precisará de muito planejamento ou conhecimento técnico (Manso, 2016), além das chances de a vítima conseguir lutar e se autodefender serem mínimas, diferente de homicídios em lutas corporais ou com a incorporação de outros objetos, como os descritas no tópico anterior – correntes, pedras, facas.

Veremos as taxas de homicídio no período descrito, sobre a ordem urbana dos *donos de bocas* no Triângulo Mineiro. O gráfico 5 demonstra as taxas de homicídio por armas de fogo nos municípios estudados sugerem que a entrada das armas em um ambiente que os conflitos eram travados majoritariamente em lutas corporais e com outros objetos, aumentou a vitimização homicida armada como sugerem as taxas ilustradas no gráfico abaixo.

Gráfico 6. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes por armas de fogo nos municípios estudados, de 2000 a 2010

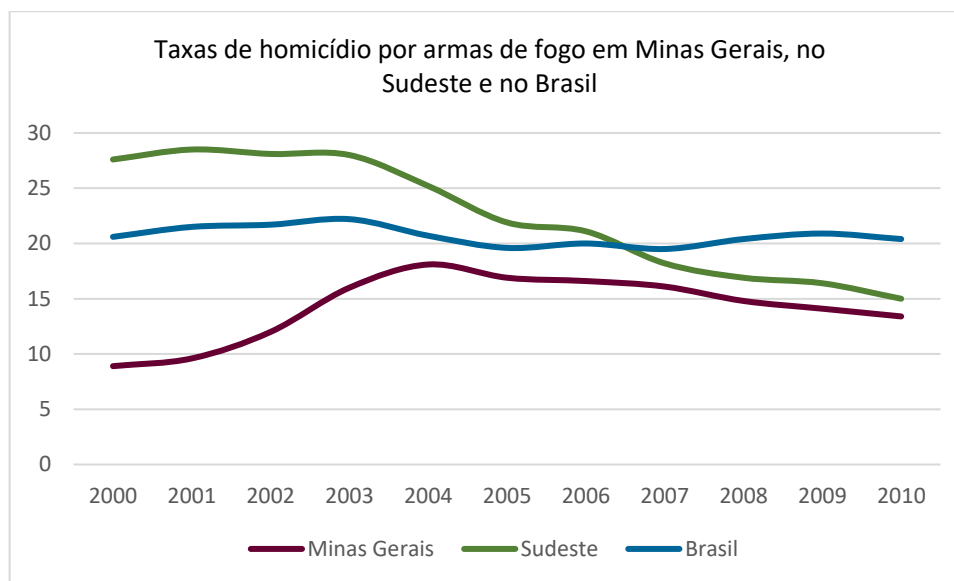


Fonte: Elaboração própria. Número de óbitos por município obtido pela base de dados SIM/DATASUS, grupos X93-95, CID-10. Dados populacionais do IBGE, tabela 2093.

O gráfico indica uma curva crescente nas cidades de Uberlândia e Uberaba, e uma oscilação na Cidade da Saúde, com uma queda abrupta no ano de 2002, seguida de uma flutuação significativa e uma forte tendência de crescimento a partir de 2007, passando de 6,51 para 17,3/100 mil habitantes em 2010. A Cidade da Saúde, por ser uma cidade de pequeno porte, com aproximadamente 100mil habitantes, é mais reativa às pequenas variações no número de homicídios, que impactam visivelmente nas taxas. Ainda assim, importa conhecer o contexto em que esses homicídios ocorreram, como observamos no caso de “acerto de contas” narrado, as armas possibilitaram uma rápida execução de Pedro.

Muitas armas não são o suficiente para explicar elevadas taxas de homicídios. Afinal, os homicídios são um fenômeno multicausal. Mas o elevado número de homicídios por armas de fogo nos ajuda a compreender o contexto em que ocorreram, colocando as armas como principal condição para tornar a morte possível. E é preciso levarmos em conta que o risco de morrer alvejado por arma de fogo é 2,6 vezes maior no Brasil do que em qualquer outro lugar do mundo, e 92,5% dessas mortes são homicídios (Dreyfus *et al.*, 2008, p. 27). Ainda que a quantidade de tiros ou a localização anatômica não sejam conclusões definitivas para essas mortes, elas expressam o procedimento típico em execuções (Manso, 2016) e a concentração de projéteis na cabeça ou nas costas em vítimas de homicídio por armas de fogo corrobora essa hipótese.

Gráfico 7. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes por armas de fogo em Minas Gerais, no Sudeste e no Brasil



Fonte: Elaboração própria. Número de óbitos por estado e região obtido pela base de dados SIM/DATASUS, grupos X93-95, CID-10. Dados populacionais do IBGE, tabela 2093.

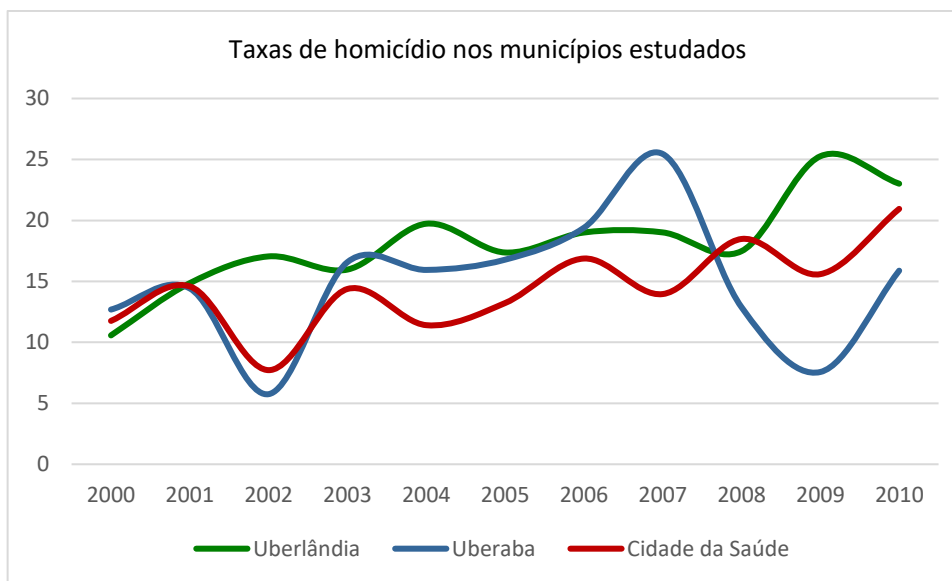
As taxas de homicídio por armas de fogo em Minas Gerais mantêm valores parecidos com os observados nas cidades do Triângulo Mineiro estudadas. As taxas estaduais sugerem algumas similaridades com as dos municípios da região: como no ano de 2004, em que todas as cidades tiveram um aumento de homicídios. No estado, em 2004, nossas taxas indicam que foi o pico de casos de homicídio por armas de fogo, com 18,1/100 mil habitantes. De 2004 a 2010, as taxas em Minas Gerais sugerem queda, ainda que tímida, constante, de 25,9%. A região Sudeste, que estava com indicadores mais altos que os do país até meados de 2005, sentiu as taxas decrescendo a partir de 2003 com uma redução constante, demonstrado neste gráfico até o ano de 2010.

Gráfico 8. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes no Triângulo Mineiro, de 2000 a 2010



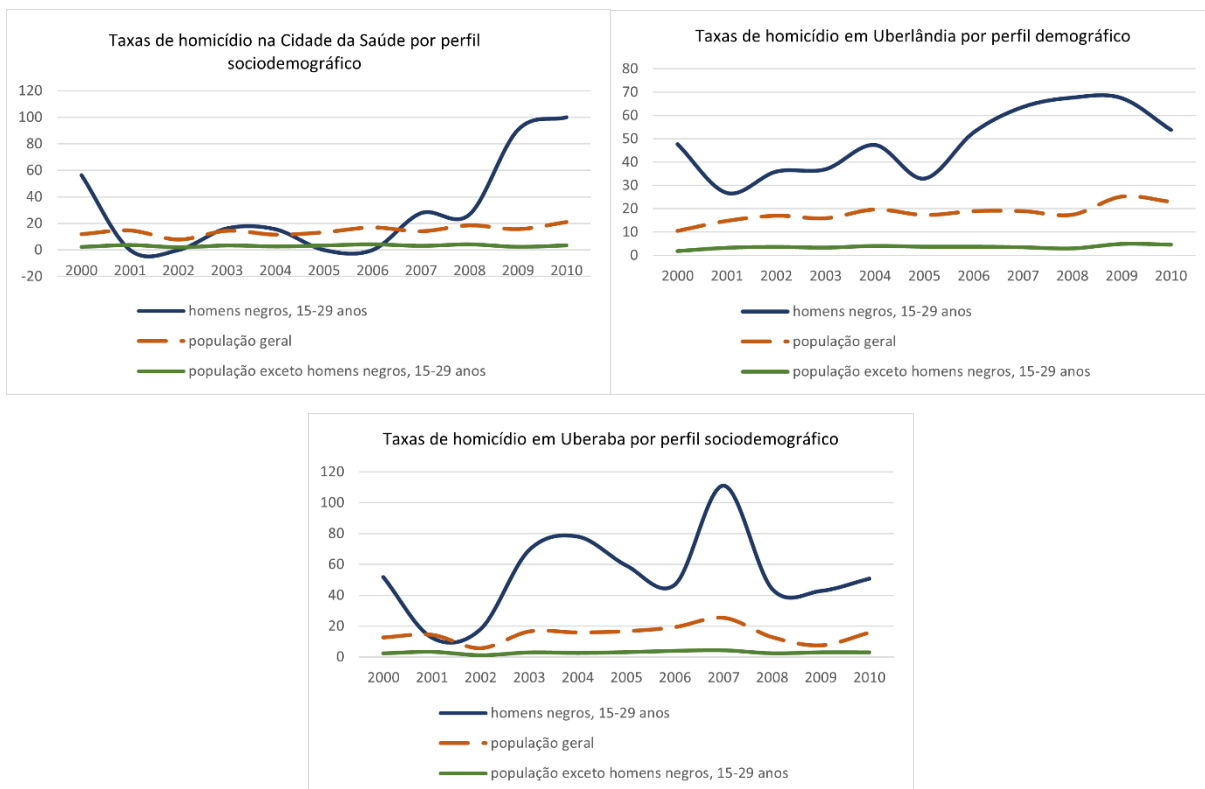
Fonte: Elaboração própria. Número de óbitos por macrorregião de saúde obtido pela base de dados SIM/DATASUS, grupos X93-95, CID-10. Dados populacionais do IBGE, tabela 2093.

Gráfico 9. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes nos municípios estudados, de 2000 a 2010



Fonte: Elaboração própria. Número de óbitos por município obtido pela base de dados SIM/DATASUS, grupos X85-Y09 e Y35-Y36, CID-10. Dados populacionais do IBGE, tabela 2093.

Gráfico 10. Cidade da Saúde, Uberlândia e Uberaba: taxas de homicídio por 100 mil habitantes, por perfil demográfico, de 2000 a 2010



Fonte: Elaboração própria. Número de óbitos por município obtido pela base de dados SIM/DATASUS, grupos X85-Y09 e Y35-Y36, CID-10. Dados populacionais do IBGE, tabela 2093.

No gráfico 7 vemos que a tendência das curvas de homicídio no Triângulo, que indicam taxas com pouca oscilação entre 2000 e 2006, se mantendo em valores até 12/100 mil habitantes. Neste gráfico vemos também que o perfil de jovens, homens e negros (pretos e pardos, segundo classificação do IBGE) é mais vitimado por homicídio, com valores muito mais altos. A partir de 2006 as taxas sugerem um aumento, que se mantém constante até o ano de 2010. Em quatro anos, as taxas da população geral indicam um acréscimo de 14,2% nas vitimizações por homicídio, passando de 13,75 em 2006 para 15,71/100 mil habitantes em 2010, no entanto, para o mesmo período, as taxas de jovens homens negros indicam aumento de 57,21%, passando de 49,81 em 2006 para 78,31/100 mil habitantes em 2010, com pico de homicídios em 2007, com taxa de 86,16/100 mil habitantes. Nas taxas dos municípios estudados, analisados abaixo, também percebemos um aumento no final da década.

As taxas de homicídio acima demonstram padrões bem diferentes entre as cidades, como sugere os dados do gráfico 8. No início da década, as taxas sugerem que as três cidades estão em patamares parecidos. Em 2002, a queda na Cidade da Saúde e Uberaba não foi observada em Uberlândia, que seguiu uma tendência de aumento. Da mesma

forma, no final da década, de 2009 a 2010, as taxas de Uberaba e da Cidade da Saúde subiram, enquanto as de Uberlândia reduziram. Como veremos no capítulo 2, essa subida a partir de 2006 em Uberaba e na Cidade da Saúde e a partir de 2005 em Uberlândia pode estar refletindo o impacto da expansão do PCC na cidade, que inicia com uma disputa pelos mercados ilegais travada violentamente.

No gráfico 9 observamos as taxas de homicídio por perfil sociodemográfico da vítima. Desagregados por critérios raciais e etários, as séries históricas desses homicídios sugerem padrões muito mais altos que da população geral e, mais ainda, da população excluindo o perfil de jovens homens e negros (pretos e pardos, segundo classificação do IBGE). Além disso, assim como as taxas do Triângulo, as taxas desse perfil por município indicam alterações muito mais imediatas que os outros perfis analisados.

Na Cidade da Saúde, os anos de 2001 e 2002 e 2005 e 2006 não apresentaram nenhum registro de homicídio de jovens homens negros na base de dados consultada, DataSUS. Em Uberaba, o ano de 2001 também não apresentou registros de homicídios para este perfil sociodemográfico. Essa provável subnotificação justifica o formato da curva que temos nessas cidades, nestes anos, apresentando uma queda abrupta. Em Uberaba, as taxas que acessamos sugerem que os homicídios de jovens homens negros começam a decrescer a partir de 2008, com queda gradual nos próximos dois anos. Em Uberlândia, as taxas entre esse perfil indicam movimento similar a partir de 2009, ainda que tímido, passando de 67,45 em 2009 para 53,8 em 2010. Em sentido contrário à das outras duas cidades da região, as taxas da Cidade da Saúde, entre este perfil, sofrem um aumento significativo, de 441,9%, entre 2008 e 2010. As taxas da população geral, nos três municípios, permaneceram abaixo de 25/100 mil habitantes e da população exceto jovens homens e negros, todos abaixo de 10/100 mil habitantes.

A discrepância das taxas de homicídio entre os três grupos sociodemográficos analisados nos gráficos é visível. Nos três municípios estudados fica evidente que as taxas de homicídio da população geral sobem ou descem em razão da flutuação das taxas de homicídio do grupo de jovens homens e negros. As taxas entre esse grupo não apenas indicam o sentido das taxas da população geral, mas são expressivamente muito mais altas. O foco nas séries históricas de homicídio permite observar que não é um fenômeno pontual, mas o perfil de jovens homens e negros tem sido um preditor nos conflitos letais, no caso estudado.

Considerações sobre as “mortes banais”

A violência que já aconteceu, a que está acontecendo e a que pode acontecer se imprimem no cotidiano de modo a produzir formas de ação política tanto menos visíveis quanto públicas (Moncau, 2021, p. 178)

No caso descrito na cena “acerto de contas” acima, dentro da lógica do universo criminal operante naquele momento, a morte do gerente Pedro foi considerada “justa”. Em outros mundos criminais, como seria o caso da lógica faccional, a ação dos dois gerentes, que agiram por atitude isolada, seria punida. Não quer dizer que as ações de Pedro estivessem de acordo com a lógica faccional, mas a forma de punição seria deliberada por meio do mecanismo de debates, que escutando as distintas versões de cada gerente sobre o mesmo caso, deliberaria a punição justa, de acordo com os valores pregados pela facção. No caso que vimos, a atitude isolada dos gerentes poderia gerar uma vingança por parte de algum familiar ou amigo da vítima, que seria seguida de outras formas de uso da força privada. Quando isso ocorre, cadeias de vendeta com homicídios sucessivos são comuns, inclusive esquecendo-se de qual era o conflito inicial.

O caso era de difícil compreensão para quem estava distante das dinâmicas criminais que regulavam a violência no bairro Moji e, principalmente, para quem estava de fora do conflito entre os três gerentes, sem saber a sucessão de eventos que levaram os gerentes a considerarem a morte como uma punição para Pedro, que até então era um dos sócios nos negócios do bairro. O jornal que veiculou a notícia de encontro dos corpos, à época, relatava apenas que o “envolvimento com o tráfico de drogas” seria a motivação para o homicídio. Ainda que fossem gerentes do tráfico de drogas do bairro Moji à época, a descrição superficial, realizada com o encontro dos corpos mortos em um sábado de madrugada, não explicava o conflito, nem elucidava o duplo homicídio, que foi esclarecido apenas no final de 2015, data da finalização do inquérito policial.

Há quatro décadas vemos as mesmas regularidades nos homicídios no país e na América Latina. Ainda que as tendências variem bastante entre diferentes regiões e países e em diferentes momentos, são os países latino-americanos que ocupam as posições mais altas do mundo (Rettberg, 2020). Feltran (2012b) demonstra que a violência letal no Brasil não é caótica, mas estritamente regulada. O perfil das vítimas de homicídios preferenciais é também muito regular: dois terços são pobres, pretos ou pardos, moradores de periferias, operadores baixos de mercados ilegais. O restante são jovens

brancos e pobres, mortos por policiais ou por parceiros, próximos de alguma forma do universo criminal. Nesse sentido, vemos que há cada vez menos mortes sem regulação de atores criminais no Brasil, que estão imersos em diferentes regimes cotidianos de gestão da violência local.

Na leitura de Feltran (2019), que busca construir uma tipologia para compreender os homicídios no Brasil, a dinâmica de conflitos e pacificações entre as facções teria sido a principal explicação de variação das curvas de homicídios pelo país. Segundo dados compilados pelo autor, esse grupo representou 75-80% das mortes violentas intencionais no país em 2018, mas essa proporção tem se mostrado cada vez mais regular nos últimos anos. Essas regularidades não são por acaso.

No oitavo capítulo de seu livro *Vida e Palavras: a violência e sua descida ao ordinário*, Veena Das (2020) argumenta sobre a importância de uma análise apurada para fenômenos violentos que podem parecer aleatórios, produtos de uma fúria extrema e sem relação com o cotidiano – como muitos homicídios são vistos. O argumento da autora parte do grande evento que ela analisa, do assassinato da ministra Indira Gandhi pelos seus guarda-costas, em 1984, que abriu uma brecha para que os conflitos locais, de “importância particular”, fosse “localizado, incorporado e atualizado”. Sob a premissa de crise societária pelo assassinato da ministra, por três dias houve massacres entre os moradores de duas quadras do bairro de Sultanpuri: quadra A2 (os *chamars*) contra os moradores da quadra A4 (os *siglikars*).

Neste episódio cem pessoas foram queimadas vivas. Os homens foram arrancados de suas casas, apedrejados e queimados vivos pelos seus próprios vizinhos, acompanhados de policiais e do delegado local. As autoridades ameaçavam os moradores e aqueles que tentaram fugir morreram baleados pelas autoridades. Os que tentaram fugir de fato morreram baleados pelas autoridades e o local passou a ser vigiado noite e dia. O evento extraordinário, o assassinato da ministra, foi localizado no cotidiano de uma comunidade distante do centro, onde efervescia o conflito político. Outro elemento que parecia não fazer sentido é que os *sikhs* de Sultanpuri eram da casta *siglikars*, e nada tinham a ver com a militância *sikh* ou com os conflitos que levaram ao assassinato da ministra. O conflito local entre os “chefes” das quadras foi o que permitiu que o evento do assassinato da ministra fosse atualizado e adquirisse um “imediatismo que os afetou diretamente”.

Esses atos que pareciam não ter sentido ou serem frutos de uma fúria das multidões sem racionalidade, revelaram “os rastros das histórias, dos fracassos institucionais e da violência rotineira da vida cotidiana” (2020, p. 188). Demonstrando como a série histórica de conflitos locais, situados e cotidianos, são atualizados por meio de conflitos amplos, de forma diferente em cada contexto, sendo “fixados em termos espaço temporais”. Das demonstra como as mortes não são caóticas, muito menos aleatórias, mas produto de uma forma história de exercício do poder local que marca a violência e coloca em evidência as particularidades dos conflitos locais.

Tanto o público quanto o momento histórico são diferentes. A dimensão dos eventos também é outra. No caso de Das, a violência extrema do evento extraordinário “era contígua à violência cotidiana, que implicou Estado e comunidade e demonstrou claramente que a violência não estava separada da socialidade” (2020, p. 204). Não quer dizer que as formas de expressão da violência foram as mesmas, mas que o cotidiano forneceu as bases para a violência extrema. Já no caso estudado, tanto no Triângulo Mineiro quanto no Brasil, os conflitos interpessoais relacionados ao “mundo do crime”, são eventos que fazem parte do cotidiano e não reivindicam relação a conflitos nacionais, de abrangência mais ampla, como motivadores ou justificativas pelas mortes. No entanto, é a busca pelas motivações do evento extraordinário (a carnificina realizada pelas multidões no caso de Das, ou os homicídios no caso estudado) na vida cotidiana, que demonstra como as mortes não são banais, aleatórias, fúteis, fruto de fúria extrema ou de contingência absoluta, mas são decorrentes de uma forma de exercício do poder local, que se sobressai na violência.

No mesmo sentido do argumento que recupero de Das, na dissertação de mestrado de Ferreira (1998) sobre homicídios na periferia de Santo Amaro, muitas mortes pareciam não ter explicação para as rubricas oficiais. Durante a pesquisa documental entre os processos de homicídio na delegacia, a pesquisadora relata que foi comum encontrar a rubrica “motivo fútil” no campo de causa dos homicídios. Ainda que nas entrevistas com os moradores e nos julgamentos, pudesse perceber um encadeamento de eventos, sentimentos e ações que contavam uma história para aqueles desfechos fatais.

Na sua pesquisa, o “motivo fútil” apareceria como motivo desencadeador do homicídio nos casos de conflitos interpessoais, podendo ser entre *trabalhadores* ou *homens comuns*, entre *bandidos* ou entre *homens comuns/trabalhadores* e *bandidos*. Mas essas mortes se referem a discussões cotidianas que poderiam ter sido resolvidas por

meios não-violentos (Manso, 2016), por isso não estavam diretamente relacionados ao “mundo do crime”, feminicídios ou homicídios políticos. Nos casos de “motivo fútil”, o homicídio é justificado como uma ação defensiva, ainda que seja a defesa da honra pessoal. As histórias de homicídios de *bandidos* estudadas pela pesquisadora seriam mais “cuidadas”, por terem um alvo certo e alvejarem apenas quem “deve morrer”. Ainda assim, tanto as narrativas de morte de *bandidos*, como as de *homens comuns/trabalhadores*, são descritas pela autora da mesma forma: demonstrando que as mortes não são fúteis, aleatórias ou banais. Mas são conflitos que se iniciaram e levaram à morte matada por alguma razão.

Além disso, é importante lembrarmos que outros conflitos por trás das histórias pessoais podem justificar essas mortes, que não apenas a lógica do *Crime* operando. Podendo ser a causa em si, motivador imediato ou disparadores de linhas de ação causadas de forma estrutural, ainda assim não são banais. Independente da rubrica – quando há, pois, sabemos que a maioria desses homicídios não é sequer investigado no Brasil, que tem um índice de 44% de esclarecimento de homicídios⁵⁴ – na vida cotidiana, há motivadores de muita importância para os que estão imersos naquele conflito.

As mortes que são consideradas “injustas” ou “banais” em mundos criminais distintos dos que vimos até agora, da ordem urbana das *gangues* ou dos *donos de bocas*, ainda assim não são banais. O que se prega, por exemplo, em lugares em que o PCC atua de forma hegemônica, é que as situações de conflito que podem envolver ou não pessoas imersas no “mundo do crime” sejam levadas para a instância de justiça da facção, os debates.

Pelos valores pregados pela facção e amplamente conhecidos, há situações que são inaceitáveis e podem ser *cobrados* com a vida, como por exemplo casos de estupradores, de pessoas que agiram em atitude isolada e cometeram algum assassinato sem o aval da facção, de delatores e outros casos a serem julgados situacionalmente pela facção. No entanto, outras mortes, consideradas “banais” para o Comando, que essa instância de justiça veio a coibir onde a facção atua de modo hegemônico, são conflitos, quase sempre entre pares do universo criminal, que poderiam ser resolvidos sem o homicídio. Como por

⁵⁴ Ver o levantamento “Onde Mora a Impunidade?” sobre o índice de esclarecimentos pelos estados do país. Disponível em: <https://soudapaz.org/o-que-fazemos/conhecer/pesquisas/politicas-de-seguranca-publica/control-de-homicidios/?show=documentos#5529>. Acesso em 28 de out. de 2021.

exemplo, disputas por *bocas*, porque alguém está devendo alguma quantia ao tráfico ou a alguém, brigas de bares etc.

Conforme descrito por Ricardo, personagem que conheceremos a trajetória no terceiro capítulo, as mortes banais, na lógica faccional, seriam “mortes burras, matar por matar, porque eu não gosto de você”. Os casos em que a morte seria aplicada como punição seriam, geralmente, mas não sempre, casos em que há violações à vida – agir em atitude isolada, gerando cadeias de vendeta, estupros, delatar alguém etc. ou a honra e negócios coletivos, como no caso de *talaricagem* e *xisnovagem*.⁵⁵ Isto é, romper interditos máximos da facção, salvo os casos de mortes em contextos de “guerra” com o *sistema* ou com outros grupos criminais.

⁵⁵ Talarico é aquele que se relaciona sexualmente ou afetivamente com pessoas comprometidas. X9 ou o ato de cometer *xisnovagem*, significa delatar parceiros ou ações criminais, geralmente para agentes estatais ou grupos rivais.

SEGUNDO TEMPO
A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA PELO PCC

Capítulo 2

A passagem da ordem urbana

Neste capítulo, observaremos o primeiro momento de expansão do PCC ao Triângulo Mineiro e, como se deu, com a chegada desses novos atores criminais, a passagem da ordem urbana. Leremos uma carta escrita por integrantes do Comando em Uberlândia. O conteúdo da carta, que foi recuperada em uma operação da polícia civil, apresenta um mapeamento das lideranças do Comando em distintos bairros no início dos anos 2010, além de descrever como ocorreu o processo de expansão do PCC pelo município desde o ano de 1999. Tive acesso ao material da carta após o meu período de “trabalho de campo” nos municípios estudados e, ao analisar o documento, notei que os elementos presentes na história narrada me ajudavam a assimilar melhor alguns pontos do meu próprio período “em campo”. Por isso, enquanto um dado documental, a carta será nosso guia para compreender a expansão da facção no Triângulo Mineiro.

Se até meados dos anos 2000 o mercado ilegal de drogas e armas era marcado por membros de antigas conformações de *gangues*, com rivalidades violentas entre si e prevalecendo a atitude isolada para resolução de conflitos, a partir do final da década começamos a observar uma mudança no tipo de criminalidade exercida e nos mecanismos de resolução de conflitos. Neste momento, os antigos soberanos da ordem urbana local estão em declínio nas periferias urbanas das cidades estudadas. Como vimos no capítulo anterior, esse grupo foi capaz de hegemonizar sua ordem na medida em que possuíam o poder de decidir sobre a vida e a morte em seus territórios, até que outros atores aparecessem no cenário – como foi o caso do PCC no Triângulo, que veremos neste capítulo. O processo de expansão do PCC pelos municípios estudados será tratado neste capítulo.

É importante percebermos como essas mudanças aconteceram (e estão acontecendo) em momentos diferentes nas diversas cidades da região, a depender das relações estabelecidas, do acesso e interesse sobre as cidades, mas também de possíveis resistências internas às dinâmicas criminais locais. Apesar de não seguir a mesma cronologia, isto é, ocorrer as mesmas mudanças ao mesmo tempo em cada uma das cidades, a temporalidade analítica é a mesma. Ou seja, ainda que a passagem da ordem urbana (ou a chegada das drogas e armas, como vimos no capítulo anterior) não ocorra nos mesmos anos em cada cidade, analiticamente ocorrem as mesmas mudanças, as quais

têm como consequência a transição de uma ordem urbana para outra, que é regulada por grupos armados.

2.1 Transição

Nas cidades de grande e médio porte do Triângulo Mineiro, com maior atuação no circuito de mercados ilegais, já no início dos anos 2000 ouvia-se diferentes versões de entrada do PCC em suas periferias urbanas, seja por alguns bairros situados em posições estratégicas (como próximos a rodovias, favorecendo o caráter de entreposto comercial dessas cidades) ou pelas penitenciárias. Enquanto diferentes versões de sua presença circulavam, a facção avançava em um processo de estabelecimento gradual e, por vezes, conflitivo em cada região da cidade. Com uma estratégia de negociar, por meio de coerção e/ou em troca de proteção, lotes em ocupações e assentamentos, e o rápido estabelecimento em torno do tráfico de drogas em novos loteamentos de moradias populares, alguns *irmãos* se estabeleceram rapidamente nesses bairros.⁵⁶ Já em outras regiões de bairros consolidados, houve conflitos entre *irmãos* e antigos *donos de bocas* que já estavam estabelecidos territorialmente.

Em cidades de pequeno porte e outras com menor relevância nas rotas de mercados ilegais do Triângulo, neste mesmo período os conflitos se intensificavam. Com a maior circulação de armas e drogas, o tráfico movimentava uma grande quantidade de dinheiro, que era novidade naquele momento e atraía mais trabalhadores criminais.⁵⁷ Enquanto isso, as *gangues* seguiam em dinâmicas de rivalidades violentas resolvidas, resolvidas em atitude isolada, ou seja, agindo sem comunicar aos demais e sem buscar a figura responsável pela resolução de conflitos locais. As drogas e armas que chegavam às cidades menores vinham de redes criminais que passam necessariamente pelas cidades de médio e grande porte, como Uberaba e Uberlândia. Esse processo de ampliação das redes criminais foi impulsionado, em grande medida, por uma especialização criminal evidente (Duarte e Araújo, 2020a), após certa presença do PCC nas periferias dessas cidades.

⁵⁶ O avanço econômico dos *irmãos* não significa o avanço político e nem mesmo econômico do grupo, conforme veremos neste capítulo.

⁵⁷ Neste ponto, concordo com Hirata (2018), que argumenta que não se trata apenas de ganhar dinheiro, ainda que o acesso aos recursos materiais possibilitado pela inserção em distintos postos desses mercados seja de extrema importância. A decisão de participar ou não de mercados ilegais ou ilícitos passa, em primeiro lugar, por uma reflexão ético-moral, e não é fruto de um cálculo instrumental, nem de uma escolha irracional dos indivíduos.

Há muitas histórias míticas sobre a chegada da facção em cada cidade do Triângulo Mineiro, contadas por diferentes atores e difundidas de forma mais ou menos intensa. De uma forma ou de outra, essas histórias contam, em comum, que a facção está presente e atuante nas cidades. Mesmo em uma mesma cidade, há diversas versões sobre quando a facção passou a atuar do lado de dentro e de fora das penitenciárias, além das circunstâncias em que as relações com o “mundo do crime” local foram construídas.

A primeira versão sobre a chegada do PCC conta sobre a migração de uma família de Catanduva, interior de São Paulo, que chega a Uberlândia em 2010, levando os ideais da facção se inserindo no tráfico de drogas da cidade. Essa família se estabeleceria no bairro Castanheira, na Zona Leste da cidade. Por ser uma região próxima à rede rodoviária, a região leste condensa essa e outras versões de histórias de entrada do Comando na cidade.

Outra versão que trata dessa mesma época, mas em outra região da cidade, é a de que a facção paulista teria iniciado seu estabelecimento pelas ruas do bairro Capadócia, na Zona Sul, também com a chegada de membros de São Paulo, mas da capital. Ambas as histórias circularam quando o PCC começou a aparecer nas ruas da cidade em pichações e interditos em alguns bairros populares. Além disso, as distintas versões dessas histórias iniciaram evocando nomes de bairros que, hoje em dia, são sabidamente territórios em que há PCC.

Outra versão dessas histórias de chegada do Comando é narrada em uma carta escrita por membros da facção, no início da década de 2000. O documento narra a transição de um tipo de regulação armada da ordem em Uberlândia para outro, a partir do processo de expansão da facção pela cidade entre 1999 e 2015, bem como os desdobramentos de *vacilos* cometidos por um companheiro descrito como um dos pioneiros do Comando no município. Essa é uma história que é contada a partir das mortes decorrentes das disputas pelos mercados ilegais. Analiticamente, as versões se diferem por trazer, além de um período histórico muito anterior, a relação do universo criminal local frente à entrada deste novo ator criminal. A carta foi recuperada em uma operação da polícia civil de Minas Gerais em 2015.⁵⁸ Escrita à mão em um pequeno caderno tendo como título “relatório referente a Uberlândia”, a carta aparece como um

⁵⁸ A carta não será disponibilizada integralmente por questões éticas, no entanto, pequenos trechos do documento estarão transcritos a seguir, com nomes fictícios, como em todas as partes deste trabalho.

documento fundamental para a compreensão da expansão do PCC nessa cidade e na região ao longo das décadas.

Das tomadas de bocas à estabilização de territórios

“Uberlândia é uma cidade de 1 milhão de habitantes e aproximadamente 85 a 90 bairro”. A carta inicia situando o contexto urbano de onde partem quando foi escrita, 2015. A narrativa, que tem início com essa breve apresentação da cidade, segue para a história que pretendem contar, que começa em 1999 com a chegada de dois irmãos⁵⁹ provenientes de Ribeirão Preto (SP), Edson e Carlos, para o interior mineiro. O bairro em que residiram neste primeiro ano não é citado, mas no ano seguinte os irmãos vão para o bairro Tatuí, situado na Zona Leste e, conforme descrito na carta, nesse mesmo ano houve a “invasão” de moradores em loteamentos ao redor deste bairro. *“No ano 2000 foram para o bairro Tatuí e no mesmo ano houve uma invasão de moradores ao redor do Tatuí”,* impulsionando o poder público municipal, nos próximos anos, a criarem cinco bairros nesses loteamentos da Zona Leste da cidade.

A carta segue contando que os dois irmãos *“começou a tomar o Tatuí, foi onde mataram alguns comp. [companheiros] que traficavam e outros foram brecados. No final de 2001 todos esses bairros já pertenciam a eles.”* Isto é, mataram os traficantes ou frearam sua atuação nesse bairro e em outros bairros próximos, recentemente regularizados pelo município. De 2003 para 2004, os dois irmãos de Ribeirão Preto, Edson e Carlos, levaram Paulo, o terceiro filho dos irmãos, para residir em Uberlândia. Na carta, é ressaltado que Paulo chega à cidade com um apelido diferente do que utilizava no interior paulista. Ele foi para o bairro Flores, na Zona Sul da cidade, em uma região distinta da qual residiam seus irmãos, na Zona Leste. Ao chegar,

foi onde começou a matar os traficantes, inclusive um comp. Bruno teve 2 irmãos assassinados por causa do espaço, o comp. Bruno foi ouvido pela Sintonia e frisou que o Paulo falou que o Flores era do PCC (trecho da carta).

A carta segue dizendo que cinco bairros no entorno do bairro Flores, na sequência dos fatos, foram *“tomados pelo PCC”*.

⁵⁹ Irmãos se refere ao parentesco. *Irmãos*, em itálico, se refere a como se denominam os membros batizados do PCC.

Em seguida, um companheiro do bairro Tatuí, Luís, *tomou* quatro bairros próximos, dois da Zona Sul e dois da Zona Oeste. Além de outro companheiro que *tomou* o Ametista, “*mas esse saiu do crime e deu para nosso irmão Sérgio que é roubo deles*”. Quer dizer, a *tomada* da *boca* do Ametista foi uma ação conjunta entre dois *irmãos*, Luís e Sérgio. Luís, ao sair do *Crime*, passa a gerência da *boca* integralmente aos cuidados de seu sócio, Sérgio.

Na sequência, outros dois companheiros *tomaram as bocas* de um bairro da Zona Sul e outro da Zona Leste. Outro companheiro *tomou as bocas* de mais dois bairros da Zona Leste (totalizando os bairros desta Zona com *bocas de irmãos*, à época) e, por último, outro companheiro *tomou as bocas* de dois bairros contíguos da Zona Norte; “*em todas essas quebradas ninguém pode vender 1 bolo so eles se vender moia e lembrando que em todas essas quebradas vários comp foram assassinados covardemente quem não correu morreu*”. Segundo a carta, somente os companheiros podiam vender drogas no varejo, sob ameaça de punição com a morte para quem descumprisse a ordem.

Os anos em que as *bocas* dos bairros acima foram *tomadas* não foram citados e a carta segue para o ano de 2010, em que

um irmão nosso sem visão e madeireiro veio a batizar o comp. Paulo no máximo de Contagem, no mesmo ano o Paulo veio *pas ideia* devido a Sintonia está conduzindo uma situação no bairro Flores. (trecho da carta)

Paulo foi batizado na penitenciária Nelson Hungria, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a “*máxima de Contagem*”. As condições pelas quais foi preso e chegou à penitenciária localizada a mais de 500km de Uberlândia, cidade onde vivia, não são expostas na carta. A situação que estaria sendo conduzida pelos *irmãos* responsáveis pelo debate, a Sintonia citada, se refere ao caso de um companheiro que ainda não havia sido citado na carta, Gilberto. Gilberto foi assassinado por outro companheiro, Márcio, e o irmão da vítima, Bruno, levou a situação aos *irmãos* responsáveis pedindo que Márcio fosse devidamente *cobrado*. Armando-se o debate, delibera-se que Márcio “*havia tirado uma vida sem motivo e o irmão da vítima o comp. Bruno queria cobrança*”.

Márcio, autor do homicídio, era sócio de Sérgio, este último batizado por Paulo ao se tornar *irmão* do PCC. O debate ocorre por chamadas telefônicas e, após deliberarem que foi uma morte injusta e, portanto, passível de *cobrança*, os *irmãos* responsáveis pelo debate telefonam para Sérgio, solicitando que leve Márcio pessoalmente ao encontro dos

parceiros do debate, que ditariam a punição. Sérgio se recusa, afirmando que estava indo para um albergue onde se abrigava e, por isso, não poderia levar seu sócio ao encontro dos *irmãos* naquele momento. No entanto, relatam na carta que Sérgio ficou na linha da chamada telefônica escutando a deliberação do debate. Ao final, é determinado que outro companheiro realize a tarefa de levar Márcio amarrado ao encontro dos *irmãos* que arbitraram o debate.

Márcio não foi encontrado pelos *irmãos* e a suspeita é de que Sérgio repassou informações sobre a deliberação que escutou na chamada telefônica para seu sócio, Márcio, que fugiu. Dois dias após essa deliberação, Bruno, o companheiro que pedia *cobrança* pela morte injusta de seu irmão Gilberto, teve seu outro irmão assassinado e, segundo a carta, pelo mesmo algoz.

2 dias depois quando fomos na biqueira dos finados *o vapor* falou que lá já era do irmão Paulo dentro disso a Sintonia encostou no *irmão* onde ele não quis reconhecer que matou *os irmão* mas falou na linha [chamada telefônica] que tinha matado *pra caralho* que aqui em Uberlândia o povo só entendia na pólvora, dentro disso a Sintonia ia excluir o mesmo mas não excluiu com receio de que ele *se virasse* contra *nois* e pediu uma prova de covardia para que o mesmo fosse excluído e *decretado* a Sintonia presente dessa época era Geral do MG. (trecho da carta)

Antes da carta-relatório se encerrar, são citados os *irmãos* que compunham o debate, presentes na chamada telefônica.

Na sequência o *irmão* [Paulo] foi para *tranca duro* e *as ideias* pararam agora o mesmo se encontra em Jacy de Assis em Uberlândia. Lembrando que todas as quebradas tomadas eles alegam que os finados que *eles mesmo* mataram deram pra eles antes de morrer. Então Uberlândia está da seguinte forma em bairros. (trecho da carta)

No momento em que a carta foi escrita, o debate havia sido suspenso e Paulo estava recluso em uma penitenciária de Uberlândia. Ao final, há uma relação dos bairros e os *irmãos* da facção que seriam os *donos das bocas* naquele momento, em meados de 2010. Até 2015, quando o documento foi encontrado, Paulo e seus dois irmãos, Edson e Carlos, que se mudaram de Ribeirão Preto para Uberlândia, permaneciam em posições de poder na cidade, que aparecem no topo da relação de nomes e bairros: “*Edson, Paulo e Carlos -> última palavra da quadrilha, os 3 são irmão de sangue*”. Ou seja, irmãos biológicos, para além de *irmãos* do PCC. Por fim, a carta se encerra: “*E frisando devido ter vindo à tona essas ideias eles dividiram os espaços para seus funcionários e matadores leais*”.

Desavença, treta e falsa união

Se a situação conduzida pelo debate narrado acima, do assassinato que Márcio cometeu injustamente, tivesse ocorrido em outro momento, sob outra ordem urbana, a via de resolução de conflitos seria outra. Se tivesse ocorrido no início da década de 1990, sob a ordem urbana das *gangues*, possivelmente veríamos uma vendeta se formando para compensar a morte anterior, considerada injusta. Se tivesse ocorrido no início da década de 2000, sob a ordem dos pequenos *traficantes* que vimos no final do capítulo anterior, Bruno não se dirigiria aos responsáveis pelo debate para pedir *cobrança* ao assassino de seu irmão, a forma de resolução de conflitos vigente sob a ordem urbana do Comando. Provavelmente ele teria buscado “resolver” de maneira individual a situação que assolava sua família, confrontando o algoz de seu irmão, em busca de vingança. Talvez se ele não estivesse inserido no “mundo do crime”, como é demonstrado ao longo da carta, talvez acionaria a polícia ou até “justiceiros”⁶⁰ em busca de justiça pela morte de seu irmão. Mas agora as circunstâncias eram outras: o PCC estava se estabelecendo nas periferias urbanas da cidade e, sob essa ordem urbana emergente, previa-se levar as situações que poderiam levar a um desfecho fatal para os responsáveis locais por mediar esses conflitos.

Como os tempos eram outros, Bruno procurou os *irmãos* responsáveis pela resolução de conflitos, que armaram um debate para apurar a situação. Mesmo deliberando que Márcio, o autor do homicídio, “*havia tirado uma vida sem motivo*”, ele não pôde ser *cobrado* naquele momento, como deliberado pelos *irmãos nas ideia*, visto que o sócio de Márcio o avisou da deliberação e ele teve a oportunidade de fugir. Ao final, o mecanismo que deveria conter mortes consideradas injustas, neste caso específico, gerou mais mortes: Bruno teve outro irmão assassinado pelo mesmo autor do homicídio de seu outro irmão, Gilberto. Este fato demonstra as tensões em torno do mecanismo de debates, no caso específico narrado na carta.

Seguindo a carta, as mortes foram causadas pela influência que Paulo conquistou violentamente e pela atuação de seus “*funcionários e matadores leais*” na disputa empreendida pela *tomada* de bocas. Na situação que foi levada para *as ideia*, primeiro mataram Gilberto, visando tomar sua boca e, depois, mataram seu irmão após o pedido de *cobrança* e o sucesso da fuga de Márcio. Dias após a morte dos irmãos, alguns dos

⁶⁰ Os justiceiros, “matadores de aluguel” ou outras formas de grupo de extermínio foram formações de justiça popular pagas por moradores para exterminar *traficantes*, ladrões, *noias* e outras pessoas consideradas indesejadas pelos moradores ou pelos “matadores”.

responsáveis pelo debate vão à *boca* e descobrem que já era de Paulo, que utilizava o nome da facção para benefício próprio: se expandir de modo violento via *tomada* de bocas: “quando fomos na biqueira dos finados o vapor falou que lá já era do irmão Paulo”, assumindo que os assassinatos cometidos por Márcio visavam a expansão das bocas de Paulo.

Paulo, personagem central na história narrada pela carta, é batizado na penitenciária Nelson Hungria, na RMBH. Ao que parece, as condições pelas quais foi preso e chegou à penitenciária não importam aos objetivos pelos quais o documento foi escrito, que não o relatam. De todo modo, Paulo se apresenta como tirano e é perceptível que a posição expressa na carta repudia fortemente estas atitudes, sobretudo ao dizer que seus companheiros foram “*assassinados covadermente*”. Seu padrinho de batismo em Contagem é tido, por consequência, como “*sem visão e madeireiro*”, visto que o padrinho é a figura que será responsável pelo afilhado na facção, como uma espécie de fiador de seus atos perante o *Crime*. Por isso, é crucial conhecer bem as *tretas* de quem se está batizando.

No entanto, uma possibilidade é que o batismo de Paulo, visto como uma atitude equivocada pelos *irmãos* que redigem a carta, seja decorrente das “metas” para batismo que surgiram entre 2013 e 2014 como uma ação estratégica de captar novos membros, empreendida sobretudo nas unidades prisionais, para se expandir para distintos lugares do Brasil (Dias e Manso, 2018). Em Minas Gerais, a pesquisa de Viana (2022, p. 78) demonstra como as metas de batismo representavam uma busca para que o estado atingisse sua “independência” (com a meta de 2000 *irmãos* para tornarem-se um estado independente). Os dados coletados pelo autor por meio de interceptações telefônicas de membros de distintas Sintonias da facção nesta mesma investigação demonstram também que houve uma preocupação com a “qualidade dos novos membros” batizados neste ritmo em que tiveram pouco controle. Havendo, inclusive, a exclusão de alguns membros recém batizados por discrepância com os ideais do Comando, que poderiam ser colocados em risco com esses batismos desenfreados. As “metas” de batismo demonstram que, neste momento, a expansão dos negócios foi mais importante para a facção do que manter determinados padrões de conduta no apadrinhamento de *irmãos*.

Essa queda na “qualidade dos novos membros” nos auxilia a entender a situação de Paulo e de seu padrinho, que se ocorrido o batismo nessa situação, pode se abster da responsabilização pelas ações de seu afilhado, dada a flexibilização do papel do padrinho

em Minas Gerais (Duarte e Araújo, 2020b). Com as circunstâncias de batismo renovadas (Biondi, 2010; Dias e Manso, 2018), passando de três para um padrinho, reduzindo mensalidades e/ou cessando os pagamentos da rifa e da cebola⁶¹ (como Ribeiro *et al.* (2019) descrevem que ocorreu em território mineiro), e estabelecendo metas de conquista de novos membros por unidades da federação, a facção se expandiu numericamente pelo Brasil. Igualmente houve um acréscimo de *irmãos* no estado, sobretudo no *sistema*⁶² na RMBH (Viana, 2022). Porém esse movimento foi visto como uma expansão “desenfreada”, independente das habilidades e qualidades dos membros, o que prejudicaria a facção (Duarte e Araújo, 2020b).

Apesar de Paulo seguir em posições de poder nas periferias da cidade em 2015, vide a relação ao final da carta: “*Edson, Paulo e Carlos -> última palavra da quadrilha, os 3 são irmão de sangue*”, ele já não possui respeitabilidade entre seus pares, como vimos no documento. Os debates são o mecanismo de resolução de conflitos vigente nesta ordem urbana e, portanto, nos bairros em que “*vários comp. foram assassinados covardemente*” pela *tomada* de *bocas* empreendida por Paulo, como foi o caso de Gilberto, esse foi o mecanismo acionado. Dessa forma, os dizeres “*quem não correu morreu*” na carta fazem sentido em outra ordem urbana, muito similar à ordem anterior, dos pequenos *traficantes*, na qual os conflitos eram resolvidos de maneira individual – por atitudes isoladas. A frase, se analisada de maneira deslocada da situação narrada, também sugere que não houve disputas, nem alianças ou enfrentamentos – o que observamos ao longo do documento que foi justamente o contrário.

Por meio dos debates, o PCC passa a ser o responsável pela arbitragem dos conflitos desses bairros, as soluções de vida ou de morte (Hirata, 2018), papel que antes era ocupado pelos pequenos *traficantes*. Ainda que haja autonomia local para condução dos debates, casos como o de Paulo, de *tomadas* de *bocas* de *irmãos*, de mortes banais e do uso do nome da facção para benefício próprio, são tidos como desvios graves e envolvem posições mais altas nos debates, que podem levar semanas para definir a punição.

É evidente que os debates busquem seguir as lógicas próprias da comunidade na qual estão se desenrolando, além de visar o bom funcionamento das atividades

⁶¹ A cebola é uma espécie de mensalidade que *irmãos* pagam à facção.

⁶² Na investigação de Vianna (2022, p. 68), para os integrantes que visavam “bater metas”, *sistema* não se refere ao “sistema prisional”: “mas somente ao universo das penitenciárias, ao passo que “comarca” se refere aos presídios e “tranca” às unidades de segurança máxima”.

econômicas da facção e impedir a circulação de polícias nos territórios em questão. Por isso, apesar das graves acusações de Paulo e seus parceiros “*matadores leais*”, que possuíam algum poder no interior mineiro nos anos 2010, os *irmãos* que conduziam o debate temem que possíveis represálias atinjam os demais *irmãos*, que *corriam pelo certo*. Então, apenas tendo provas concretas de seus atos, poderiam, via deliberação de um debate, excluí-lo e decretá-lo⁶³ de forma legítima, vedando uma possível espiral de homicídios por vingança. Dessa forma, os responsáveis pelo debate pedem uma prova de covardia para o caso de Paulo, que expressa também a justiça pregada pelos ideais da facção.

É certo que o Comando é um em cada lugar, tendo em vista que a plasticidade inerente à sua própria organização permite que os Disciplinas tenham confiança do grupo de que não usurparão o poder que é da sua posição para atuar na resolução de conflitos da melhor forma, de acordo com o contexto local no qual se inserem. Ainda assim, o Comando também é um só: seus ideais não mudam, apesar de sua atuação ser uma em cada contexto. *Irmãos* sendo “*assassinados covardemente*” é algo a ser *cobrado* radicalmente em qualquer lugar – e isso os companheiros que pediam a *cobrança* de Márcio (e, por consequência, de Paulo) no debate reconheciam. O ato de delatar uma decisão da facção, além de se negar a executá-la, como feito pelo sócio de Márcio, Sérgio, igualmente é passível de punição.

Mas é importante observarmos que não é o fato de matar um companheiro que é passível de *cobrança* pela facção, mas sim a decisão individual de matar, que se configura como uma atitude isolada, agindo de maneira individual, sem buscar o PCC na figura de terceiro responsável para mediar o conflito, um grave desvio para a facção. No caso do debate que vimos na carta, o irmão da vítima pede uma autorização para matar seu algoz, esta seria sua vingança. Esse mecanismo de regulação da lógica da vingança (Hirata, 2018), pune o ato de matar em um quadro situacional de vingança não regulada, que poderia produzir outras mortes – iniciando uma cadeia de vendeta. O ciclo de vinganças não reguladas é descrito por Anspach (2012) como uma reciprocidade negativa, porque se busca constantemente um equilíbrio que, a cada vez que é restaurado, também é perdido. A busca por “matar quem matou” se reinicia a cada vingança.

⁶³ Além de deixar de ser membro da facção, seria devidamente *cobrado*, possivelmente tendo a morte como punição.

O mecanismo de debates do Comando, incipiente na cidade grande do Triângulo no período em que acompanhamos ao longo da carta, de 2000 a meados de 2010, introduz outra forma de lidar com a resolução de conflitos no município – mediada pelos responsáveis locais pela mediação de conflitos que poderiam conduzir à morte. Nos anos 2000, vimos que a chegada das armas e das drogas impactaram as mortes nas cidades estudadas, inflando conflitos anteriores e gerando novos conflitos em torno do mercado ilícito de drogas, evidentemente mais especializado nesta década. A regulação da lógica de vinganças privadas instituída pelo PCC por meio do mecanismo de debates teve adesão ao ponto de impactar essas mortes? Ao longo deste capítulo, veremos os desdobramentos da transição de um tipo de regulação armada para outro, que desencadeia outra ordem urbana.

2.2 As tensões do PCC no Triângulo Mineiro

Percebemos, pela carta, as fricções decorrentes da chegada de novos atores criminais em Uberlândia. A atuação do PCC narrada na carta é marcada por tensões entre os integrantes do *Crime* local e os novos atores criminais que chegaram à cena. As tensões também se mostraram evidentes ao observarmos os recursos utilizados pelos *irmãos* durante a empreitada de expansão da facção pelo Triângulo Mineiro. A luta política pelos mercados ilegais, o monopólio das *bocas*, a utilização do nome da facção para benefício próprio e os *debates* que demoram anos para ocorrer e podem ser paralisados com a prisão de algum dos envolvidos (como no caso de Paulo), são características particulares da facção na região estudada. Além das tensões na forma como a facção se expande para o Triângulo, essas características revelam também a plasticidade inerente à própria organização da facção.

Se no estado de São Paulo, a presença do PCC teve como efeito a queda das taxas de homicídios⁶⁴ por meio do mecanismo de debates, o tabelamento do tráfico de drogas e tirou as armas das mãos dos *traficantes* e *vapores* no dia a dia das periferias urbanas (Biondi, 2010; Feltran, 2011; Dias, 2011), nos outros estados, os efeitos de sua expansão foram múltiplos e variaram de acordo com configurações locais, não raro culminando em confrontos violentos. Especialmente após a ruptura entre CV e PCC, em 2016, seguida de

⁶⁴ Ver “São Paulo registra taxa de 8,73 homicídios por 100 mil habitantes, a menor taxa desde 2001”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/sp-registra-taxa-de-873-homicidios-por-100-mil-habitantes-a-menor-desde-2001/>. Acesso em 17 de nov. de 2022.

uma última ação conjunta no Paraguai, o assassinato de Jorge Rafaat, conhecido como “Rei da Fronteira”, os dois coletivos criminais ativaram conflitos nos estados brasileiros para os quais se expandiram.

No Ceará, Paiva (2019) relata como a ruptura instaurou uma nova rotina de mortes e chacinas decorrentes da ruptura entre PCC e CV, que se aliaram, respectivamente, ao GDE (Guardiões do Estado, facção regional) e ao FDN (Família do Norte, facção originária no Amazonas). Apesar da expansão desses coletivos criminais ter causado uma “pacificação” em um período anterior à ruptura entre CV e PCC, o fim da aliança entre as duas facções “de fora” definiu também o fim da paz no estado, iniciando o maior conflito armado vivido no Ceará, marcando de maneira brutal o cotidiano de moradores das periferias do estado.⁶⁵

O maior massacre ocorrido em prisões após a ruptura CV-PCC ocorreu no Amazonas, durante uma rebelião no Compaj, em Manaus, em 2017. Na ofensiva, mesmo aqueles reclusos que não eram batizados no PCC foram mortos, sob a justificativa de que estavam no convívio com a facção e *corriam com o PCC*. Candotti, Melo e Siqueira (2017) demonstram como as mortes decorrentes dessas rebeliões (e da ruptura entre as duas facções e alianças com facções locais), além das *missões* posteriores para vingar os massacres ocorridos em prisões do Norte e Nordeste do país, determinaram o modo como o FDN passou a *fazer o Crime* no estado. Massacres decorrentes da suspensão do acordo entre as duas facções também foram vivenciados no Rio Grande do Norte, no qual o SDC (Sindicato do Crime) empreendeu uma forte resistência ao PCC (Melo e Rodrigues, 2017).

É evidente que a investida do Comando em contextos culturais, sociais e políticos completamente diferentes provocaria efeitos diversos. Os mecanismos econômicos e políticos mobilizados pela facção para conquistar atores criminais e regular mercados ilegais são reivindicados em outras localidades de formas distintas, quando comparado com o caso paulista, que conhecemos bem, pela vasta literatura. Mas também é importante para pensarmos que o caso de São Paulo é um caso de atuação da facção entre tantos outros possíveis. O PCC, desde que iniciou sua expansão, é feito e refeito cotidianamente. São Paulo, por ser o berço da facção, é o

território por excelência em que essas três características – presença de integrantes atuando comercialmente, regulação

⁶⁵ Paiva (2019) relata também que em Fortaleza instaurou-se a prática de punição a moradores que supostamente haviam contribuído com a polícia ou com facções rivais.

político-moral dos mercados e estabelecimento de preços comuns – ocorrem desde o início dos anos 2000. Para o PCC, seria ideal que todos os territórios fossem assim. Não sendo possível, basta atuar comercialmente. (Feltran, 2018, p. 93)

Após mais de duas décadas trabalhando sobre as formas de atuação da facção, Feltran (2018) elabora três faces que a facção pode se manifestar: empresarial, guerreira e fraternal. Alguns grupos de pesquisadores argumentam sobre a sua atuação mercantil-empresarial, com foco no poder econômico da facção e apostando que o lucro seria sua finalidade. Outros autores dão destaque à sua face guerreira ou bélica, defendendo que sua constituição seja parecida com um comando militar, se organizando em torno de um general, apostando que o poder político seria sua finalidade. Tanto a face mercantil quanto a face guerreira são as que tem mais espaço na mídia, porém sendo atribuídas ao PCC como um todo. O autor argumenta que essas são formas de atuação, mas não são excludentes e não representam o funcionamento geral da facção.

Se as conquistas monetárias não são a única finalidade da facção, mas dos negócios de seus empreendedores, sua forma de organização não pode ser explicada como puramente empresarial. E, se os fins do Comando giram em torno de progresso aos seus irmãos e união do “mundo do crime”, apesar de terem explícitos seus rivais, sua forma de organização não pode ser lida unicamente por poderio de força política. As metáforas acima, de controle empresarial e de comando militar, pressupõem que haja um chefe ou ao menos uma instância de chefia política e econômica na facção. Como na facção quem ocupa posições de poder não o detêm, Feltran (2018) utiliza a metáfora da maçonaria, compreendendo a atuação do Comando, no geral, como a de uma fraternidade, visando o progresso de seus membros. Essa também seria a terceira face pela qual a facção pode se expressar, a da irmandade, na qual a facção atua buscando o apoio mútuo entre *irmãos*.

No Paraguai, por exemplo, onde o PCC começou a atuar a partir da fronteira com o Brasil pelo controle das rotas de mercadorias ilegais, por muito tempo o que aparecia era sua face mercantil. Essa relação da facção representaria uma Sintonia, a Sintonia do Progresso, focada na dimensão empresarial do grupo – atuando na arrecadação e administração de recursos financeiros. Mais recentemente, com a inserção do Comando nas prisões paraguaias, este cenário tem apresentado mudanças. Em menos de uma década a facção se expandiu de forma notável no país e hoje é a conexão mais forte da facção fora do Brasil, onde batiza membros e auxilia financeiramente as famílias de

reclusos batizados.⁶⁶ Atualmente, além de coordenar os mercados ilegais na fronteira entre Paraguai e Brasil, abastecendo na Bolívia e enviando à Europa, está presente nas principais prisões paraguaias, demonstrando sua capilaridade. Seu avanço político no país também é evidente pelas recentes *missões* contra atores estatais vistos como inimigos.⁶⁷

Em Minas Gerais, a tática de “bater metas” para batismo de novos membros à facção, visou o fortalecimento da face guerreira, sobretudo, tendo em vista que a face empresarial não foi favorecida neste início, com a suspensão do pagamento da cebola (Ribeiro *et al.*, 2019, Viana, 2022) como forma de conseguir maior adesão de *irmãos*,⁶⁸ sem muitos critérios. Duarte e Araújo (2020b) demonstram que essa tática utilizada para expansão da facção em território mineiro deu espaço, posteriormente, à otimização de suas ações no estado, focando na especialização criminal e menos em atos violentos, fortalecendo a sua face empresarial.

Nas cidades do Triângulo Mineiro estudadas, apesar da face empresarial e da face guerreira serem as primeiras faces da facção a se apresentarem, uma vez em processo de estabelecimento, a face fraternal, isto é, de irmandade, começa a aparecer. Na carta, vemos esse processo pela cronologia narrada: nos anos 2000, a tática utilizada pelos irmãos biológicos que levavam o nome da facção, mesmo que visando o avanço econômico pessoal, era de disputa violenta pelos mercados ilegais. E, ao que parece, as disputas violentas pelos mercados ilegais apenas cessaram com a divisão de “espaços” entre “*funcionários e matadores leais*”: “*dividiram espaços após essas ideias virem à tona*”, gerando uma estabilização de territórios que tem, por consequência, redução de mortes pelas disputas por *bocas*. Já nos anos 2010, com a construção da hegemonia do PCC na região, o foco está na sua face fraternal, no apoio aos *irmãos*, ao *irmão* recluso e seus familiares, no tabelamento do tráfico e na busca de resolução de conflitos mediado pela

⁶⁶ Ver “Tenés que ir a matar a alguien, si no, morís”. Disponível em:

<https://www.lanacion.com.ar/seguridad/la-logia-narco-tenes-que-matar-a-alguien-si-no-moris-asi-opera-la-hermandad-criminal-brasilena-que-nid11062022/#/>. Acesso em 17 de out. de 2022.

⁶⁷ Exemplo disso foi o homicídio do fiscal “anti-drogas” do governo paraguaio em uma praia colombiana. Ver “Investigação mira negócios conjuntos entre PCC e máfia italiana no Paraguai”. Disponível em:

<https://www.h2foz.com.br/fronteira/investigacao-mira-negocios-conjuntos-entre-pcc-e-mafia-italiana-no-paraguai/>. Acesso em 17 de out. de 2022.

⁶⁸ Segundo Ribeiro *et al.* (2019), na penitenciária Nelson Hungria, na RMBH, houve uma maior resistência dos reclusos para adesão ao PCC, quando comparado com prisões do Triângulo e Sul de Minas (inclusive, reclusos provenientes dessas regiões são rotulados pela administração prisional como integrantes do PCC (Duarte e Araújo, 2020a)).

facção, visando a contenção de mortes banais – como veremos nas cenas descritas no próximo capítulo.

Mesmo em locais para onde o PCC leva mais conflitos e violência ao invés de sua face pacificadora, como vimos no Norte e no Nordeste após a ruptura com o CV ou para lugares onde se expande com a finalidade de expandir seus mercados ilegais, como o Paraguai, é uma face da facção que aparece. Esta parte empresarial, focada em ganhos monetários ou a parte militar e guerreira, nos ajudam a compreender parte da atuação de uma Sintonia da facção, mas não o PCC como um todo. Esta primeira década de atuação do PCC no Triângulo, como vimos, levou mais conflitos que “pacificação”, evidenciando a face mercantil e guerreira da facção. Ainda assim, estamos falando do mesmo Comando.

TERCEIRO TEMPO
PCC INSTITUÍDO

Capítulo 3

Como uma cidade se torna PCC

*Mais união, é o que todos querem
Uma solução, é o que todos querem
‘Tô na missão, que poucos querem
Disposição, vai, só quem é ladrão
(Nec - Disposição)⁶⁹*

Neste capítulo, argumento que a construção de hegemonia pelo PCC no Triângulo Mineiro deu-se a partir de cinco elementos, sendo eles: i. econômico, a partir da luta política pelos mercados ilegais; ii. prisional, por meio da reivindicação por melhores condições nos cárceres e pela gestão da população carcerária; iii. justiça, via estabelecimento dos debates, mecanismo de resolução de conflitos da facção, nas periferias urbanas; iv. economia política, mediante atuação da Sintonia Restrita em *missões* que visam *bater de frente* com o sistema e v. mercados de proteção, pela relação entre *irmãos* e policiais que atuam de maneira extralegal, tecida por meio do dinheiro que circula via mercados ilegais

A trajetória de Ricardo nos auxiliará a compreender as mudanças no universo criminal de Uberlândia, uma cidade de grande porte do Triângulo Mineiro. Para compreendermos a faccionalização do *Crime* na cidade grande, passaremos por cenas de sua relação com o “mundo do crime” como *irmão*, isto é, membro batizado do PCC, além de seu período de reclusão em duas unidades prisionais da cidade. Passaremos pela carta lida no capítulo anterior e por tantas outras cenas do material empírico desta investigação com a finalidade de compreender a faccionalização do *Crime* nos municípios estudados.

3.1 Mecanismos de uma expansão

Economia

A carta que lemos no capítulo anterior parte do contexto urbano para contar a história do PCC na cidade e dar *um repasse* acerca do debate conduzido. “1 milhão de habitantes e aproximadamente 85 a 90 bairros”; “No ano 2000 foram para o bairro Tatuí e

⁶⁹ Disponível em: <https://youtu.be/PwquAsLMVzg?list=RDMM>. Acesso em 15 de nov. de 2022.

no mesmo ano houve uma invasão de moradores ao redor do Tatuí". Em 2015, ano em que o documento foi escrito, Uberlândia, a cidade grande do Triângulo Mineiro, possuía 662.632 habitantes, segundo o IBGE.⁷⁰ Mas no início dos anos 2000, a cidade experimentava um rápido crescimento demográfico, impulsionado pela absorção de uma grande população de migrantes e da emergência de projetos de planejamento urbano para comportar parte dessa população migrante (Bertolucci, 2002, 2019; Bonesso, 2018). Conforme verificado por Bertolucci (2019), a taxa média geométrica de crescimento anual da população (TC) da cidade foi de 1,34%, superior à média brasileira (de 1,17%) no mesmo período censitário, de 1991 a 2000.

A expansão territorial experienciada em Uberlândia neste momento, como resultado da regularização de bairros originários de assentamentos, possibilitou, seguindo a narrativa da carta, que a *tomada* das *bocas* de um bairro antigo, com tráfico já estabelecido, fosse uma porta de entrada para a expansão nos bairros emergentes, *tomando* ou criando *bocas*. Essa estratégia de chegar a novos loteamentos de bairros ou de assentamentos e ocupações urbanas, visando a criação ou *tomada* de *bocas* quando ainda não há atores ilegais bem estabelecidos, é utilizada ainda hoje, conforme observado em investigações do grupo Travessias (INCIS/UFU) em dois assentamentos. A chegada das *bocas* a muitos bairros ocorre, por vezes, antes mesmo da chegada dos moradores.

Não podemos confundir as *tomadas* de *bocas* com *tomada* de territórios dos bairros ou de imóveis em loteamentos municipais, assentamentos ou ocupações, apesar da narrativa da carta associar os nomes dos bairros aos nomes de *bocas*, como, por exemplo: "*começou a tomar o Tatuí, foi onde mataram alguns comp. que traficavam e outros foram brecados*". *Tomar* as *bocas* dos bairros significava, então, monopólio do tráfico de drogas no varejo desses bairros, sob ameaça de punição em caso de desrespeito da determinação: "*em todas essas quebradas ninguém pode vender 1 bolo so eles se vender moia*".

Portanto, não se tratava de uma disputa pelo mercado imobiliário de lotes dos bairros, mas sim de luta política pelos mercados ilegais, levada a cabo de forma violenta. Essa disputa é demonstrada na carta pelas mortes decorrentes das *tomadas* de *bocas*: "*e lembrando que em todas essas quebradas vários comp. foram assassinados covardemente quem não correu morreu*". Esse monopólio do tráfico de drogas visto com os irmãos Paulo,

⁷⁰ Estimativa populacional do IBGE, tabela 6579.

Edson e Carlos, no primeiro momento do PCC no Triângulo Mineiro aparece como uma prática distinta do que foi observado em outros lugares do Brasil. Ainda que os interesses de expansão do grupo tenham muito a ver com a ampliação das rotas de tráfico e dos negócios do grupo, como bem descrito pela literatura especializada (Duarte, 2021; Dias e Manso, 2018; Feltran, 2018), essa expansão não diz respeito a um monopólio no mercado de drogas (ou outras mercadorias ilegais) no varejo.

No momento descrito pela carta, a facção se apresenta como um grupo de pessoas com disposições territoriais bem delimitadas em um cenário similar ao que foi descrito por Barbosa (2005, p. 389): “grupos que se apresentam como blocos territoriais, onde não existe uma oposição segmentar que possibilite a articulação de um sistema piramidal.” Esses grupos, compostos por companheiros que se tornavam lideranças do tráfico local e que evocavam o nome da facção, construíram alianças que estão em constante negociação, se apoiando para o enfrentamento de inimigos e *tomadas de bocas*.

Na carta, o PCC aparece primeiro na figura dos irmãos Edson, Carlos e Paulo que empreendem uma luta política pelos mercados ilegais via *tomadas de bocas* nas periferias urbanas de Uberlândia. Nas periferias do Triângulo Mineiro e de distintas cidades do Brasil, como percebo pela produção de outros pesquisadores e com a interlocução com estes, é comum escutar que tal bairro, *boca* ou *desmanche*, por exemplo, “é do PCC”. Isso não significa dizer que tal empreendimento ou bairro é de domínio exclusivo da organização em si. Nestes casos, o Comando pode aparecer, por um lado, como um regulador de condutas e mediador de conflitos e, por outro, como um controlador de mercados ilegais (Feltran, 2012a), no entanto, o que ocorre é que as *bocas* e outros empreendimentos são de propriedade de *irmãos* da facção – e muitas vezes a conquista e gerenciamento desse empreendimento não tem nada a ver com o Comando. Neste caso, dizer que um bairro foi “*tomado pelo PCC*” representava dizer que os irmãos que evocavam a facção e se expandiam violentamente pela cidade haviam *tomado* uma *boca*. As *bocas* são dos *irmãos*, não da facção. Assim como seus lucros e eventuais acordos com outros *donos de boca* ou com forças da ordem. Inúmeros mercados ilegais podem ser regulados pelo PCC, mas não serem propriedade de *irmãos*, por exemplo.

As mortes eram um efeito colateral frequente das disputas por *bocas*, como vimos ao longo do documento. Os conflitos cotidianos em torno de territórios de *bocas* afetam, além de outros fatores, as dinâmicas dos mercados de drogas e armas locais. A “pacificação” do cotidiano nas periferias urbanas paulistas realizada pelo PCC foi muito

discutida na literatura acadêmica (Biondi, 2010; Dias, 2011; Manso e Dias, 2018; Feltran, 2010, 2012, 2018; Richmond, 2020). Além do mecanismo de debates, que impactou diretamente na redução dos homicídios nas periferias paulistas, outras políticas do Comando foram fundamentais para a redução das disputas violentas, instrumentalizando as políticas governamentais estaduais (Feltran, 2012a). O estabelecimento de uma comunidade de pertencimento e a regulação dos mercados ilegais, sobretudo dos mercados de drogas e armas, foi crucial para a redução de disputas por territórios e outros conflitos (Feltran, 2018).

Como demonstra essa literatura, em São Paulo o preço a ser cobrado pelas drogas passa a ser tabelado quando o PCC começa a se estabelecer nas quebradas. Isto é, cobra-se o mesmo preço em qualquer *boca*, sendo de *irmãos* ou não, e as armas deixam de estar expostas nas mãos de *vapores* e demais integrantes das *bocas*, evitando conflitos com policiais em ronda, principalmente. Isso também ocorre em outros lugares, em momentos e de formas muito diferentes como ocorreu em São Paulo. No Triângulo Mineiro a *tomada de bocas* de forma violenta é condenada pelos demais integrantes da facção em um momento posterior ao que ocorreu. Era uma prática frequente realizada por Paulo e seus “*matadores leais*” no início dos anos 2000 e a carta, recuperada pela polícia civil em 2015, demonstrava posicionamento contrário dos *irmãos* frente à essa prática.

Segundo a carta, em sua chegada ao Triângulo Mineiro, os *irmãos* que levavam o nome da facção não se basearam na busca de uma conquista de legitimidade aos ideais pregados pela facção⁷¹ e a oferta de um mecanismo de regulação de conflitos que apoiaria a comunidade. Mas sim na *tomada* de *bocas* visando o avanço econômico pessoal dos *irmãos*. No momento narrado, ainda não há um tabelamento dos preços, que ocorre posteriormente, junto com a “estabilização de territórios”, isto é, o cessar-fogo das disputas por *bocas*.

O principal é notarmos como a disputa violenta pelos mercados ilegais (e dos limites das *bocas* que em uma configuração do *crime* anterior à chegada deste ator exógeno eram bem demarcados) marcou a expansão do Comando pela região neste primeiro momento. No Triângulo, a delimitação de limites de *bocas* instituídos por ruas ou bairros, que seguem até hoje, é bem diferente do que a literatura demonstra para o

⁷¹ Bater de frente com o sistema, prezar o respeito aos pares e à causa dos *ladrões*, apelar ao debate em situações de conflito, restringir o uso de armas dos demais e regular os preços de venda de drogas no varejo (Feltran, 2018, p. 240).

caso paulista sobre a atuação da facção. Essas divisões seriam de “território de venda”, então ainda que não tenho o controle armado no cotidiano das *bocas*, um *irmão* ou *traficante* não pode vender em locais que não sejam o seu, sob risco de punição. Demonstrando que as variações regionais das dinâmicas criminais existem, e devem ser consideradas na análise.

Esse foi o primeiro de outros elementos da expansão da facção pelo Triângulo que, como veremos nos próximos tópicos, não se sustentaria apenas pela economia, porque só o poder armado, sem *proceder*, como foi marcado esse primeiro momento de disputa política pelos mercados ilegais, não mantem o respeito e nem a vida (Hirata e Grillo, 2020).

Sistema

Ricardo é da mesma geração que Cristiano, personagem central da cena “Vendeta”, que vimos no primeiro capítulo, tem 41 anos e é negro, alto e magro. Sempre morou em Uberlândia, cidade onde ficou recluso por quatro anos e continuou morando após sua saída da penitenciária. Se tornou *irmão* do PCC em 2009, mas conhece a facção desde 2003, com alguns *irmãos* que chegaram à cidade e se tornaram seus amigos pela convivência no bairro, mas também pela sua atuação no comércio ilegal de drogas. Ricardo conta que é um dos poucos integrantes da facção de sua época que ainda está vivo, muitos de seus parceiros *vacilaram* e outros foram vítimas de violência policial letal.

Assim como Cristiano, Ricardo também cometeu um homicídio e esteve recluso em decorrência disso. Diferente de Cristiano, não cometeu o homicídio por impulso, imerso em rivalidades entre seus pares e motivado pela honra. Ao contrário, o crime foi planejado por muitas pessoas, sendo parte de algo maior, uma *missão* do PCC – que apesar de vitimar uma pessoa específica, tem como alvo final atacar o *sistema*, no caso na figura do policial penal. O fato de ter conhecido a facção ainda na sua juventude, aos 20 e poucos anos e participar de redes criminais que vão muito além da sua cidade, também o diferencia de Cristiano, para quem as relações com o crime no momento que cometeu o homicídio circulavam entre a *gangue* de seu bairro e rivalidades com *gangues* de outros bairros.

Cristiano foi preso sozinho, em flagrante. Ricardo foi preso com mais dezesseis pessoas, todos conhecidos entre si em algum nível, entre primos, irmãos e namoradas/os, em uma grande operação da Polícia Federal na cidade. Ao me falar os crimes pelos quais foi acusado ao ser preso, mal consigo acompanhar: posse de arma de fogo, tráfico de

drogas, associação com o tráfico, ocultação de armas, lavagem de dinheiro, homicídio e formação de quadrilha. Mas o crime motivador para a sua prisão e de outros parceiros foi o homicídio de um policial penal, em uma *missão* do PCC. Preso nesta operação em 2015, Ricardo foi condenado a sete anos de regime inicial fechado.

Sobre o seu período na prisão, Ricardo conta sobre a organização interna: os faxinas do pavilhão, aqueles que ficam na primeira cela, são escolhidos aleatoriamente pelo gestor e há um revezamento entre os faxinas de cada cela para as tarefas cotidianas de limpeza e recebimento das marmitas de cada cela

tem uma igualdade porque ta todo mundo preso igual e quem não quiser limpar ou pegar a comida tem que pagar outro pra fazer isso, não importa se é dono de boca e eu sou vapor. Se fosse nas ruas tudo bem, eu sou vapor e o cara é dono de boca, ele tem mais dinheiro né, ou ele é o dono do bairro e aí pode mandar em mim (trecho de entrevista com Ricardo, junho de 2021)

O período que passou recluso na penitenciária de Uberlândia foi difícil para Ricardo. Faltava material de higiene aos reclusos, não havia oferta de cursos e outras atividades de trabalho, desenvolvimento pessoal ou lazer,

[...] recebia uma pasta de dente da mais vagabunda que tem, um sabonete que na verdade é um sabão de coco [...] muita gente quer só fazer um curso lá dentro qualquer coisa e não tem, por isso não adianta nada sair, ninguém consegue emprego de carteira assinada (trecho de entrevista com Ricardo, junho de 2021)

Além disso, conta da falta de acesso a atendimento médico e psicológico, contando que teve atendimento psicológico apenas uma vez em todo o período que esteve recluso, apesar de ter solicitado várias vezes e que estava “malzão”, que o atendimento médico era quase impossível, dizendo que viu muitas pessoas quase morrerem.

As duas unidades prisionais de Uberlândia são historicamente conhecidas por graves denúncias de tortura, como privação de comida, água, espancamentos, falta de atendimento médico, transferências arbitrárias, cortes na energia elétrica, violências psicológicas e castigos coletivos frequentes. O relatório elaborado pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (Brasil, 2022) demonstra essas denúncias em

detalhes assustadores pelos diversos níveis de violações aos direitos humanos.⁷² O presídio da cidade é a unidade prisional com maior número de denúncias na Plataforma Desencarcera,⁷³ onde são realizadas denúncias de tortura e outras violações ocorridas em unidades prisionais e socioeducativas mineiras.

O “sabonete que na verdade é um sabão de coco” entregue aos reclusos custodiados em Uberlândia é um sabão em barra com hidróxido de sódio (soda cáustica, sólido altamente tóxico e corrosivo) impróprio para uso no corpo, descrito na própria embalagem do produto, como demonstra avaliação do MNPCT (Brasil, 2022, p. 49). Além da falta de qualidade dos produtos oferecidos aos reclusos, o relatório demonstra que a quantidade disponibilizada é insuficiente para as necessidades básicas durante o mês. Sobre a falta de ocupação, nem mesmo os projetos de Remição por Leitura, previsto em lei como um direito da população carcerária, são oferecidos para todos os reclusos da cidade. De acordo com o relatório do MNPCT, apenas aqueles com “bom comportamento” podiam participar das atividades de remição por estudos, com critérios arbitrários de quais teriam acesso aos estudos e trabalho.

O fato de Ricardo ter sido preso após ter matado um policial penal piora a sua situação em relação às torturas de policiais penais e diminui seu acesso aos profissionais da saúde. Mesmo assim, Ricardo argumenta que

o Comando acha que quem cometeu crime tem que pagar sim, mas acha que tem que pagar com dignidade, agora a cadeia não serve pra nada, porque não paga com dignidade e lá é uma escola mesmo (trecho de entrevista com Ricardo, junho de 2021)

Quando pergunto sobre o que Ricardo pensa sobre a penitenciária ser uma espécie de “escola”, me diz que é um espaço onde é feita uma “lavagem cerebral” nos “meninos mais novos”, o que acaba fazendo com que permaneçam na espiral do “mundo do crime”:

Eles chegam lá tudo com 18 anos, assim eu chamo de menino né, os vapor chegam lá por um crime de baixo risco e vai conviver com cara que é assassino e ser esculachado por agente. Os agente [agentes penitenciários, atuais policiais penais] chegam com ironia em você todo dia aí o ódio é praticamente irreversível (trecho de entrevista com Ricardo, junho de 2021)

⁷² Ver o relatório produzido sobre unidades prisionais e socioeducativas de Minas Gerais, disponível em: https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2022/08/relatorio-missao-mg-para-publicacao_compressed.pdf. Acesso em 22 de nov. de 2022.

⁷³ Ver <https://desencarcera.com/denuncias>. Acesso em 22 de nov. de 2022.

“Ser esculachado por agente [policial penal]” nas unidades prisionais da cidade abarca ações desde agressões verbais aos reclusos e a seus familiares no processo de entrada nas unidades, até a prática de jogar bombas em celas fechadas, sem possibilidade de evasão pelos reclusos, conforme comprovado pelo relatório divulgado pelo MNPCT (Brasil, 2022). Essas bombas, chamadas de “urso branco”, fazem com que as pessoas que inalem o pó branco que sai com sua explosão, desmaiem. Outros tipos de *esculacho*, ou melhor, tortura, são os “banhos de spray de pimenta”, ferimentos com balas de borracha, chutes nas costelas, tapas no rosto, retirada ou destruição de pertences pessoais e ameaças com os cães que residem no canil do presídio.

Ricardo, observando os jovens diz que “aí o ódio é praticamente irreversível”. Quer dizer, esses jovens que foram presos por pequenos delitos e/ou operando em posições baixas do tráfico de drogas, sendo aquela a primeira experiência de institucionalização em unidade prisional, recebem, no contexto vivenciado por Ricardo, falta de acesso à materiais de higiene básica, falta de apoio psicossocial e sobra diferentes formas de tortura. A prisão, no geral, é muito mais que uma “escola do crime”, mas neste cenário, com esse conjunto repressivo que torna a experiência de isolamento da sociedade mais pesada, junto à intensa convivência com membros em posições mais altas do universo criminal, faz-se um uso estratégico do cotidiano prisional, em um jogo que é de vida ou de morte. A prisão como esse espaço de aprendizado descrito por Ricardo, só é possível pelo encarceramento massivo que todos os dias retira das ruas jovens e os devolvem socializados na lógica de paz entre si e guerra ao *sistema* (Feltran, 2012a).

Como foi preso após cumprir uma *missão* do PCC, a facção pagou advogados para os que foram presos na operação. No total, seis advogados tratavam do caso dos dezesseis reclusos. Pouco mais de um ano após a condenação, Ricardo não estava satisfeito com o advogado que cuidava do seu caso. Por isso, solicitou a mudança para um advogado da defensoria pública, e então assina um termo dizendo que não seria mais representado pelo advogado pago pela facção. A partir disso, recebe atendimento de um advogado da defensoria pública que Ricardo diz ser muito grato “até hoje”, contando que “fizeram muito mais por mim do que advogado pago”, e que quando saiu em liberdade condicional sempre que precisava ir ao prédio em que o advogado trabalhava, passava à sua sala para agradecê-lo.

Ricardo passou um ano e oito meses recluso em uma das penitenciárias da cidade, cenário das descrições acima. Após este período foi transferido para a outra penitenciária de Uberlândia,

descei pro Pimenta [Penitenciária de Uberlândia I Pimenta da Veiga] porque na época ainda era faccionado e por isso me mandaram descer pra lá, lá é alta periculosidade e facção pra eles é isso. (trecho de entrevista com Ricardo, junho de 2021)

Apesar de dizer que “desceu” para a outra unidade prisional por ser integrante do PCC, ele me diz que não teve problemas em relação a isso durante seu período de reclusão, pois independente do critério das unidades prisionais vigente no início da década de 2010, a facção estava presente na penitenciária e no presídio da cidade e o único lugar que a facção não interferiria e “nem quer saber o que acontece” é no seguro: “eles implementam a paz, mas quem não quer não tem como fazer nada”.

Segundo a administração da segunda penitenciária que Ricardo esteve, apenas a ala E é exclusivamente da facção e seus companheiros. A ala D é para seguro e a ala C comum, apesar de também abrigar aqueles reclusos que *correm com o PCC*. Contudo, em 2019 realizei um ciclo de quatro meses de cine-debates com os egressos do sistema prisional de Uberlândia no qual me relatavam a mesma coisa: o PCC está presente nas penitenciárias das cidades da região, tanto nas alas exclusivas para membros da facção como nas alas comuns. Membros de outras facções, assim como *vermes* (estupradores, delatores, policiais) ou pessoas que tinham algum conflito com o PCC, iam para o seguro. Hoje o seguro na cidade é composto principalmente por pessoas consideradas *vermes* pela facção e supostos integrantes do CV, advindos sobretudo do Sul de Minas.

De acordo com os relatos coletados por Duarte (2020) sobre a expansão do PCC pelo Brasil, a facção contribui para o fornecimento de insumos materiais aos reclusos, define códigos de conduta, media rivalidades e impõe medidas moralizantes – como a proibição do uso de *crack*, de estupros e de furtos e roubos entre presos. Por isso, a atuação da facção nas penitenciárias costuma ser vista como vantajosa pelas autoridades estatais, uma vez que “os agentes penais deixariam de ter de lidar diretamente com determinadas rotinas carcerárias, geradoras de desgaste e tensionamento” (Duarte, 2021, p. 270). No entanto, apesar de vantajosa, a atuação da facção não é vista de forma positiva pelos gestores entrevistados por Duarte (2020), pois por um lado demonstra a ineficácia

das políticas penais executadas e, por outro, expõe como o Comando passa a estar cada vez mais presente nas rotinas dos cárceres.

Segundo a base de dados elaborada pelo próprio PCC para conhecimento da expansão da facção, mapeando a entrada de novos membros, o perfil destes e as exclusões em Minas Gerais, coletado por Viana (2022, p. 66) em sua pesquisa de mestrado, em outubro de 2018 o Comando relatava possuir 2330 membros batizados, dos quais 85% foram batizados enquanto estavam privados de liberdade, seja no *sistema* (penitenciárias), na *comarca* (presídios) ou na *tranca* (unidades de segurança máxima). Esses dados, além de demonstrarem a rápida expansão do grupo pelos cárceres do estado, revelam que a maioria dos integrantes da facção no estado estavam custodiados em unidades prisionais.

O encarceramento em massa e a instrumentalização das políticas públicas governamentais foram fatores que permitiram a consolidação do PCC no sistema prisional paulista (Dias, 2011; Silvestre, 2016), assim como as políticas penais foram determinantes (Sinhoretto *et al.*, 2013). Como argumentam Duarte (2021) e Dias (2011), as unidades prisionais são lugares favorecidos para o surgimento, consolidação e difusão de organizações criminais como o PCC (Duarte, 2021; Dias, 2011). A presença da facção nas unidades prisionais de São Paulo transitou rapidamente para além delas por meio de vasos comunicantes (Godoi, 2017) que conectam o interior e o exterior do cárcere, de maneiras formais ou informais. Em Minas Gerais, a facção parece ter se estabelecido nas rotinas carcerárias e nas ruas das cidades médias quase que ao mesmo tempo, mas as conexões entre as prisões e as ruas também foram significativas para a expansão do Comando.

A presença do PCC nas unidades prisionais das cidades estudadas permitiu uma “pacificação” das relações entre reclusos, considerando que dentro das prisões todos eram iguais, independente de sua posição no *crime* local ou das posses que possuíam *na rua*, como vimos na descrição de Ricardo sobre as tarefas cotidianas. No *sistema* prisional, o Comando ganha popularidade regrando o cotidiano dos reclusos, logrando legitimidade por meio de políticas que melhoram a convivência entre os presos: interditando estupros, o uso de crack, regulando os leitos em um contexto de superlotação, organizando as tarefas diárias por meio de uma rotatividade das funções e regulando as mortes consideradas injustas, debatendo sobre cada situação que poderia levar a conflitos letais. Ainda que com graves denúncias de tortura nas unidades prisionais descritas neste tópico

e talvez justamente por elas, a facção se expandiu nesses locais, tornando o dia a dia do recluso minimamente possível de ser vivido.

Justiça

Assim como nas unidades prisionais, por meio de uma reivindicação do monopólio da força e da justiça, o PCC passa a ganhar legitimidade nas periferias urbanas das cidades estudadas pelo estabelecimento de normas amparadas no cotidiano do bairro, zelando pela proteção local, como na proibição de roubos e furtos e na punição de estupradores, por exemplo. Outras frentes também são o tabelamento de valores do tráfico de drogas independente se são *bocas de irmãos* ou “independentes”, “lojas de família”; e a mediação de conflitos letais, que ocorre apenas quando a facção começa a ganhar aceitabilidade nas periferias, pelas políticas implementadas.

Em uma de nossas conversas, Ricardo me pergunta se eu já ouvi falar das “roletas da morte” que ocorriam em Uberlândia no início dos anos 2000. Respondo que nunca ouvi falar, realmente não sabia do que se tratava, e peço que me conte um pouco sobre. Ricardo comenta que as “roletas da morte” que nada mais eram que “aquelas mortes burras, matar por matar, vou te matar porque eu não gosto de você”. E isso, para ele, é visto como “coisa de gente burra, não dá pra viver assim”. As “roletas da morte” eram chamadas assim pelos moradores porque não se sabia quem seria o próximo a morrer por uma dívida com algum *dono de boca*, uma desavença em um bar ou um olhar descuidado para uma mulher comprometida. Pergunto em qual momento esse sistema de resolução de conflitos mudou para a forma como está agora – com o PCC sendo uma instância de justiça legítima nas periferias urbanas para arbitrar sobre a vida e a morte.

O Comando acabou com elas, porque a coisa que eles mais fazem é prezar pela vida, entendeu? Quando você ficar sabendo que mataram alguém é porque já podia tirar, tava no limite, não podia viver nem dentro do crime nem em sociedade (trecho de entrevista com Ricardo, junho de 2021)

Em 2015, quando foi encarcerado, o PCC já estava presente atuando em praticamente todas as periferias da cidade. Como vimos na carta no tópico anterior, o dispositivo de debates já estava em pleno funcionamento neste momento.

Já em livramento condicional, após cumprir seu período de reclusão em duas unidades prisionais de Uberlândia, como vimos no tópico acima, Ricardo se mudou da Zona Sul, onde viveu toda sua vida e participou ativamente do universo criminal do bairro

como *irmão*, e foi morar em um bairro da Zona Oeste com sua irmã e sobrinhos. No bairro em que Ricardo vive atualmente, ele conta que pode sair de casa e deixar as portas abertas que ninguém irá roubar, porque ele “tem proteção” vivendo ali.

se alguém roubar na quebrada o dono de boca não pode simplesmente ir lá e matar o cara, até podia uns anos atrás né, mas tem que ir falar com o disciplina e aí vão achar esse cara e levar ele pras ideia (trecho de entrevista com Ricardo, junho de 2021)

Agora a figura do Disciplina e a normatização do *proceder* produziram acordos internos ao “mundo do crime” que davam previsibilidade à vida dos atores criminais (Feltran, 2012a).

não pode roubar trabalhador, se tiver roubo no bairro pode saber que não é daqui porque quem rouba sabe que não pode e se roubar em outro bairro de trabalhador o disciplina do bairro que foi roubado vai conversar com o disciplina do bairro que o ladrão mora, porque ele que deve cobrar, se eu te falar que que é o disciplina, ele é o cara do bairro que corre pra manter tudo em paz (trecho de entrevista com Ricardo, junho de 2021)

A posição de Disciplina, essa pessoa responsável por arbitrar conflitos cotidianos na comunidade, é ocupada pelas pessoas mais respeitadas no *crime* e entre a comunidade do bairro. Esse contexto é bem diferente do que vimos no início dos anos 2000, com a cena do “acerto de contas”, cobrança desempenhada entre gerentes do tráfico, que tem como produto o homicídio de Pedro no primeiro capítulo.

Seguindo na conversa sobre a atuação dos Disciplinas, pergunto se os moradores do Tatuí (bairro em que morava e participava ativamente das dinâmicas criminais) ou do Manacá (bairro onde vive atualmente com sua irmã) costumam procurar os *irmãos* para algum tipo de resolução de conflitos. Ricardo diz que a maioria nem sabe que a facção está ali “cuidando do bairro”, com o exemplo hipotético de ter um caso de violação sexual no bairro:

se tiver um estupro aqui no meu bairro que é tomado e um morador chamar a polícia e a polícia não resolver ou então esse maluco fugir, aí os irmãos vão querer saber o que que é isso que ta acontecendo, daí o disciplina vai ir conversar com a menina pra entender, se for estupro mesmo os donos da 15 vão decretar e procuram ele, vao buscar esse doido até o inferno, onde ele tiver (trecho de entrevista com Ricardo, junho de 2021)

Quer dizer, o PCC se tornou o principal responsável por mediar os conflitos letais na cidade, arbitrando sobre a vida e a morte em cada situação levada como demanda aos *debates*, mesmo que muitos moradores não se deem conta de sua presença. Dessa forma, a facção passa a ser uma instância garantidora de justiça aos moradores dessas periferias urbanas, entre múltiplas instâncias possíveis na busca de justiça, como a justiça estatal, divina etc.

Debates

Para compreender o momento em que o PCC estabiliza uma gestão da ordem urbana no interior mineiro, é necessário desvelar as histórias criminais dos bairros, das *gangues* e dos *donos* de *bocas* privadas, compreendendo como essas relações foram construídas. E um dos elementos fundamentais da gestão da ordem urbana nas comunidades implementada pelo Comando é o mecanismo de debates – essencial também para a “pacificação de territórios” (Hirata, 2018; Richmond, 2020).

Os debates são acionados quando algum problema local necessita de intervenções do “mundo do crime”, mesmo que a questão não esteja necessariamente ligada às discussões do *crime*. Enquanto instância ordenadora, o PCC promove debates, ouve as partes, arbitram sobre o *certo* e o *errado* em cada caso, visam a reparação das partes envolvidas e evitam ao máximo a morte como forma de punição (Biondi, 2010, 2018; Marques, 2009; Manso e Dias, 2018; Feltran, 2010, 2012a, 2018). Por meio de longas discussões sobre a situação levada como demanda e sobre a “ficha” – que seria como o histórico do *proceder* – das pessoas envolvidas, busca-se chegar em uma forma de reparação justa para as partes afetadas.

Os debates abrangem diferentes escalas de litígios – de conflitos cotidianos como brigas de bar, de marido e mulher, de vizinhos a conflitos mais substanciais, como estupros, roubos e furtos no bairro ou inconsistências quanto à repartição de mercadorias ilegais variadas, mortes injustas, delatar algum companheiro à polícia etc. E podem ser organizados de distintas maneiras, a depender do conflito que buscam arbitrar. Podendo ser realizados quando a demanda chega em uma pequena contenda, com apenas alguns membros da *boca* no local e as partes a serem ouvidas; ou com muitas pessoas no local e via chamada telefônica, de diferentes cidades, estados e posições da facção, durando dias ou até semanas.

Esse mecanismo de resolução de conflitos diminui a circulação de polícias nos bairros em que atua, tendo em vista que são uma instância a ser evocada, a depender do conflito que buscam solucionar.⁷⁴ Apesar de evitar a presença da polícia e consequentes confrontos violentos ou de favorecer a lógica mercantil da facção, reduzindo perdas de mão-de-obra e relações conflituosas entre seus integrantes, não há uma razão instrumental que conduz o julgamento. Cada situação levada como demanda para a facção é julgada de forma situacional, contextual e relacional. No limite, “o debate é uma instância que procura refletir acerca da morte no presente ou no futuro [...] através de um arbítrio que potencial e efetivamente tem o poder de matar.” (Hirata, 2018, p. 206). Justamente por ter a morte sempre no horizonte, idealmente não se toma soluções fáceis e apressadas nos debates.

Amparado pela sociologia formal de Simmel, Rocha (2019) analisa as relações de conflitos internos ao “mundo do crime” a partir dos possíveis curso de ação após a entrada de mais um elemento nas relações sociais, um terceiro, formando uma tríade. Os possíveis cursos podem ser: i. do terceiro que se beneficia; ii. do terceiro que divide e domina e iii. do terceiro como mediador. E é este último que interessa às dinâmicas criminais. Seja por imposição ou por consenso, um terceiro mediador, oriundo do próprio “mundo do crime”, se torna um tipo de autoridade legítima que opera na regulação dos confrontos violentos (Rocha, 2019). Característico em arranjos mais agregados, como grandes grupos ou facções, o terceiro possui legitimidade para arbitrar nas relações de disputas e acertos – atuando diretamente na gestão da violência. Assim, há um deslocamento da figura do inimigo para o Estado, ainda que outros grupos semelhantes possam ocupar esta posição também (por exemplo a figura dos “alemães” ou outros grupos que ocupam a figura o Outro (Grillo, 2019; Jara, 2021)).

A emergência do PCC como um terceiro instituído pelo “mundo do crime”, como argumenta Rocha (2019), traz o instrumento de debates como espaço de operacionalização deste papel de mediador, no qual a punição está diretamente relacionada ao *proceder* destes indivíduos,

no qual existe um ator reconhecido como legítimo e interessado em arbitrar os conflitos daquele sistema e gerir a aplicação da violência, a maleabilidade de articulações da gramática moral do crime é reduzida, e ocorre sua concentração em seus aspectos tidos como centrais para o terceiro que arbitra. A gama de interpretações possíveis sobre

⁷⁴ Possibilitado pelo acesso a um repertório heterogêneo de justiça (Feltran, 2010).

determinadas situações é reduzida e, ao final da aplicação do mecanismo de arbítrio (o *debate*), após examinadas as justificativas morais de ambos os lados, é produzida uma narrativa acerca da *verdade*, que, assim como sua punição ou reprimenda, deve ser aceita como legítima por todos os atores inseridos naquele regime moral. (Rocha, 2019, p. 23)

Dessa forma, no PCC há a interdição da atitude isolada, isto é, agir sem buscar o Disciplina do local e comunicar aos demais, principalmente aquela relacionada às mortes, punição máxima.

Nos debates não há hierarquia, portanto, a forma de *proceder* correta é cobrada tanto de quem está sendo julgado pelo debate, quanto dos que o mediam – a disciplina e o *proceder* são para todos (Feltran, 2018). No caso de *vermes*, a morte é algo esperado, porque uma vez sabendo de suas atitudes, é como se já estivesse dado que iria morrer. A morte de um *verme* causa resignação (Hirata, 2018), não alívio, nem revolta ou tristeza. Um x9 (delator), um estuprador, um policial que oprime os moradores, um integrante do “mundo do crime” que rouba dos parceiros ou um *noia* que não respeita ninguém, são *vermes*. E com *vermes* não há negociação possível, se trata de “uma guerra moral: os que estão do lado certo contra os que fecham com o errado” (Feltran, 2018, p. 280). O *certo* é uma adequação das atitudes a um *proceder*, e o *errado*, seria aquele que possui atitudes desviantes e, portanto, é alguém sem *proceder*. Por isso, aqueles que cometem atitudes inaceitáveis no universo criminal ou já vivem como *vermes*, já podiam morrer, porque nesta visão, “não podia viver nem dentro do crime nem em sociedade”, como dito por Ricardo.

Em meados dos anos 2010 nas ruas das cidades estudadas, a construção da união entre os *ladrões* se dava em torno do *certo*. O *certo* seria o norte da conduta no *crime* (Hirata e Grillo, 2019) e a base que sustenta a argumentação travada entre duas partes opositoras no confronto verbal que compõem os *debates*. Ocorrendo sempre em relação ao que é considerado *certo* no universo criminal, os *debates* ganham legitimidade por cobrar o *certo* de maneira implacável, de todos e igualmente.

Mesmo que de forma dispersa, formas de justiça que distinguiam o que é *certo* ou *errado* nas ruas já estavam presentes em um momento anterior à era PCC no Triângulo Mineiro. O papel da facção, nesta passagem da ordem urbana, seria de reger esses casos de modo exemplar, institucionalizando uma justiça que já existia nesses bairros (Feltran, 2018), mas que era realizada de maneira dispersa e, por vezes, arbitrária.

Nos anos 1990 nas periferias urbanas das cidades estudadas, era comum que os “ladrões de varais” fossem mortos por lideranças do tráfico local e tivessem as mãos e orelhas cortadas, punição que serviria como exemplo para que outras pessoas não realizassem roubos e furtos nas residências e comércios dos bairros (Bonesso, 2022). Como vimos, as *gangues*, no mesmo período, também exerceram um papel de proteção à comunidade nos bairros em que residiam, espancando quem roubasse ou furtasse nos territórios onde prevalecia sua ordem urbana.

Quem rouba na quebrada não *corre pelo certo* e, por isso, tem sua punição prevista, sob a ordem urbana das *gangues*, dos *traficantes* locais e, posteriormente, na ordem urbana estabelecida pelo Comando. A proibição de roubos e furtos nas periferias urbanas é algo que vem de outra ordem urbana, como vimos no primeiro capítulo. A passagem da ordem urbana das *gangues* ou dos *traficantes* para o PCC inclui, entre outros interditos, essa proibição, a institucionalizando por meio de um terceiro ator, a facção, que seria responsável por mediar e implementar a justiça. Na era PCC, o *certo* é cobrado igualmente de todos. Estando algum membro *errado* em uma situação, tendo sido provado após um *debate*, este deverá ser *cobrado*, independentemente de sua posição ou *consideração*.

Economia política

Em junho de 2018 houve uma série de ataques a prédios públicos, agências bancárias, explosões de caixas eletrônicos e queimas de ônibus em Minas Gerais, em uma ação coordenada que ocorreu em diversas cidades do estado e teve duração de uma semana.⁷⁵ O caso em questão, que após uma semana de ataques havia ficado conhecido como “ataques do PCC”, tratava-se de uma ofensiva da facção que reivindicava por melhorias nas condições em que viviam os reclusos nos cárceres mineiros, segundo *salves* divulgados em grupos de *WhatsApp* do Comando e de uma carta requerendo a autoria da facção, encontrada em um dos locais de ataques, onde um ônibus havia sido incendiado.⁷⁶

Essa demonstração de força ganhou evidência na mídia nacional, colocando os cárceres mineiros em destaque, que como relatava a carta encontrada, estavam um “barril de pólvora”. Após essa exibição da força da facção em território mineiro, por meio da

⁷⁵ Ver “Onda de ataques em Minas Gerais já atinge 38 cidades”. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/06/08/interna_gerais.965407/onda-de-ataques-em-minas-gerais-ja-atinge-38-cidades.shtml. Acesso em 20 de nov. de 2022.

⁷⁶ Ver “Criminosos incendiam um ônibus e deixam carta para o governo de MG”. Disponível em: <https://bandnewstv.band.uol.com.br/videos/criminosos-incendiam-um-onibus-e-deixam-carta-para-o-governo-de-mg-16454957>. Acesso em 20 de nov. de 2022.

violência, a facção buscou realizar mais duas reivindicações por melhoria das condições nos cárceres, ainda em 2018. Desta vez, as reivindicações teriam um teor “pacífico”. Um mês após os ataques, os reclusos integrantes do PCC, sobretudo aqueles da RMBH, fizeram uma “paralisação”, na qual os reclusos se recusaram a sair das celas para banhos de sol, atendimentos médicos ou judiciais e quaisquer outras atividades, visando protestar contra as opressões sofridas no sistema prisional mineiro (Viana, 2022). Segundo Viana, esta paralisação objetivava atingir todo o estado, no entanto, não houve muita adesão nas demais regiões. E na RMBH, como os integrantes da facção não eram a maioria na penitenciária Nelson Hungria, aqueles que não eram *irmãos* ou *corriam com o PCC*, não aderiram à ação, frustrando seu impacto.

Ainda em julho de 2018, houve outra ação: uma “manifestação pacífica” nas ruas. Prevista para ocorrer em todo território nacional, visava denunciar as opressões sofridas nos cárceres e exigia que a Lei de Execução Penal fosse cumprida. Apesar da mobilização de familiares de reclusos e outros apoiadores, a manifestação não teve o impacto desejado. Com essa sequência de tentativas frustradas de denunciar as “opressões do Estado” nos cárceres mineiros, circulou um *salve* sugerindo uma outra forma de diálogo com o Estado, por meio da violência: “fazê-lo sangrar” (Viana, 2022, p. 135).

Agora, a proposta seria de vitimar agentes públicos, conforme demonstram alguns diálogos coletados em interceptações telefônicas entre *irmãos* do estado, parte do material de investigação da dissertação de Viana (2022). Essa alternativa radicalizava as ações reivindicatórias que já estavam em curso desde os ataques do mesmo ano. A Sintonia responsável pelo planejamento e execução de atentados como esse é a Sintonia Restrita, que também fica responsável por outros planos que envolvem a parte de inteligência do Comando, como orquestrar e executar planos de resgate, execuções de agentes públicos ou execuções de *vermes* e infiltrar-se no sistema estatal secretamente.

Por meio da relação direta com o Resumo Disciplinar, a Restrita atua de maneira praticamente invisível na elaboração do plano a ser executado, bem como no levantamento de dados de possíveis alvos e outras funções situacionais como aluguel de imóveis e veículos, compra de passagens, armas, celulares e o que mais for necessário para sua execução. Nesse sentido, a Sintonia Restrita atua como um comando militar e, por isso, concentra a dimensão de inteligência militar do PCC – representando sua face guerreira.

Tendo um plano a ser executado, a Sintonia Restrita delega as *missões* aos executores locais, que são membros da facção com conhecimento sobre a dinâmica do

local em que ocorrerá a *missão*. Na função de executores locais, os *irmãos*, também podem realizar outras tarefas relacionadas à inteligência militar, como vigilância de campo e mapeamento das rotinas diárias dos alvos, seguindo as ordens vindas da Restrita. Quando um *irmão* é escalado para participar de uma *missão*, ele é afastado de suas outras funções para que possa se dedicar integralmente à realização da *missão*, garantindo que ela seja cumprida.

As *missões* se referem a um compromisso de vida que os *irmãos* assumem no batismo. Compromisso que está no art. 11 da 3ª geração do estatuto do PCC: “11. Toda missão destinada deve ser concluída.” (Feltran, 2018). Cumprir com uma *missão* que lhe foi atribuída, significa, portanto, cumprir com os compromissos assumidos com a facção. Não se atribui uma *missão* a um companheiro que se sabe que não teria condições para executá-la. Da mesma forma, o *irmão* designado a cumprir alguma *missão* pode se negar a cumpri-la, mas o faz sabendo que terá que arcar com as consequências.

Missão

Na trajetória de Ricardo, personagem que acompanhamos seu período de reclusão nas penitenciárias de Uberlândia, a atuação da Sintonia Restrita aparece em um momento ainda anterior aos ataques de 2018 em Minas Gerais. Três anos antes, em 2015, Ricardo foi escalado para uma *missão* na qual ele e um parceiro também *faccionado* receberam a determinação de tirar a vida de um policial penal. O policial penal alvo da *missão* trabalhava no presídio da cidade, situada próxima ao bairro onde residiam Ricardo e seu parceiro.⁷⁷

Para além de um compromisso, ser escalado para participar de uma *missão* também é uma forma de reconhecimento das habilidades de *guerra* de um *ladrão*. Além disso, é uma oportunidade de demonstrar para a facção e para seus companheiros que têm *disposição*, levantando a sua reputação e *consideração* no universo criminal. No caso de Ricardo e seu parceiro, *disposição* para matar. E *disposição* para *peitar*, isto é, enfrentar o Estado. No entanto, a *disposição* em uma *missão* não se refere apenas à capacidade de

⁷⁷ *Missões* que envolvem a morte de inimigos e forças da ordem não são ações ordinárias, mas eventualmente atravessam o cotidiano de *irmãos*, sobretudo aqueles *considerados*. Em outras situações, *missões* com o mesmo objetivo são estabelecidas como um ritual de batismo, chamado “batismo de sangue”, como têm ocorrido no Paraguai e na Argentina, ver “Tenés que ir a matar a alguien, si no, morís”. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/seguridad/la-logia-narco-tenes-que-matar-a-alguien-si-no-moris-asi-opera-la-hermandad-criminal-brasilena-que-nid11062022/#/>. Acesso em 10 de out. de 2022.

um *ladrão* de matar, mas também à sua coragem e capacidade de driblar a iminência da própria morte frente aos riscos atrelados à *missão* (Grillo, 2013).

No dia estabelecido para que a *missão* fosse realizada, os dois já tinham em mente o que fariam, após semanas de planejamento que envolveu alguns *irmãos*: no início da noite, por volta das 19 horas, estariam de moto em uma rua próxima à portaria da penitenciária, horário em que já se sabia que o policial penal, alvo em questão, costumava terminar o expediente. Para saberem o momento exato em que o policial penal deixaria o local, a irmã de seu parceiro estaria atenta em frente à portaria do presídio e, conhecendo o veículo que o alvo conduzia, o carro do alvo, mandaria uma mensagem por celular para Ricardo, que conduziria a moto, os avisando que o policial penal havia saído.

Assim, no início da noite de domingo do mês de agosto daquele ano, esperaram em cima da moto a saída do policial penal do seu expediente de trabalho. Como planejado, a irmã do parceiro de Ricardo o avisou quando o policial penal passou pela portaria em sua moto, deixando o presídio. Havia chegado o momento, Ricardo e seu parceiro ligaram a moto e seguiram atentos. Ao avistarem o policial penal, que conduzia uma motocicleta em uma avenida movimentada da cidade, emparelharam a moto que estavam à do seu alvo. Na moto, o parceiro de Ricardo, que estava sentado no passageiro, ficou ao lado do policial penal e efetuou diversos disparos com uma pistola .40. O policial penal, alvo da *missão*, foi alvejado por sete dos tiros disparados pela pistola. Tiros disparados, fuga bem-sucedida, *missão* cumprida.

Na madrugada do dia seguinte ao homicídio desse policial penal em Uberlândia, cinco pessoas foram assassinadas em uma represália, em um bairro da região central da cidade. Neste dia, homens armados com pistolas .380 foram ao bairro, durante a madrugada, e cinco pessoas foram mortas alvejadas por tiros. As vítimas seriam *noias* segundo os moradores, “usuários” segundo a mídia. De qualquer modo, pessoas que tiveram o azar de estarem naquela rua em um dia que buscavam vingança pelo colega servidor da unidade prisional. Ao me contar sobre o dia da chacina, um interlocutor que não residia no bairro conta que foi à rua da *biqueira*, onde frequentava com regularidade para consumo de crack, e viu o que acreditava serem policiais armados dentro de um carro, falando alto com as pessoas que estavam próximas à esquina dessa rua. Ele conseguiu se esconder em um beco, onde ficou por horas com medo de sair, mas pôde ouvir os tiros e, ao sair, viu o corpo de uma mulher no chão.

Duas semanas antes uma policial penal havia sido assassinada em Uberaba quando estava a caminho para trabalhar no presídio da cidade. Ela foi alvejada com um tiro na nuca, também por uma pistola .40. Segundo as notícias que circularam sobre esse caso, também um ataque planejado pela facção, demonstrando sua coordenação em distintas cidades do Triângulo Mineiro.

Tanto os homicídios a agentes públicos quanto os homicídios decorrentes da chacina foram assunto no debate público das cidades estudadas naquelas semanas. O que ficava evidente era que o *crime* tinha força suficiente para enfrentar o Estado no interior mineiro e começou a demonstrá-la como uma forma de reivindicar por direitos básicos dentro dos cárceres. Alguns policiais, por outro lado, reagiram como se estivessem em uma guerra particular com o *crime*: produzindo mortes de civis em uma contraofensiva violenta.

Mesmo que os ataques aos agentes públicos tenham ocorrido em um contexto distinto daquele nos “ataques do PCC” de 2018, não de ataques coletivos a equipamentos públicos e de reivindicação de autoria da facção, mas sim de ataques a funcionários públicos e com discricção, ambas ações, concretizadas em *missões*, visaram “espalhar o terror no *sistema*”, tendo como propósito denunciar as opressões sofridas nos cárceres mineiros. Ainda que sejam direcionadas a funcionários públicos, como pelo caso dos agentes penitenciárias no caso descrito, esses ataques não são fruto de conflitos pessoais, mas visavam uma represália ao *sistema*.

O assassinato do policial penal, fruto da *missão* que Ricardo participou, gerou investigações da polícia civil que culminaram em uma operação que abrangeu a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Ricardo e dezesseis pessoas que participaram da execução do policial penal em Uberlândia foram presos um mês após o crime. As notícias veiculados nos meios de comunicação locais sobre esta operação e o cumprimento dos mandados de prisão preventiva e busca e apreensão veiculadas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) afirmavam que a GAECO havia desarticulado a facção criminosa em Uberlândia. No entanto, sabemos que não seria pelo encarceramento de dezesseis pessoas que a facção, tanto pela sua estrutura quanto pelo fato de neste período já estar bem consolidada na cidade, seria desarticulada.

Outras *missões* similares foram realizadas em nas cidades do Triângulo Mineiro estudadas. Na mídia local encontramos inúmeras reportagens de policiais penais indo ou voltando do trabalho nas prisões ou que tiveram a casa alvejada por inúmeros tiros ou

foram mortos em seus momentos de lazer. Essa sequência de ações da Sintonia Restrita expressa a força política do Comando, capaz de fazer *frente ao sistema*, demonstração de força que só é possível por meio de sua articulação local. Para atuar politicamente em uma cidade, assumindo a soberania da força no local, isto é, tendo corpo para confrontar o Estado.

Mercados de proteção

Até o episódio da *missão* que Ricardo cumpriu, do assassinato do policial penal em Uberlândia, ele nunca havia sido preso. Talvez por sorte, por sua capacidade de escapar de situações que conduzissem sua vida à institucionalização criminal ou até da morte. Mas grande parte do “sucesso” de ainda não haver sido institucionalizado, mesmo com doze anos de contato direto com o *crime* e seis anos atuando como *irmão*, se deve aos *arregos*,⁷⁸ que são acordos regulares com alguns agentes da ordem pública, sobretudo na figura de policiais, que atuam de maneira extralegal. Esse “pacto” com as forças da ordem, que funcionava de maneira previsível, mas também tensa, foi rompido quando Ricardo participou da *missão* que vitimou por homicídio um agente público.

Misse (2006) argumenta que para compreender os modos de funcionamento do mercado de drogas é necessário compreender a sua relação com os mercados de proteção agenciados pelas forças da ordem. Em relação às forças da ordem que realizam o controle dos mercados ilegais, são as negociações em torno da proteção que garantem o seu funcionamento – não sem tensão. Os *arregos* geraram uma certa previsibilidade ao funcionamento da *boca*, além do fato de não estarem com armas expostas nas *bocas* ou no bairro, o que poderia gerar confrontos entre policiais de ronda e funcionários das *bocas*. O fato de as armas não estarem expostas muda a ordem urbana e social local, que deixa de ser pautada pelo controle armado do território, ainda que o armamento esteja guardado e disponível para ser utilizado, quando necessário.

Mas apesar dos acordos regulares estabelecidos entre policiais que atuam de extra legalmente e gerentes de *bocas* para que seguissem em funcionamento e com poucas intervenções legais, outras ações, disruptivas, também compunham o repertório de negociações entre *crime* e forças da ordem. São os “sequestros” de funcionários das *bocas*.

⁷⁸ Misse (2019, p. 90) define os *arregos* como uma prática que “transita entre a livre negociação, de interesse de ambas as partes, para a extorsão que obriga uma parte a negociar com a outra. De qualquer modo, a troca se estabelece e ganha o significado de uma transação que, bem-sucedida, atende às partes envolvidas.”

Esses “sequestros” não visam a apreensão do funcionário capturado, mas sim utilizá-lo como uma moeda de troca, exigindo um pagamento para que haja o seu “resgate” – mediante pagamento do valor estipulado pelo policial que a “sequestrou” ou do valor estipulado após as negociações entre policiais e os *donos* de *boca* para a soltura do funcionário “sequestrado”. Como exposto por Hirata (2018), essas negociações podem ser demoradas ou mesmo não haver negociação, quando os *donos* se recusam a pagar pelo “resgate”, situação observada no capítulo 1.

Outras formas de ameaça também poderiam ocorrer entre funcionários da *boca* e policiais que atuam extra legalmente, como as ameaças de serem *forjados*, ou seja, construir uma situação para incriminar alguma pessoa “em flagrante”, por exemplo, colocando armas ou drogas em responsabilidade de um indivíduo que até então não os possuía. Falando sobre a possibilidade de ser *forjado*, Ricardo utiliza exemplos para me explicar como ocorre no dia a dia:

eu to sentado aqui na porta de casa aí eles falam “por que que vc ta com essa droga aí?” eu nem to com droga, mas eles tiram não sei da onde e colocam em mim, aí é minha né quem vai saber que não era?” ou então eles chegam e fala “tal dia eu vou voltar aqui e te pegar se você não tiver você vai preso tal dia” [trecho de entrevista com Ricardo, junho de 2021]

Em um exemplo de um caso que teria acontecido com um amigo, Ricardo relata que enquanto os dois estavam sentados em uma calçada próxima à *boca*, chegaram dois policiais em uma moto, que abordaram Ricardo e seu amigo e os revistaram. Mesmo não encontrando nada com os dois naquele momento, ambos já conheciam os policiais e eram conhecidos dos policiais que os abordavam.

eles foram com mandado de prisão, mandato impresso, ai eles cobram dinheiro pra rasgar o mandato, se não der ta preso na hora. [trecho de entrevista com Ricardo, junho de 2021]

Os policiais estavam com um mandado de prisão com o nome de seu amigo, que o recebeu sob aviso imediato de que deveria pagar para que pudesse se livrar daquele mandado que poderia levá-lo para a prisão, de maneira extralegal. O policial evoca um documento legal, o mandado de prisão, para atuar de maneira extralegal – anunciando a presença espectral do Estado (Das, 2020, p. 226). Para Das (2020), as formas como as forças da ordem operam “no campo da ilegibilidade, do equívoco e da desculpa” (p. 221), circunscrevem as experiências que esses atores têm com a lei.

Percebemos, por essas situações, que a mediação pelo dinheiro entre forças da ordem e agentes criminais é uma prática presente no cotidiano das periferias urbanas dos municípios estudados. Nos casos de *arregos*, que são práticas regulares, caberia ao *dono da boca* negociar os pagamentos com os policiais que agem de maneira extralegal. No entanto, esses acordos não cessam as incursões de outros agentes de manutenção da ordem pública, que atuam de maneira legal – ou mesmo aqueles que atuam de maneira extralegal como nos casos descritos acima, de possíveis “sequestros” de funcionários da *boca* ou do mandato de prisão que seria rasgado mediante pagamento de “fiança”, extralegal claro.

Neste cenário temos, portanto, uma configuração dos mercados ilegais que implica na necessidade de se fazer acordos internos entre o *crime* e as forças da ordem, de certa forma estável, pelas transações via “mercadorias políticas” (Misse, 2006), assim chamada pois “combina custos e recursos políticos para produzir um valor de troca político ou econômico” (p. 209). A exploração dessas “mercadorias políticas” pode advir de extorsões, propinas, corrupção, redes de proteção, acesso a informações privilegiadas, chantagens etc. Neste sentido, as “mercadorias políticas”

envolvem trocas geralmente assimétricas, compulsórias, com cálculo de poder e relação de força entre os que dela participam e com oferta de bens políticos, no caso bens supostamente reservados ao Estado, mas que são transacionados por bens de valor econômico como se fossem bens privados. (Misse, 2019, p. 4)

As mercadorias políticas estão disponíveis em um mercado que circula de acordo com distintas finalidades e objetivos, públicos ou privados. As extorsões, como o caso do mandato policial que seria rasgado mediante pagamento de “fiança”, são os casos-limites das trocas via mercadorias políticas, enquanto práticas como o clientelismo são estão entre os casos-limites inferiores (Misse, 2019). Essas práticas são, evidentemente, negadas oficialmente e reprimidas por policiais que atuam de maneira legal. No entanto, também é evidente que são práticas corriqueiras nas periferias urbanas e que as forças da ordem em torno dos mercados de proteção atuam de maneira oficiosa (Pires *et al.*, 2020).

Isso significa dizer que as trocas ilícitas entre forças da ordem e operadores dos mercados ilegais são práticas corriqueiras, mas não por isso são banais. São práticas que fazem parte da rotina dos operadores dos mercados ilegais, dos policiais que atuam de

maneira extralegal e, por vezes, dos moradores de periferias urbanas que vivenciam seus procedimentos, protocolos ou ações disruptivas. Em outras palavras, os mercados de proteção se inserem na vida social dos bairros, em uma experiência peculiar com a lei.

Dependendo das relações estabelecidas e das circunstâncias, dessa relação peculiar com a lei se ressalta a violência, que tem o poder de regular e proteger os mercados ilegais, simultaneamente. A violência é, então, constitutiva dessas “mercadorias políticas” que, apesar de dar uma certa previsibilidade aos atores envolvidos nas trocas ilícitas, devido aos acordos periódicos, ao mesmo tempo pode ser, a qualquer momento

transmutada a partir do interesse pontual que leva ao seu emprego particularizado, como é o caso das mercadorias de proteção/extorsão a depender do situacionismo contextual em que se insere (Pires *et al.*, 2020, p. 15)

Como no caso descrito acima, de Ricardo e seu amigo – que também precisam estar atentos às formas como essa violência, constitutiva das trocas via mercadorias políticas, se engendra nas relações entre *crime* e forças da ordem – tendo em vista que quando desestabilizados, os mercados de proteção podem assumir as práticas mais violentas (Telles e Hirata, 2010).

O que discutimos, substancialmente, ao falar de “mercadorias políticas” e de práticas como *arregos*, “sequestros” ou *flagrantes* é a mediação entre *crime* e forças da ordem pelo dinheiro. Feltran (2014) demonstra como o dinheiro opera como mediador dessas relações de conflito potencial. Não à toa a relação pelo dinheiro é empregue tanto em situações cotidianas quanto em situações imprevistas – que, como vimos, de certa forma também fazem parte do cotidiano dos operadores de mercados ilegais, que permanecem atentos às possibilidades de conflitos iminentes, que “o dinheiro ajuda a superar” (Feltran, 2018). É justamente sobre esses conflitos iminentes que o dinheiro ajuda a mediar e pela compra de proteção que os gerentes de *bocas* se relacionam com as forças da ordem no cotidiano das periferias urbanas do Triângulo Mineiro.

3.2 Normas instituídas: a consolidação do PCC e as curvas de homicídios

Viver em um estado constante no limiar entre a vida e a morte (Hirata, 2018) foi o que levou Ricardo a buscar sair do *crime*, agora que teria a possibilidade. Em 2019, Ricardo saiu da penitenciária e do *crime*. Custodiado em liberdade condicional com uso de tornozeleira eletrônica,⁷⁹ me conta que quando entrou para o *crime*, as condições para saída eram muito mais rígidas. Quando *corria com o PCC*, no início dos anos 2000, falavam para ele que só tinha duas formas de sair: “virando crente [evangélico] de verdade ou morto”.

Condição expressa que Ricardo aceitou quando se tornou *irmão*, em 2009. Agora, disse que há uma lista de “45 itens de condição pro irmão” e que estaria incluído a saída da facção. Caso quisesse deixar de ser *irmão*, é necessário não estarem dívida com ninguém, seja financeiramente ou de favores, e a condição inegociável é de sair do *crime* definitivamente. No entanto, não precisava mais se converter religiosamente, como ocorria antigamente (Fromm, 2017, 2021; Carvalho, 2021), ou seja, *virando crente*. Segundo Ricardo, “tudo evolui e o crime evoluiu também”.

No tópico anterior passamos por cinco elementos pelos quais o PCC se expandiu e se consolidou no Triângulo Mineiro. Os cinco elementos descritos demonstram diferentes “campos de atuação” em que a facção se faz presente e que foram fundamentais para sua consolidação na região. Em um primeiro momento o foco expansionista do Comando está na economia. Por meio de uma luta política pelos mercados ilegais, a facção aparecia apenas pela sua face mercantil. Posteriormente, pela sua presença nos cárceres do interior mineiro, seja pela transferência de *irmãos* reclusos em outros estados, seja pelo batismo no *sistema*, vimos que em um contexto de falta de materiais básicos e excesso de tortura, a presença do PCC nas penitenciárias do Triângulo torna o período de reclusão possível de vivido. Nos cárceres como nas ruas, algumas interdições foram instituídas. Algumas já eram conhecidas, sendo considerado o *certo* e presentes em ordenamentos anteriores, mas com regramentos de conduta diferentes dos instituídos pela facção.

⁷⁹ O programa de monitoramento eletrônico de custodiados começou em Minas Gerais apenas em 2010, iniciando o uso de tornozeleiras eletrônicas para acompanhar as pessoas sentenciadas que ainda estão sendo monitoradas pelo estado (Cruz et al, 2021). Mas somente em 2019 essa tecnologia chegava à cidade que Ricardo esteve recluso, Uberlândia.

Outras foram vistas como positivas pela população, como a proibição do roubo e furto, de estupros, agressões e assassinios sem a deliberação por meio dos debates.

Nas ruas, com uma hegemonia política (Gramsci, 1987), isto é, consentimento ativo de uma parcela da população ao ordenamento instituído pelo PCC e coerção das parcelas que lhe fazem oposição sistemática, vemos que a facção pôde atuar como uma instância reguladora da violência letal no cotidiano, tendo força para atuar politicamente. Essa atuação é realizada “fazendo frente ao Estado”, em ações na qual, no momento em que ocorrem, a facção assume a soberania da força – como nos ataques de 2018 ou nas *missões* da Sintonia Restrita, assassinando policiais penais. A atuação do PCC via economia política é outro elemento de consolidação da facção, quando outros de seus elementos já estão estabelecidos.

E uma vez em consolidação nas periferias urbanas das cidades, com ampla atuação nos mercados ilegais e presença nas unidades prisionais, os grupos criminais necessitam se relacionar com as forças da ordem. Com o Comando não seria diferente. Pensando essa relação especialmente com aqueles agentes que atuam de maneira extralegal, por meio dos mercados de proteção e troca de mercadorias políticas, essa relação, instável e sempre em tensão, é mediada pelo dinheiro proveniente desses mercados. Percebemos que o processo de chegada, conflituoso em torno de mercados, abriu espaço para uma posterior legitimação da facção na região, por meio de uma ideia de justiça nos cárceres, nas ruas e de frente ao *sistema*, instaurados após estabelecimento e hegemonia da facção sobre os mercados ilegais.

Passaremos pelas taxas de homicídio no Triângulo Mineiro e nos municípios estudados, passando por suas desagregações por perfis sociodemográficos e relacionando a demonstração quantitativa das taxas expostas nos gráficos, ao contexto empírico das sinopses qualitativas de trajetórias e casos empíricos pelos quais passamos no tópico anterior.

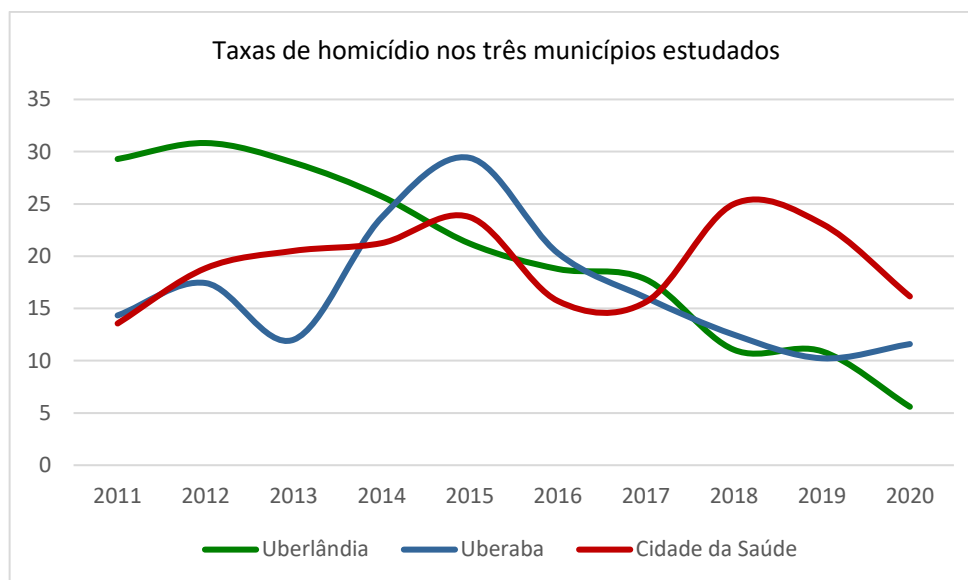
Gráfico 11. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes, por perfil sociodemográfico, no Triângulo Mineiro, de 2011 a 2020



Fonte: Elaboração própria. Número de óbitos por macrorregião de saúde obtido pela base de dados SIM/DATASUS, grupos X85-Y09 e Y35-Y36, CID-10. Dados populacionais do IBGE, tabela 2093.

O gráfico acima demonstra as taxas de homicídio no Triângulo por perfil sociodemográfico. As taxas sugerem uma ocorrência de homicídios muito maior entre o perfil de homens negros entre 15 e 29 anos. Enquanto as taxas da população exceto este grupo permanecem abaixo de 15/100 mil habitantes, as taxas entre este perfil chegam a 135,55/100 mil habitantes no ano de 2014, pico de homicídios desta década. Mesmo em processo progressivo de queda no final da década, as taxas entre o grupo de jovens homens negros são acima de 50/100 mil habitantes, demonstrando que é a vitimização por homicídio deste perfil que impacta diretamente nas curvas de homicídio da população geral. Em todos os perfis, a partir de 2017 as taxas indicam uma tendência de queda que se mantém até 2020, com uma redução de 39,8% nas taxas agregadas, que passam de 14,98 em 2017 para 9,01 em 2020. Como observaremos nas taxas municipais e em outras taxas desagregadas, essa queda paulatina pode estar refletindo a consolidação do PCC na região.

Gráfico 12. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes nos municípios estudados, de 2011 a 2020



Fonte: Elaboração própria. Número de óbitos por município obtido pela base de dados SIM/DATASUS, grupos X85-Y09 e Y35-Y36, CID-10. Dados populacionais do IBGE, tabela 2093.

No gráfico 11 percebemos taxas heterogêneas entre as três cidades do Triângulo Mineiro estudadas, com curvas, tendências e níveis distintos. As taxas dos três municípios demonstram, quantitativamente, as temporalidades cronológicas e analíticas. Cronologicamente, como vemos, as taxas sugerem padrões distintos: na Cidade da Saúde e em Uberaba iniciam com taxas baixas, com 13,56 e 14,33 respectivamente, em 2011. Uberlândia apresenta quase o dobro: 29,34/100 mil habitantes, no mesmo ano. Em 2015, tanto as taxas da Cidade da Saúde quanto as de Uberaba já superam as de Uberlândia, que apesar de iniciar com taxas altas, apresenta curvas decrescentes desde o início da década.

Com as taxas indicando tendências opostas, de 2011 a 2015, observamos uma elevação de 75% nas taxas de homicídios da Cidade da Saúde, passando de 13,56 para 23,74/100 mil habitantes. Entre este mesmo período, Uberaba tem mais de uma variação de elevação e posterior queda, de 2011 a 2012 os óbitos estão em crescimento, de 2012 a 2013 há uma queda de 36,2%, ano em que este indicador volta a subir de maneira considerável, passando de 12,01 casos em 2013 para 29,41/100 mil habitantes em 2015, um aumento de 144,8% em apenas dois anos, atingindo o pico de homicídios da cidade, nesta década. Uberlândia, por sua vez, apesar de um ligeiro aumento nos indicadores de homicídio no início da década, tem uma tendência de queda significativa. Em quatro anos as taxas indicam uma queda de 38%, de 29,34 vitimizações por homicídio em 2011 para 21,2/100 mil habitantes.

Analicamente, esses valores refletem o contexto empírico estudado. Segundo a temporalidade analítica que estamos nos fundamentando ao longo deste trabalho explica este movimento: a chegada do PCC e a relação conflituosa estabelecida em um primeiro momento, na luta pelos mercados ilegais, representa as variações nas taxas dessa cidade no início dos anos 2000, bem como a expansão das armas e especialização do mercado ilícito de drogas. Agora, a consolidação da facção na cidade grande, via estabelecimento no sistema penitenciário, nos bairros periféricos e, principalmente, por sua hegemonia nos mercados ilegais, se veem refletidos nas taxas de homicídio, que indicam redução progressiva. As taxas sugerem que Uberlândia manteve queda constante nos homicídios durante toda a década, chegando em 2020 com a menor taxa entre as cidades, com 5,59/100 mil habitantes.

Observamos que as taxas das cidades de Uberaba e da Cidade da Saúde sugerem flutuações mais agudas que Uberlândia. O contexto empírico da Cidade da Saúde nos sugere que o maior número de armamento, drogas e a ampliação de redes de consumidores, possibilitada pelo estabelecimento do PCC em cidades maiores da região, como são as cidades que vimos, de Uberaba e Uberlândia, que inflou antigos conflitos na cidade, pode revelar a curva de 2011 a 2015. O contexto nos revela que na cidade pequena os conflitos entre antigos comerciantes varejistas de drogas se mantiveram e, em alguns casos, se intensificaram, com a facção se expandindo para a cidade apenas quando já estava bem consolidada em outras cidades da região. Já em Uberaba as taxas sugerem que esse processo de contenção de homicídios se inicia alguns anos depois, com taxas que crescem subitamente entre 2013 e 2015, em conflitos internos ao “mundo do crime”, sobretudo por rivalidades entre dois principais bairros.

Enquanto a facção estabelecia a *paz* nas cidades médias e na cidade grande, após passar por períodos de disputas, disseminava a *guerra* em cidades menores. Nas periferias de cidades maiores ou de entreposto comercial a contenção de homicídios e outras violências em decorrência do espraiamento dos ideais do PCC se tornavam prática comum, ao passo que em cidades menores a *guerra* se iniciava via ampliação dos mercados ilegais.

Em Uberlândia as taxas sugerem uma queda mais profunda, com taxas de 18,78 em 2016, já em descenso há alguns anos, para 5,59/100 mil habitantes em 2020, correspondendo a um 70% de redução em quatro anos. O processo de consolidação do PCC atuou regulando o comércio ilegal de drogas e estabilizando territórios e, em outro

momento, o mecanismo de *debates* atuou rompendo cadeias de vendeta, enquanto a resolução de assassinatos precisa passar pela facção, como vimos. Este contexto pode nos ajudar a compreender essas curvas, que diminuem 80,9% em nove anos, de 2011 a 2020.

Uberaba iniciou seu processo de queda nas vitimizações por homicídio em 2015 e na Cidade da Saúde apenas em 2018. Em Uberaba, as taxas a partir de 2015 sugerem que houve uma transformação na forma de resolução de conflitos interpessoais. De 2016 a 2020 as taxas indicam uma redução de 42,9% em Uberaba, saltando de 20,3 ocorrências para 11,59/100 mil habitantes. Na Cidade da Saúde, as taxas sugerem um persistente aumento de homicídios até 2015, com uma leve queda seguida de um novo aumento súbito em 2018, em descenso agora. De 2016 a 2018 as taxas indicam crescimento de 58,9%, quando inicia a queda mais recente, de 35,3%, passando de 24,99 casos de homicídio em 2018 para 16,15/100 mil habitantes em 2020.

Apesar de ser uma cidade estratégica do ponto de vista das rotas, fazendo fronteira com Goiás (favorecendo o atacado), ao que parece a Cidade da Saúde não interessava ao PCC neste primeiro momento. Os interlocutores sugeriam que havia “cobranças atrasadas” para os homicídios que ocorreram entre 2017 e 2019, a grande maioria em via pública, que vinham ocorrendo na cidade. Esta hipótese foi levantada durante conversas informais na Cidade da Saúde em 2021, momento em que os homicídios seguiam em queda na cidade, e condensada nesta fala da última conversa que tive com Ricardo:

o que acontece lá em [na Cidade da Saúde] é o seguinte, lá o sistema é lento, *as ideia* pode demorar... vai *pras ideia* quem matou muita gente de covardia lá em 2011, 2012, entendeu?. [trecho de entrevista com Ricardo]

De fato, tendo como exemplo a carta do segundo capítulo, percebemos que *as ideia* de Paulo também atrasaram, tendo iniciado em 2010 e em 2015 estando paradas e ele recluso. Após pleno estabelecimento da facção em Uberlândia, há relatos de que houve o estabelecimento de um *Disciplina* na Cidade da Saúde, para “organizar o crime”. Como a pequena cidade é consumidora dos *irmãos* da cidade, o interesse neste momento é que a cidade estivesse *na mesma Sintonia*.

No entanto, é importante destacarmos que não haverá um momento em que a facção estará plenamente estabelecida e os homicídios entrarão em queda constante, em qualquer cidade. O movimento que observamos nas taxas é um retrato desta década, desta ordem urbana e neste *tempo*. Este movimento foi observado nas outras duas cidades da

região estudadas e em outros contextos, no entanto, apesar da presença da facção afetar diretamente as taxas de homicídio, os aumentos e baixas nas mortes são fruto de dinâmicas internas e de uma *pax monopolista*⁸⁰ que é instável.

Para muito além do argumento político de quem está realizando a regulação dos homicídios e por consequência o ordenamento urbano em determinado território e em determinado momento, se para sua produção ou contenção, e de qual forma está sendo realizada, o argumento é que as variações nas curvas de homicídio são dependentes da expansão do PCC, independente se são curvas de aumento ou queda.

Gráfico 13. Taxas de homicídio por 100 mil habitantes por armas de fogo nos municípios estudados, de 2011 a 2020



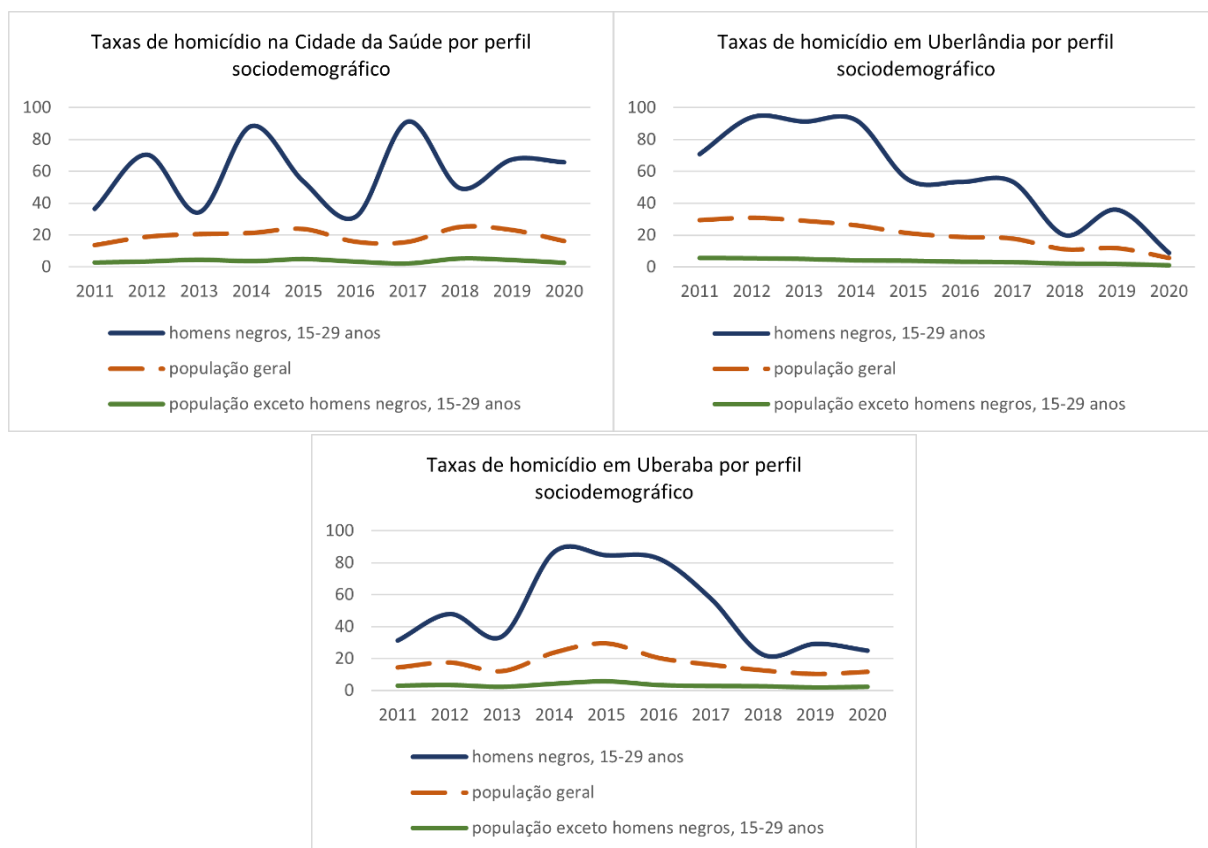
Fonte: Elaboração própria. Número de óbitos por município obtido pela base de dados SIM/DATASUS, grupos X93-95, CID-10. Dados populacionais do IBGE, tabela 2093.

O gráfico 12 sugere que as taxas de homicídio cometidos por armas de fogo nos três municípios estudados seguem padrões muito similares às taxas de homicídio gerais, observadas no gráfico 11, com exceção mais visível apenas nas taxas dos cinco primeiros anos em Uberaba. Indicando que a maioria das mortes violentas no período são decorrentes de vitimizações por homicídio por meio da utilização de armas de fogo.

⁸⁰ Biderman et al. (2018) definem "pax monopolista" como a falta de competição entre grupos criminais em torno de mercados ilegais em um determinado território. No caso estudado pelos autores, assim como no caso do Triângulo neste momento, o PCC possui hegemonia sob os mercados ilegais dos territórios e utiliza o sistema de tabelamento de preços ao invés da violência para resolução de conflitos.

O gráfico abaixo nos permite visualizar as taxas desagregadas por perfis de vítima, no mesmo período das taxas dos gráficos que passamos acima. A seguir, vemos as taxas de homicídio referentes ao perfil de homens negros (pretos e pardos, segundo classificação do IBGE) entre 15 e 29 anos; da população geral e da população exceto o grupo de jovens, homens e negros, em cada uma das cidades estudadas.

Gráfico 14. Cidade da Saúde, Uberlândia e Uberaba: taxas de homicídio por 100 mil habitantes, por perfil demográfico, de 2011 a 2020



Fonte: Elaboração própria. Número de óbitos por município obtido pela base de dados SIM/DATASUS, grupos X85-Y09 e Y35-Y36, CID-10. Dados populacionais do IBGE, tabela 2093.

Nas três cidades as taxas sugerem pouca variação nas curvas da população geral, enquanto as curvas de jovens, homens e negros, além de serem evidentemente muito mais altas que as demais, têm bastante variação. As taxas da população exceto jovens homens negros permanecem praticamente inalteradas, com pouca variação e valores abaixo de 6/100 mil habitantes. Já as taxas da população geral, ainda com valores muito abaixo do perfil desagregado, são ligeiramente mais altas que as taxas da população exceto jovens homens negros. Com isso, pela desagregação podemos perceber que as taxas de homicídio da população geral são puxadas pelas mortes de homens negros entre 15 e 29 anos, com

taxas visivelmente mais altas. Ou seja, além de mais altas, as taxas de homicídio entre jovens homens negros são mais responsivas às tendências de aumento e queda, nos três municípios.

Entre o grupo de jovens homens e negros, na Cidade da Saúde, as taxas indicam variações de aumento e redução súbitas em quase todos os anos, com queda em 2018 e valores que seguem mais estáveis desde então, seguindo os mesmos patamares até 2020. Em Uberlândia, as taxas de homicídio entre jovens homens negros apresentam uma queda de 87,6%, reduzindo de 70,78 em 2011 para 8,76/100 mil habitantes em 2020, representando a maioria na redução de 80,9% neste mesmo período entre as taxas da população geral, tendo em vista que as taxas entre a população exceto o grupo de jovens homens e negros passam de 5,77 em 2011 para 1,16/100 mil habitantes, em 2020. A queda expressiva nas curvas de homicídios entre o grupo de jovens homens negros em Uberlândia ilustra a atuação das políticas criminais na contenção de homicídios que atingem de maneira mais expressiva este grupo, inscrito nas dinâmicas faccionais.

Em Uberaba, as taxas entre jovens homens negros têm um brusco aumento de 2013 para 2014, subindo de 33,95 para 84,65/100 mil habitantes, um aumento de 149,3%. As taxas entre este grupo indicam altos índices de vitimizações por homicídio até 2018. Nesses quatro anos, de 2014 para 2018, as taxas passam por uma redução de 73,4%, baixando de 84,65 para 22,49/100 mil habitantes. Em 2018 as curvas indicam que os homicídios entre este grupo começam a baixar, refletindo nas taxas da população geral, com valores que seguem baixos em 2020, ainda nitidamente mais altos que as taxas da população geral.

Neste período, como demonstraram as sinopses qualitativas densamente descritas neste capítulo, o período de conflitos decorrentes de *tomadas de bocas* já havia passado, havendo uma estabilização dos territórios e o posterior tabelamento de preços. Além disso, o mecanismo de debates do Comando – que atua interditando mortes consideradas banais – já estava em pleno funcionamento na cidade. A passagem do cenário anterior, de brigas de *gangues*, *tomadas de bocas* e “roletas da morte” para a hegemonia do PCC nos mercados ilegais possibilitou alguma previsibilidade à vida dos baixos operadores desses mercados, pelo mecanismo de debates, a interdição da atitude isolada e o tabelamento das drogas.

Se antes os conflitos no Triângulo eram resolvidos por atitudes isoladas, no qual alguém ou algum grupo sempre estava buscando sempre reparar algum dano sofrido,

agora os conflitos precisam ser levados ao conhecimento do Comando, para que se arbitre o que é *certo* ou *errado* em cada situação. De rivais a parceiros, os atores criminais passaram de ver seus pares em uma lógica competitiva para a união contra um inimigo comum: o Estado, principalmente as forças policiais e o sistema prisional, no papel de adversários prioritários.

Nas três cidades, percebemos que são as curvas desagregadas do perfil de jovens homens negros, muito mais altas que da população geral, que puxam as taxas de homicídio agregadas para cima ou para baixo. Segundo o que indicam outras pesquisas quali-quantitativas sobre homicídios (Feltran *et al.*, 2022; Cordeiro, 2022), além do perfil sociodemográfico de ser jovem, homem e preto ou pardo, ser um operador baixo dos mercados ilegais também é um preditor considerável para a vitimização por homicídio. Feltran *et al.* (2022) demonstram que as taxas de homicídio entre este perfil sociodemográfico específico oscilam em decorrência das dinâmicas faccionais locais, impactando diretamente nas variações das taxas agregadas.

Com a demonstração quantitativa deste tópico em relação às sinopses qualitativas deste capítulo, percebemos que a maioria dos homicídios no Triângulo passam, necessariamente, pela regulação armada da ordem urbana. Está evidente, a esta altura, que não há homicídio sem nenhum tipo regulação. E sabemos que a regulação armada da ordem urbana (e social) decorre de conflitos e pacificações que se dão em torno de mercados ilegais, marcadamente realizados por grupos criminais e forças da ordem, em relação. Os conflitos e as “pacificações” que as facções ditas “nacionais” realizam em outros locais para os quais se expandem, como vemos com o caso do Comando no Triângulo, pela contenção de homicídios entre jovens, homens, negros e inscritos nos mercados ilegais, é produto da hegemonia desses grupos criminais nesses mercados.

Considerações finais

Este trabalho se dedicou a compreender a expansão do PCC para o Triângulo Mineiro em relação à flutuação das curvas de homicídio. Durante o estudo da expansão do Comando para a região, me pareceu crucial situar sua expansão em um plano mais amplo, considerando como a facção se comunicou com o *Crime* local, com as experiências de pessoas que viveram o “antes” e o “depois” da entrada do PCC e, principalmente, com a história urbana das cidades, que envolve as dinâmicas criminais diretamente. Dessa maneira, a partir de um estudo das dinâmicas criminas durante quatro décadas (de 1990 a 2020) em três cidades do Triângulo, posicionei a atuação da facção como um caso a se compreender em relação à regulação da violência letal.

O foco analítico em investigar os mecanismos causais que incidem sobre a regulação de homicídios em três contextos urbanos díspares no interior mineiro realçou as passagens da ordem urbana nessas quatro décadas na região, o que permitiu conceber três tempos analíticos, pautados na regulação da ordem urbana. Reconheço que não amarrei todas as pontas ou evidenciei todas as distinções. Busquei trazer trajetórias, histórias e casos que narrassem elementos de cada ordem urbana experienciada por moradores da região (sobretudo por pessoas que vivem nas periferias urbanas, que vivenciam a regulação armada da ordem mais intensamente), almejando não deixar a especificidade de cada um dos casos obscurecer os elementos comuns que procurei destacar, em cada um dos *tempos*.

Gangues, PCC, mercados ilegais. Cada um desses elementos marcaram uma ordem urbana específica no Triângulo Mineiro, trazendo à tona temporalidades analíticas distintas. As mudanças que alteraram a ordem urbana na região, por meio da gestão armada da ordem local, conectam atores criminais, atravessam as relações internas à própria história urbana dos bairros e as redes de mercados, ilegais e legais. Trabalhar com uma linha do tempo sociológica permitiu unir múltiplas e distintas narrativas criminais, descrevendo-as densamente para compreender o desenvolvimento da história criminal na região, em sua heterogeneidade. Essas histórias, com seus pontos de convergência e divergência, estão emaranhadas às próprias histórias de formação urbana dos bairros, demonstrando um enlaçamento de trajetórias individuais à uma história da criminalidade que é coletiva.

Os tempos analíticos se baseiam no tempo do exercício da ordem urbana local, que não seguem os tempos cronológicos. Os tempos das taxas são cronológicos, buscando visualizar as séries históricas e tendências de subida e descida nas vitimizações por homicídio, evidenciando conflitos e “pacificações” observados empiricamente. Porém, mesmo nas curvas por séries históricas cronológicas percebemos diferentes padrões entre os municípios estudados, demonstrando o exercício da ordem urbana em tempos cronológicos distintos e reforçando a hipótese fundamental de se trabalhar com tempos analíticos. A ordem urbana é marcada pelo exercício de regulação da ordem (social e urbana) por meio do poder armado, que autoriza alguns homicídios e interdita outros. Em outras palavras, os grupos armados responsáveis pela resolução de conflitos decidem, no limite, sobre a vida e a morte de moradores de periferias urbanas.

No primeiro tempo, grupos de *gangues* estabelecidos territorialmente, em torno de bairros de procedência ou moradia, firmavam rivalidades entre si, durante a década de 1990. Neste momento, as rivalidades se baseavam em conflitos pessoais e grupais que estavam constantemente buscando reparar algum dano relacionado à moral, honra masculina, força e *disposição*. A forma de resolução se dava por conflitos corporais entre os grupos de *gangue* de bairros *rivais* em um espaço definido como “neutro”: o centro da cidade, tendo em vista que as periferias urbanas foram os locais de formação destes grupos. As *gangues* eram extensas, com mais de 20 integrantes, e envolviam jovens de idades variadas, de 10 a 28 anos, e exerciam controle territorial por meio de um forte senso de territorialidade. Casos de furto, roubo ou estupro nos bairros em que havia *gangues* eram fortemente punidos com espancamentos realizados por esses jovens.

Esta ordem urbana é marcada pela constante ambição de vingança e necessidade de autopreservação de jovens integrantes de *gangues* e pela proteção à comunidade dos bairros em que viviam. Neste momento, os homicídios não estavam no centro da resolução de conflitos e ocorriam de maneira colateral às lutas corporais. Mesmo com uma pequena quantidade de homicídios, que que ocorriam com armas menos letais, como correntes, pedras e facas, foi o suficiente para que as *gangues* hegemonizassem sua ordem até que outros atores aparecessem no cenário.

Ainda durante o primeiro tempo, as rivalidades baseadas na honra viram cadeias de vendeta. Se antes as “brigas de gangue” se davam por meio de lutas corporais entre grupos extensos de jovens integrantes de *gangues*, em um segundo momento desta ordem urbana, a chegada de mercadorias como as drogas, sobretudo a cocaína, e armas,

escalonam o conflito. Essas mercadorias impulsionam a especialização de mercados ilegais, que ainda não se percebiam tão estruturados como hoje, e as brigas entre jovens por motivos que antes pareciam banais, agora envolviam mais que respeitabilidade: grandes quantidades de dinheiro proveniente desses mercados, que como estavam em fase de estruturação, eram novidade, e a possibilidade iminente da morte, pelas armas, caso não ocorresse a eliminação do rival. Dessa forma, as brigas viram *guerra*.

A expansão da cocaína e das armas para o Triângulo modificou profundamente a forma com que os atores criminais se relacionavam, contribuindo para a desagregação de *gangues* e especialização desses atores em torno de mercados ilegais, que começavam a se estruturar na região neste momento. A chegada dessas mercadorias exógenas modificou a economia política local e inseriram outros atores na equação, como as forças da ordem.

A estruturação dos mercados ilegais no Triângulo possibilitou a passagem da ordem urbana das *gangues* para a ordem dos *traficantes* locais, contexto em que o PCC começa a se expandir para as cidades maiores da região. Esse é o contexto empírico do segundo tempo. No segundo tempo, vemos o processo de entrada do PCC na região do Triângulo Mineiro por uma cidade de grande porte, Uberlândia. Pouco após a chegada da cocaína e das armas à região, ocorre a expansão do Comando, no início dos anos 2000, que como outra novidade ao contexto local, atua na luta política pela disputa dos mercados ilegais, via *tomada de bocas*.

Em um contexto de muitas mortes e homicídios decorrentes da disputa de *bocas*, o PCC, por sua face mercantil, focada em ganhos monetários por meio do controle ou agenciamento de mercados ilegais, atuou levando mais conflitos e violência à região. Observamos pela carta escrita por integrantes do PCC em Uberlândia que no final da década de 2000, outras faces da facção se estabelecendo na região, para além da mercantil: a face guerreira e a face fraternidade. As lutas em disputas pelos mercados ilegais diminuem com a divisão de *bocas* e estabilização de territórios, reduzindo as mortes decorrentes desses conflitos. O tabelamento dos preços das drogas nas *bocas* também reduz a violência cotidiana nas periferias urbanas, por cessar as investidas que visam *tomadas de bocas*.

Neste segundo tempo percebemos as tensões da expansão do PCC para o Triângulo Mineiro. Quer dizer, pela plasticidade inerente à organização da facção e pelo contexto criminal local, é justo que não vejamos a expansão da facção como um “modelo” a ser

transportado e encaixado em cada local para o qual se expande. Devemos observar os efeitos múltiplos e distintos de sua expansão, em cada local. No caso do Triângulo, vemos recursos distintos dos que a facção utilizou para se expandir para outros locais, como por exemplo a disputa pelos mercados ilegais ser marcado pelo monopólio de *bocas*, levado a cabo por *irmãos*; ou ainda a utilização do nome da facção para benefício próprio e os *debates* que demoram anos para ocorrer e são parados quando ocorre com a prisão de algum dos envolvidos – particularidades que vimos no contexto do início dos anos 2000, momento de expansão da facção.

Com o avanço do PCC nos mercados ilegais da região, no terceiro tempo vemos o processo de consolidação da facção no Triângulo. Elenco cinco elementos fundamentais para o estabelecimento do Comando no Triângulo, sendo eles: i. a economia, por meio da luta política travada em torno dos mercados ilegais, a partir das *tomadas* de *bocas*; ii. a presença nas unidades prisionais, que por meio da gestão da população carcerária e de uma reivindicação por melhores condições nos cárceres torna a vida dos reclusos pouco mais “vivível” nas unidades prisionais mineiras; iii. a justiça nas ruas, que por meio do estabelecimento do mecanismo de debates institui a interdição da atitude isolada (que era muito frequente no período anterior e no período de passagem da ordem urbana para o PCC); iv. a economia política, que atua via Sintonia Restrita uma vez que a facção está estabelecida em um determinado local, em ações que visam enfrentar o *sistema*, tomando para si, mesmo que momentaneamente, o poderio da força e da violência; e, por fim, v. os mercados de proteção, que por meio das mercadorias políticas relaciona atores criminais e agentes da ordem que atuam de maneira extralegal, conectados pelo dinheiro que circula pelos mercados ilegais.

Nas ruas como nas unidades prisionais, a instituição de um terceiro mediador de conflitos (Rocha, 2019), no caso a própria facção por meio do mecanismo de debates, cessa com cadeias de vingança e mortes consideradas banais, ocorridas em contexto de atitude isolada, isto é, sem comunicar aos demais ou buscar o responsável por arbitrar os conflitos localmente. Se antes a morte estava sempre no horizonte, agora as políticas do PCC estabeleceriam uma certa previsibilidade ao cotidiano criminal, desviando, em certa medida, mas não completamente, o desfecho fatal do horizonte.

Como propõe a hipótese fundamental deste trabalho, a expansão das mercadorias ilegais ou do PCC não se deu ao mesmo tempo nas cidades do Triângulo, ocorrendo em cronologias diferentes, seguindo o ritmo criminal de cada cidade. Mas, analiticamente,

seguem o mesmo *tempo*, caminhando para a passagem da ordem urbana, ainda que não tenham se sucedido exatamente da mesma forma.

Um ponto relevante para se levar em consideração na finalização deste trabalho é que a *paz* instituída pelo PCC por meio de sua hegemonia sob os mercados ilegais destes territórios não é definitiva. Essa “pacificação” é frágil, instável e transitória, dependente de negociações e transações que estão em constante mudança. Os atores que atuam pela regulação da ordem urbana e, conseqüentemente, na regulação de homicídios variam historicamente. Segundo Hirata (2018), apesar dos coletivos criminais que estão no centro da regulação de conflitos variarem, a polícia não varia, cumprindo sempre o mesmo papel. Mas apesar da polícia cumprir sempre o mesmo papel, a relação que os grupos criminais estabelecem com as forças da ordem são definidoras quando pensamos em homicídios. Portanto, a mudança de atores no centro da resolução de conflitos privados altera também os mercados de proteção e mercados ilegais regulados por esta relação.

Para Richmond (2021) e para Telles (2010) o processo de “pacificação” em São Paulo está diretamente relacionado ao processo de “urbanização”. Como vimos ao longo desta dissertação, a regulação da ordem urbana por grupos armados no Triângulo também está relacionada à formação própria dos bairros, seja por *gangues* ou na passagem para o PCC. Sobre este ponto, o que interessa observar é que o processo de “pacificação” é variável, com processos de regularização e desregularização, com a chegada de novos atores ao cenário que poderá aumentar a influência dos atores locais que estão no centro da resolução de conflitos ou mudar quem são esses atores – e, por conseqüência, modificar a gestão da ordem urbana.

Percebemos, por exemplo, que na passagem da ordem urbana no segundo tempo, o período de maior violência letal e luta política pelos mercados ilegais ocorre ao mesmo tempo em que os bairros estão em formação, ocupação de moradores e disputa por regularização. No caso das cidades do Triângulo estudadas, a cidade de menor porte, Cidade da Saúde, é um exemplo mais recente dessa disputa e negociação constante da gestão da ordem urbana. Em 2021 o município volta a ter muitos homicídios “sem regulação”, isto é, sem deliberação do “mundo do crime” e realizados por atitude isolada, devido a lutas políticas em torno desses mercados.

A *paz* percebida na redução das curvas de homicídio com a consolidação do PCC como hegemônico nos mercados ilegais no Triângulo Mineiro, no terceiro *tempo*, decorre

então de arranjos provisórios entre atores criminais (e estatais) que estão produzindo ordem urbana e social local enquanto suprimem conflitos letais, mas não são totalizantes. A “pacificação”, logo, não significa produção de *paz* em função de relações harmoniosas com outros atores capazes de desestabilizá-la, como grupos criminais e forças da ordem, mas sim supressão do conflito por atores que possuem a capacidade realizá-lo. Esse processo, como dito, é dinâmico e contínuo, e nunca estará definitivamente concluído (Richmond, 2021).

Significa dizer, então, que o aparato estatal segue sendo hegemônico nessas cidades, em outras esferas e, sobretudo, em outros ordenamentos urbanos que não as periferias, mantendo sua hegemonia na supressão de conflitos letais. Há, portanto, uma normalização do *proceder* e de outras normas de conduta e de resolução de conflitos que reduzem a violência letal, mas os atores capazes de aplicar a violência nos territórios em que são hegemônicos e realizam a regulação da ordem urbana, como é o PCC nesta década no Triângulo, permanecem em segundo plano para resolução desses conflitos, acionados quando necessário.

Por fim, o que espero que tenha ficado explícito ao longo desta dissertação, é que a regulação da ordem urbana que tem como efeito poder de decisão sobre quem vive e quem morre no Triângulo, é realizada por atores que estão em constante transformação, pois atuam em arranjos e conflitos que respondem às questões urbanas locais. Afinal, o “mundo do crime” não é alheio à organização dos bairros, nem o contrário. Os atores que exerceram a gestão da ordem urbana nos *tempos* analíticos estudados exercem sua autoridade e coexistem com outros atores que também poderiam usar seu acesso aos meios de violência para se sobressair, e é essa regulação que impacta diretamente nas curvas de homicídio, que são marcadamente compostas por homens jovens, pretos e pardos e moradores de periferia.

Apesar dessas imensas variações locais, e de todos os mecanismos estudados, vemos que as taxas agregadas variam de maneira consistente na região do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais e no Brasil, com tendências estruturais relativamente consistentes. Ao final dessa dissertação, e em contato com os debates travados pela bibliografia recente sobre homicídios no Brasil, creio ser possível afirmar que o modelo interpretativo que procurei desenvolver nessa dissertação tem um caminho amplo de desenvolvimento. Enxergar o Brasil, ou mesmo a América Latina a partir da ideia de “tempo analítico”, em especial pautando a dinâmica de transformações correlatas entre

ordens criminais e ordens urbanas, me parece um caminho extremamente profícuo para a compreensão das variações e patamares dos homicídios no país e na região. Ainda há muito caminho intelectual, metodológico e teórico para se desenvolver, mas essa dissertação parece demonstrar o seu potencial.

Referências bibliográficas

- Adorno, S.; Dias, C. 2016. “Cronologia dos ‘Ataques de 2006’ e a nova configuração de poder nas prisões na última década”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo vol. 10, n. 2, pp. 118-132.
- Adorno, S.; Salla, F. 2007. criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Dossiê Crime Organizado: Estud. Av.* 21 (61), dez.
- Anspach, Mark Rogin. 2012. *Anatomia da vingança. Figuras elementares da reciprocidade*. São Paulo: Realizações.
- Ayling, J. 2011. Gang change and evolutionary theory. *Crime, Law and Social Change*, 56(1): 1-26.
- Baird, A. 2017. 'Becoming the 'Baddest': Masculine Trajectories of Gang Violence in Medellín. *Journal of Latin American Studies*. [dx.doi.org/10.1017/S0022216X17000761](https://doi.org/10.1017/S0022216X17000761)
- Beato, C. 1998. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, p. 74–87.
- Beato, C. *et al.* 2001. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 17, n. 5, p. 1163–1171.
- Beato, C., B. Silveira, A. 2008. Prevenção de Crimes Urbanos: o Programa Fica Vivo. in LIMA, R. e PAULA, L. *Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?* São Paulo: Contexto.
- Beraldo, A. 2020. *Negociando a vida e a morte: estado, igreja e crime em uma favela de Belo Horizonte*. Tese de doutorado em Sociologia: Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Beraldo, A. 2021. *Crime, cadeia e igrejas evangélicas na América Latina. Justificando* [online]. Disponível em: <justificando.com/2021/02/19/ana-beraldo-crime-cadeia-e-igrejas-evangelicas-na-america-latina/>.
- Bertolucci, L. *Dinâmica demográfica e a recente Divisão Regional no Brasil: as Regiões Geográficas Intermediárias de Uberlândia, Patos de Minas e Uberaba, localizadas no Estado de Minas Gerais*. Uberlândia: CEPES/IERIUFU, março de 2019. (Série Aspectos econômicos, sociais e demográficos da Região Geográfica Intermediária de Uberlândia, v. 1/5). Disponível em: <http://www.ieri.ufu.br>

- Biderman, C. et al. 2018. "Pax Monopolista and Crime: The Case of the Emergence of the Primeiro Comando da Capital in São Paulo". *Journal of Quantitative Criminology*, vol. 35, pp. 573-605.
- Biondi, K. 2010. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome.
- Biondi, K. 2018. *Proibido roubar na quebrada: Território, Hierarquia e Lei no PCC*. São Paulo: Terceiro Nome.
- Bonesso, M. 2018. *Prevenção à criminalidade: Arte e esporte na segurança pública de Minas Gerais*. 1 ed. Curitiba: Appris.
- Bonesso, M. 2019. *Homicidas, Ladrões, Milicianos, Organizações Criminosas, Traficantes e White Collars: a administração do crime em Uberlândia no século XXI*. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia*, v. 9, n. 1.
- Brasil, 2022. *Relatório de Inspeção. Unidades dos sistemas prisional e socioeducativo de Minas Gerais. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura*. Brasília, Distrito Federal. Agosto, 2022. Disponível em:
https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2022/08/relatorio-missao-mg-para-publicacao_compressed.pdf
- Brasil. 2015. *O Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil*. Série Juventude Viva, Brasília: Presidência da República e Secretaria Nacional da Juventude. Brasília: Presidência da República, 112 p. - (Série Juventude Viva).
- Butler, J. 2018. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Candotti, F. M.; Melo da Cunha, F.; Siqueira, I. L. 2017. "A grande narrativa do Norte: considerações na fronteira entre crime e Estado". In: MALLART, F.; GODOI, R. *BR 111: a rota das prisões brasileiras*. São Paulo: Veneta: Le Monde Diplomatique.
- Cano, I. e Duarte, T. 2012. *No sapatinho: A evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011]*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, p. 119.
- Carvalho, A. 2021. *Experiências de fronteira: as interfaces entre ser do crime e ser evangélico/a*. *PLURA, Revista de Estudos de Religião*, ISSN 2179-0019, vol. 12, nº 2, p. 13-37
- Castro, M. *et al.* 2004. *Regionalização como estratégia para a definição de políticas públicas de controle de homicídios*. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 20(5):1269-1280.

- Castro, M; Rocha, R. 2021. Entre altos e baixos: dinâmicas da violência letal no Espírito Santo e Minas Gerais entre os anos 2000 e 2020. *Revista USP* • São Paulo • n. 129 • p. 81-94 • abril/maio/junho
- Cavalcanti, M. 2009. Do barraco à casa: Tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*: Vol. 24 nº 69 fevereiro/2009.
- Cohen, C., Ramel, F. 2018. Taking images seriously, how to analyze them? In.: Devin G. (ed.) *Resources and Applied Methods in International Relations, The Sciences Po Series in International Relations and Political Economy*, https://doi.org/10.1007/978-3-319-61979-8_4
- Cruz, M.; Ramos, A.; Coelho, M. 2021. Trajetória da política penitenciária em Minas Gerais: notas de pesquisa. VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública. Brasília, DF: 3 a 5 de novembro de 2021.
- Das, V. 2008. *Sujetos del dolor, agentes de dignidad*. ed. Francisco Ortega. Bogotá: Lecturas CES.
- Das, V. 2020. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Editora Unifesp: São Paulo.
- Daudelin, J., & Ratton, J. 2017. Mercados de drogas, guerra e paz no Recife¹. *Tempo Social*, 29, 115-134.
- Dias, C. 2011. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo.
- Diógenes, G. 1998. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o Movimento Hip Hop*. Tese de Doutorado em Sociologia: Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza.
- Dreyfus, P. *et al.* 2008. *Small Arms in Rio de Janeiro: The guns, the buyback and the victims*. Graduate Institute of International and Development Studies/ISER: Geneva.
- Duarte, T. 2020. *Vácuo no poder? Reflexões sobre a difusão do Primeiro Comando da Capital pelo Brasil*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, n. 122, set., pp. 77-96.
- Duarte, T. 2021. *PCC versus Estado? A expansão do grupo pelo Brasil*. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril, pp. 263-285
- Duarte, T., Araújo, I. 2020a. *PCC em pauta: Narrativas jornalísticas sobre a expansão do grupo pelo Brasil*. *Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.* – Rio de Janeiro – Vol. 13 – no 2 – MAI-AGO – pp. 505-532

- Duarte, T., Araújo, I. 2020b. Caminho sem volta? Faces da expansão do PCC a Minas Gerais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 32, n. 3 - pp. 173-196
- Feltran, G. 2010. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. Salvador: *CADERNO CRH*, v.23, n.58, p.59-73.
- Feltran, G. 2011. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp.
- Feltran, G. 2012a. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). *Rev. Bras. Seg. Pública*, p.232-255.
- Feltran, G. 2012b. Manter a ordem nas periferias de São Paulo: coexistência de dispositivos normativos na era PCC in.: AZAIS, C.; KESSLER, G.; TELLES, V.S.. (Org.). *Ilegalismos, cidade e política*. 1ed. Belo Horizonte - MG: Fino Traço. v. 1, p. 100-125.
- Feltran, G. 2018. *Irmãos: Uma história do PCC*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Feltran, G. 2019. Homicídios no Brasil: esboço para um modelo de análise. In.: *Anuário de Segurança Pública*, ed. 13.
- Feltran, G.; Motta, L. 2021. *Policía y ladrón: uma abordagem etnográfica em pesquisa multimétodos*. *Runa*, 42.1: enero-junio
- Ferreira, M. 1998. *Homicídios na periferia de Santo Amaro: Um estudo sobre a sociabilidade e os arranjos de vida num cenário de exclusão*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia – USP.
- Ferreira, M.; Framento, R. 2019. Degradação da Paz no Norte do Brasil: o conflito entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN). *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*. Online, v. 4, n. 2, pp. 91-114.
- Fromm, D. 2017. *O fim da Cracolândia: etnografia de uma aporia urbana*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas).
- Fromm, D. 2021. Entre a sepultura e a cadeia: um olhar etnográfico sobre a conversão religiosa de usuários de crack em São Paulo. *Dossiê Processos de conversão religiosa*. *Relig. soc.* 41 (1) • Jan-Apr
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/PMMG. 1998. *Criminalidade Violenta em Minas Gerais de 1986 a 1997*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Polícia Militar de Minas Gerais.

- Grillo, C. 2008. O 'morro' e a 'pista': Um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro, 1(1): 127-148.
- Grillo, C. 2013. *Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Grillo, C. 2019. Da violência urbana à guerra: Repensando a sociabilidade violenta. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 12, n. 1, p. 62-92.
- Hagedorn, J. 2008. *A world of gangs: Armed young men and gangsta culture* (Vol. 14). U of Minnesota Press.
- Hine, C. 2004. *Etnografia Virtual*. Barcelona: Editorial UOC.
- Hirata, D. 2018. *Sobreviver na adversidade: mercados e formas de vida*. São Carlos: EdUFSCar.
- Hirata, D. e Grillo, C. 2019. Movimento e morte: o tráfico de drogas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. *Journal of Illicit Economies and Development*, 1(2), 122-133.
- Hirata, D. e Grillo, C. 2020. Crime, guerra e paz: Dissenso político-cognitivo em tempos de extermínio. *Novos estudos CEBRAP*, 38, 553-571.
- Jara, S. 2021. *A cobrança: Os sentidos de justiça das facções do Maranhão*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos: São Carlos.
- Jensen, S., Rodgers, D. 2021. Comparison through collaboration: Dilemmas and opportunities of joint ethnographic research on gangs in Nicaragua and South Africa. mimeo (submitted to *Current Anthropology*), 1-18
- Júnior, R.; Ferraço, L. *Guerra Federal: Retratos do combate a crimes violentos no Brasil*. [e-book] 2ª ed., 2019.
- Justus, M. *et al.* 2018. The "São Paulo Mystery": The role of the criminal organization PCC in reducing the homicide in 2000s. *Economia* [online] - vol. 19, Ed. 2.
- Kahn, T. 2021. Confronto entre facções e homicídios: um teste empírico. *Fonte Segura: Revista do Fórum Brasileiro de Segurança Pública* [online]. Disponível em: <https://www.fontesegura.org.br/analises-criminais/jy8bd48es6>.
- Kahn, Tulio. 2013. Crescimento econômico e criminalidade: uma interpretação da queda dos crimes no Sudeste e aumento no Norte/Nordeste. *Rev. bras. Seg. Pública: São Paulo* v.7, n.1, 152-164.

- Leeds, E. 1996. Cocaine and Parallel Polities in the Brazilian Urban Periphery: Constraints on Local-Level Democratization. *Latin American Research Review* volume 31, number 3, p. 47-83.
- Lyra, D. *A República dos Meninos: juventude, tráfico e virtude*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013.
- Machado da Silva, L. 2010. Violência urbana, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, 23 (59): 283-300.
- MÃES DE MAIO. 2011. Do luto à luta. Disponível em: <<https://fundobrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/07/livro-maes-de-maio.pdf>>.
- Malvasi, P. 2012. Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
- Manso, B. & Dias, C. 2018. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. Editora Todavia SA.
- Manso, B. 2016. *Homicide in São Paulo: An Examination of Trends from 1960–2010*. Springer International Publishing Switzerland. ISBN 978-3-319-13165-8
- Manso, B. 2019. A cena criminal brasileira mudou; compreendê-la ajuda entender as novas dinâmicas do homicídio. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 13, 36-39.
- Marques, T. 2019. *A gestão da violência no Triângulo Mineiro: Estudo comparativo sobre as dinâmicas criminais em dois territórios*. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. 55 p. Universidade Federal de Uberlândia, UFU.
- Matza, D. 1964. *Delinquency and Drift*. New York: John Wiley and Sons, Inc.
- Mbembe, A. 2018. *Necropolítica*. n-1 edições.
- Melo, J. G.; Rodrigues, R. 2017. Notícias de um massacre anunciado e em andamento: o poder de matar e deixar morrer à luz do massacre no Presídio de Alcaçuz, RN. *Revista brasileira de segurança pública*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 48-62, 2017.
- Misse, M. 2006. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo*. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.
- Misse, M. 2010. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. *Anuário Antropológico/2009 – 2*, p. 89-107
- Misse, M. 2019. Alguns aspectos analíticos nas pesquisas da violência na América Latina. *ESTUDOS AVANÇADOS* 33 (96). DOI: 10.1590/s0103-4014.2019.3396.0003

Moncau, G. "Nóis por nóis" como luta constante: uma etnografia das mulheres da Ocupação Esperança. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo - PPGAS/USP. São Paulo, 2021.

Musumeci, L. 2020. Letalidade policial e pessoas desaparecidas no Estado do Rio de Janeiro, segundo os dados oficiais (2006-2018). *Boletim Segurança e Cidadania*, v. 26.

Oliveira, V. 2018. O dilema identitário dos agentes de segurança penitenciária: guardiões ou policiais? Tese de Doutorado em Sociologia, 200p. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Paiva, L. 2019. "AQUI NÃO TEM GANGUE, TEM FACÇÃO": as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. *Caderno Crh*, 32, 165-184.

Peres, M. et. al. 2011. Queda dos homicídios no Município de São Paulo: uma análise exploratória de possíveis condicionantes. *Rev. Bras. Epidemiol.*: São Paulo

Pires, L., Hirata, D. e Maldonado, S. 2020. Mercados Populares, Ilegalismos e suas Regulações pela Violência. *Revista Antropolítica*, n. 50, Niterói, p. 8-33, 3. quadri., 2020

Ramalho, J. 1979. *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Ratton, J. & Daudelin, J. 2018. Construction and deconstruction of a homicide reduction policy: the case of pact for life in Pernambuco, Brazil. *International Journal of Criminology and Sociology*, 7, 173-183.

Ratton, J. *et al.* 2011. Configurações de Homicídios em Recife: um estudo de caso. In.: *Panorama dos Homicídios no Brasil*. Ministério da Justiça. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) - Ano 03, nº 6. P. 73-90.

Rettberg, V. 2020. Violencia en America Latina hoy: manifestaciones e impactos. *Revista de Estudios Sociales*, p. 2-17.

Ribeiro, L. M. L.; Cruz, M. V. G.; Batitucci, E. C. 2004. Política Pública Penitenciária: a Gestão em Minas Gerais. In: XXVIII ANPAD, Rio de Janeiro.

Ribeiro, L. Oliveira, V., Bastos, L. 2019. Pavilhões do Primeiro Comando da Capital: tensões e conflitos em uma unidade prisional de segurança máxima em Minas Gerais. *O Público e o Privado*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, 33: 213-241.

Richmond, M. 2021. The pacification of Brazil's urban margins: peripheral urbanisation and dynamic order-making. *Contemporary Social science*, DOI: [10.1080/21582041.2021.1906937](https://doi.org/10.1080/21582041.2021.1906937)

- Rocha, R. 2015. A guerra como forma de relação: Uma análise das rivalidades violentas entre gangues em um aglomerado de Belo Horizonte. *DILEMAS*, Vol. 8, nº 2 - p. 277-301.
- Rocha, R. 2019. O papel do terceiro: possibilidades de articulações de uma gramática moral e a gestão da violência nas periferias brasileiras. In.: *Anais do 43º Encontro Anual da Anpocs: Caxambu*.
- Rodgers, D. 2021. Gang governance in Tropics: the political economy of violence and social order in contemporary Nicaragua. In.: *International Handbook of Critical Gang Studies*. David C. Brotherton and Rafa Gude, eds. New York: Routledge.
- Rodgers, D., Hazen, J. 2014. Introduction: Gangs in a Global Comparative Perspective. In.: *Global Gangs: street violence across the world*. Jennifer M. Hazen and Dennis Rodgers, eds. P. 1-25. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Rodrigues, F. 2020. "CORRO COM O PCC", "CORRO COM O CV", "SOU DO CRIME" Facções, sistema socioeducativo e os governos do ilícito em Alagoas. *RBCS VOL. 35 Nº 102 /2020: e3510216*
- Ruotti, C. et. al. 2017. A ocorrência de homicídios no município de São Paulo: mutações e tensões a partir das narrativas de moradores e profissionais. *Saúde Soc.*, v. 26, n. 4, p.999-1014
- Sá, L. 2011. A condição de 'bichão da favela' e a busca por 'consideração': Uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 4 - no 2 - ABR/MAI/JUN*, pp. 339-355.
- Santos, Márcia. 2012. Criminalidade violenta e contradições socioespaciais na cidade de Uberlândia - MG. Tese de Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, UFU.
- Silva, L. 2022. Racismo estrutural e filtragem racial na abordagem policial a adolescentes acusados de ato infracional na cidade de Campinas/SP. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 16(3).
- Silveira, A. 2012. Prevenindo homicídios: avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) UFMG, Belo Horizonte, 2012.
- Silvestre, G. 2016. Enxugando o iceberg: como as instituições estatais exercem o controle do crime em São Paulo. Tese de doutorado, Sociologia, Universidade Federal de São Carlos.

- Sinhoretto, J. e Morais, D. 2018. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. *Revista de Estudos Sociales*, (64), 15-26.
- Sinhoretto, J. *et al.*, 2014. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. *Segurança pública e direitos humanos: temas transversais*, 5, 121-160.
- Sinhoretto, J.; Silvestre, G.; Melo, F. 2013. O encarceramento em massa em São Paulo. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. Online, v. 25, n. 1, pp. 83-106.
- Sinhoretto, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; SCHLITTLER, Maria Carolina. Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante. São Paulo: UFSCAR, v. 2, 2014.
- Soares, B. R. 1995. Uberlândia: da cidade jardim ao portal do cerrado – imagens e representações sociais do Triângulo Mineiro. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Telles, V. e Hirata, D. 2010. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo social*, 22, 39-59.
- Thrasher, F. 2013. *The Gang: A Study of 1,313 Gangs in Chicago*. University of Chicago Press.
- Viana, D. 2022. A Família, a empresa e o Comando: as faces do PCC em Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado.
- Weber, M. 2019. *Conceitos sociológicos fundamentais*. Amadora: LeYa.
- Whyte, W. 2005. *Sociedade de Esquina Rio de Janeiro*: Jorge Zahar.
- Zilli, L. 2011. *O Bonde tá Formado: Gangues, Ambiente Urbano e Criminalidade Violenta*. Tese de doutorado em Sociologia. Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Zilli, L. 2015. O “mundo do crime” e a “lei da favela”: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana da Belo Horizonte. *Etnográfica* vol. 19 (3), p. 463-487. DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.4074>
- Zilli, L., *et al.* 2020. Letalidade e vitimização policial em minas Gerais: características Gerais do fenômeno em anos recentes. *Rev. bras. segur. pública* | São Paulo v. 14, n. 2, 46-63 ago/set.